CONHECIMENTO
DEMOCRÁTICO
PACÍFICO
SAUDÁVEL
ACOLHEDOR
OPORTUNIDADES
SUSTENTÁVEL

OS 7 CEARÁS

PROPOSTAS PARA O PLANO DE GOVERNO

OS 7 CEARÁS

PROPOSTAS PARA O PLANO DE GOVERNO

PROPOSTAS PARA O PLANO DE GOVERNO

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

2015/2018

CEARÁ, DEZEMBRO DE 2014

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 6

01 CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS 10

INTRODUÇÃO 11

02 CEARÁ ACOLHEDOR 20

INTRODUÇÃO 21

1. ASSISTÊNCIA SOCIAL 22

2. POLÍTICA HABITACIONAL 24

3. POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS 29

4. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL 48

03 CEARÁ DE OPORTUNIDADES 54

INTRODUÇÃO 55

1. AGRICULTURA FAMILIAR 57

2. AGRONEGÓCIO 62

3. INDÚSTRIA 67

4. INFRAESTRUTURA E COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIP 73

5. ECONOMIA MINERAL 78

6. COMÉRCIO 81

7. TURISMO 84

8. ARTESANATO 89

10. TRABALHO E RENDA 94

11. ECONOMIA SOLIDÁRIA 97

12. NOVA ECONOMIA 98

13. PESCA E AQUICULTURA 99

04 CEARÁ SUSTENTÁVEL 102

INTRODUÇÃO 103

1. RECURSOS HÍDRICOS 104

2. MEIO AMBIENTE. 113

3. ENERGIAS 124

05 CEARÁ DO CONHECIMENTO 126

INTRODUÇÃO 127

1. EDUCAÇÃO 128

2. ENSINO SUPERIOR 135

3. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO 138

4. CULTURA. 144

06 CEARÁ SAUDÁVEL 152

INTRODUÇÃO 153

1. SAÚDE 154

2. ESPORTE 170

3. SANEAMENTO 175

07 CEARÁ PACÍFICO 182

INTRODUÇÃO 183

1. SEGURANÇA PÚBLICA. 184

2. JUSTIÇA E CIDADANIA 195

3. POLÍTICA SOBRE DROGAS. 199

4. DESENVOLVIMENTO URBANO. 203

APRESENTAÇÃO

A partir de uma campanha centrada no diálogo, foi traçado um planejamento participativo para o Plano de Governo de Camilo Santana e Izolda Cela. Este se ancorou numa ideia simples: a participação ativa é a melhor forma de comprometer os indivíduos e governos com os objetivos e resultados de interesse público. Seu momento culminante, cujo trabalho é apresentado neste Documento, ocorreu com o Seminário de Validação e Consolidação das Propostas do Plano de Governo, nos dias 2, 3 e 4 de dezembro, no Centro de Eventos do Ceará. Mais de 1300 cidadãos estiveram presentes para discutir, debater e refinar as propostas apresentadas ao longo de toda a campanha para Governador de 2014. Havia três propósitos a serem alcançados: 1) sistematizar e validar as propostas apresentadas no Documento preliminar; 2) apontar ações prioritárias para o primeiro ano de governo; e 3) sugerir ações para compor o Plano Plurianual dentro de cada política. Foram três dias memoráveis pela intensa convivência e engajamento cívico em prol do desenvolvimento do Estado do Ceará. O fato marcante – ressaltado por todos os presentes – é o método contínuo de refinamento das ideias através da discussão e critica pública que tem acompanhado a construção das propostas para o Plano de Governo. O ineditismo do processo está assentado no consenso político de que as democracias contemporâneas – participativas e inclusivas – exigem compartilhamento de projetos e acompanhamento das políticas públicas por parte dos cidadãos. Ruas e gabinetes precisam estar em sintonia com a pluralidade de interesses que definem a sociedade. Isso ocorreu ao longo das duas Conferências Gerais – abertura e encerramento -, das outras 7 específicas para cada Ceará e depois entre os participantes de cada uma das políticas setoriais. O que apresentamos aqui é tão somente o fim da segunda etapa de construção participativa das propostas para o Plano de Governo, que contempla aquelas que foram validadas pelo Governador Eleito durante a Campanha e as demais consideradas prioritárias para o primeiro ano, Plano Plurianual e Plano Estratégico. Todos os documentos que subsidiarão o Plano de Governo formam uma plataforma política de um governo popular e democrático que pactua com a sociedade as grandes metas a serem alcançadas que beneficiarão os indivíduos em seu conjunto. É nesta perspectiva que será constituído para cada Ceará um "Comitê" permanente de acompanhamento, monitoramento e orientação das políticas públicas. O Comitê terá um papel fundamental na "internalização" do planejamento participativo e no fortalecimento da cultu-

ra intersetorial. É uma nova experiência de Governança para um contexto de mudança social acelerada no Ceará, no Brasil e no Mundo. O Comitê é uma estratégia concreta de melhorar os processos de tomadas de decisão, manter o foco na agenda construída publicamente e atingir os resultados programados sem desperdício de recursos. Ele acompanhará a execução do Plano de Governo, participará ativamente das convocações públicas para o desenvolvimento do Plano Estratégico, proporá audiências, seminários e debates públicos e, quando necessário, fará publicações sobre políticas públicas. Funcionará, ainda, como órgão consultivo e de articulação junto à sociedade civil relativo aos programas e projetos propostos pelo Estado. Aqui os cearenses encontrarão o resultado de um trabalho vivo, que interpretou os interesses, sentimentos e razões de todos que decidiram contribuir e compartilhar a experiência de pensar o desenvolvimento do estado do Ceará. É uma agenda legitimada pela participação voluntária e pela crença de que a democracia é o melhor sistema de governo para o exercício da liberdade. O propósito deste processo de planejamento participativo extrapola a eleição, pois terá seguimento através dos 7 Comitês que serão implantados ao longo do Governo. Finalmente, as propostas aqui apresentadas para o Plano de Governo não são uma "camisa de força" ou uma "jaula de ferro", todavia instrumentos de referência dinâmicos a serem constantemente visitados e revisitados. Entregamos ao Governador Camilo Santana e à Vice-Governadora Izolda Cela o Documento que compõe as propostas para o Plano de Governo estruturados a partir de uma visão integrada e intersetorial. Um conjunto de propostas equilibrado – nem escasso, nem abundante – que evitou os extremos, em busca de uma relação estável entre governo e sociedade. Como toda experiência nova, um campo de possibilidades e desafios se abre para a arquitetura política do futuro no Ceará. Razão e participação em defesa do público, da igualdade, da liberdade e dos investimentos nas capacidades humanas. De todas as propostas aqui presentes, ressaltamos aquelas que tratam de uma política de acolhimento dos cidadãos e cidadãs, de valorização dos aspectos qualitativos das relações sociais, do mundo da cultura e da cidadania. Estes são os grandes objetivos a serem alcançados por uma gestão democrática por resultados. O centro das políticas públicas são as pessoas, pois são elas que podem construir uma convivência harmônica com a natureza.

PROGRAMA

DIA	HORA	ATIVIDADE
02	19:00	Palestra de Abertura
03	9:00	Apresentação dos objetivos, dinâmica, palestrantes e orientações metodológicas para os trabalhos do Seminário.
	9:30	Palestras simultâneas sobre cada dimensão do Plano. Debate
	12:00	Intervalo para o Almoço
	14:00	Formação dos Grupos de Trabalho: Validação do Documento/ Priorização de Propostas
04	9:00	Grupos de Trabalho (continuação)
	12:00	Intervalo para o Almoço
	14:00	Consolidação das Propostas dentro de cada Dimensão., ou seja, cada Ceará
	18:00	Encerramento.

CONHECIMENTO
DEMOCRÁTICO
PACÍFICO
SAUDÁVEL
ACOLHEDOR
OPORTUNIDADE
SUSTEN

OS 7 CEARÁS

SEMINÁRIO DE CONSOLIDAÇÃO E VALIDAÇÃO DAS PROPOSTAS DO PLANO DE GOVERNO

DIAS 2, 3 E 4 DE DEZEMBRO

FOLDER DA PROGRAMAÇÃO DO SEMINÁRIO DE CONSOLIDAÇÃO E VALIDAÇÃO DAS PROPOSTAS DO PLANO DE GOVERNO REALIZADO NOS DIAS 2, 3 E 4 DE DEZEMBRO

SEMINÁRIO DE CONSOLIDAÇÃO E VALIDAÇÃO DO PLANO DE GOVERNO

Continuando a construção do Plano de Governo do governador eleito Camilo Santana, o "Seminário de Consolidação e Validação das propostas para o Plano de Governo" reúne a sociedade cearense na finalização de um conjunto de proposições para orientar os diversos instrumentos de planejamento do novo governo.

O SEMINÁRIO TERÁ POR OBJETIVOS:

// Sistematizar e validar as propostas apresentadas no Documento preliminar.

// Apontar ações prioritárias para o primeiro ano de governo.

// Sugerir ações para compor o Plano Plurianual dentro de cada política.

OBS. As demais propostas contidas no documento preliminar que não forem priorizadas serão reservadas para o planejamento de longo prazo.

PALESTRANTES E DEBATEDORES

ABERTURA
SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: PERSPECTIVAS.
MICHEL MISSE

GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADO
MARCUS VINICIUS CARVALHO RODRIGUES // HUGO FIGUEIREDO SANTANA JR.

ACOLHEDOR
VALDEMAR BARROS FILHO // PADRE BERNARDO ROSEMEYER

DE OPORTUNIDADES
ANTÔNIO ROCHA MAGALHÃES // CÉLIO FERNANDO FONTENELE

SUSTENTÁVEL
FRANCISCO DE ASSIS DE SOUZA FILHO // JOSÉ BORZACHIELLO DA SILVA

DO CONHECIMENTO
CARLOS ALBERTO ARAGÃO DE CARVALHO FILHO // ISAURA BOTELHO

SAUDÁVEL
ALCIDES SILVA DE MIRANDA // CARLOS ROBERTO MARTINS

PACÍFICO
RENATO SERGIO DE LIMA // FAUSTO NILO COSTA JÚNIOR

ENCERRAMENTO
CAIO MARCIO MARINI FERREIRA

01
CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS

INTRODUÇÃO

O "Ceará da Gestão Democrática por Resultados" tem por finalidade garantir: crescimento constante, equilíbrio financeiro fiscal e orçamentário e redução persistente das desigualdades. Cabe ao Governo se organizar e mobilizar a sociedade para construir o consenso em torno do melhor modelo que alcance os objetivos estratégicos e as metas que tornarão possível o desenvolvimento sustentável. Estado e Sociedade não devem ser considerados fins em si mesmos, porém organizações sociais postas em prol do desenvolvimento humano, do aumento da liberdade com igualdade e da justiça social. O ponto de partida de um programa político que tem tal sentido está assentado na necessidade do (I) planejamento estratégico e na (II) contratualização dos resultados. O primeiro, deve ser democrático, inclusivo e participativo; o segundo, claro, objetivo, preciso, mensurável e transparente. Isso implica que a administração pública responderá às múltiplas e diferentes demandas dos cidadãos (sem discriminações), criando as condições para que as oportunidades econômicas e de realização pessoal sejam distribuídas de forma universal. Isso posto, na agenda do Governo que se inicia em 2015 estão o (a) aperfeiçoamento institucional, (b) a intersetorialidade e o (c) desenvolvimento regional sustentável. O bom funcionamento das instituições estimulam a prosperidade e a inovação em todo o sistema social, além de bloquearem as tendências extrativistas e clientelistas produtoras de concentração de renda e exclusão social. A passagem das iniciativas setoriais para arranjos multisetoriais e transversais garante mais *enforcement* aos atores públicos e autonomia para a alocação técnica e meritórica de recursos. Finalmente, o planejamento regionalizado e descentralizado cria as condições para a construção de matrizes econômicas interdependentes, corredores dinâmicos de atividades e fortalecimento das vocações regionais, aumento da eficiência sistêmica e, portanto, rompendo o ciclo gerador de pobreza e desigualdade. O Novo Governo tem duas tarefas fundamentais dentro do modelo de Gestão por Resultados: definir os objetivos e, em seguida, traduzi-los em indicadores de resultados públicos e disseminados em toda a administração pública. Para alcançar a primeira tarefa, está em curso um processo público de discussão e debate de diretrizes, objetivos e propostas que findará (em parte) em um Seminário no próximo mês de dezembro. Além deste esforço, há a continuidade do planejamento atual com seus objetivos, metas e indicadores a serem considerados. Já a segunda tomará corpo com as tarefas de formulação da nova estratégia de planejamento, implementação e contratualização de resultados, que estarão presentes no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. O que se busca neste percurso é unir eficiência administrativa – através da coordenação intragovernamental – e participação democrática na tomada de decisão, maximizando, assim, os resultados e os benefícios públicos.

AÇÕES PRIORITÁRIAS – ANO I

- Manter o critério de "descentralização radial" para a oferta de incentivos fiscais e financeiros. Este critério busca desconcentrar as atividades industriais, e, assim, quanto mais distante de Fortaleza a indústria se localizar, melhor para a economia cearense, uma vez que mais harmônica será a distribuição de riqueza no Estado. O desvio do PIB per capita do município em relação ao PIB per capita do Estado também é considerado, reforçando o princípio de premiar aqueles municípios mais distantes e mais pobres.

- Utilizar como segundo critério para concessão de incentivos à "descentralização concentrada" que descentraliza em relação à PMF, mas centraliza em municípios que apresentam aglomerações industriais relevantes, ou seja os municípios caracterizados como polos econômicos regionais, que já vêm exercendo forte influência econômica nos demais municípios cearenses.

- Cumprir as metas fiscais e garantir o equilíbrio fiscal sustentável.

- Redefinir a Região Semiárida no Estado do Ceará para incluir 32 municípios que atualmente estão impedidos de acessar benefícios sociais e financeiros específicos.

- Aprofundar as práticas de interoperabilidade de sistemas de gestão pública buscando um ambiente de integração global de dados para subsidiar decisões e políticas públicas do Governo na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

- Investir na melhoria dos sistemas de monitoramento e avaliação de políticas públicas e que possam ser livremente acessados pelas instâncias de controle social.

- Redefinição de recorte territorial como unidades de planejamento e integração das diversas políticas públicas, a partir dos 13 Territórios de Identidade trabalhados pela S.D.A e das microrregiões de planejamento do Estado do Ceará.

- Redefinir estrutura organizacional para o planejamento territorial, no âmbito do poder público estadual, incorporando rede de coordenadorias territoriais de planejamento integrado.

- Redefinir o Sistema de Planejamento e Gestão Participativa, envolvendo a organização e institucionalização de Conselhos de Desenvolvimento Territorial, Fóruns Territoriais, Planos de Desenvolvimento Territorial e Fundos de Desenvolvimento Territorial, criando um fundo para cada Território de Identidade.

- Desenvolver os processos de monitoramento, avaliação e difusão de resultados que estimulem a participação e o controle social nos Territórios de Identidade.

- Definir resultados e indicadores de Governo que representem compromissos com a população e realizar avaliação da gestão segundo estes indicadores.

- Fomentar a criação de observatórios nos núcleos de estudos e pesquisas das instituições acadêmicas existentes nos diversos territórios do Estado, com a finalidade de gerar conhecimento que subsidie o planejamento, facilite a identificação de competências regionais, identificação de oportunidades e contribua na avaliação de resultados.

- Estimular junto aos agentes e aos atores sociais a cultura de comunicação pública, entendida como informação do governo, expressão da sociedade e ambientes de diálogo público, para viabilizar a intersetorialidade e o monitoramento de políticas públicas.

- Estruturar instância de governança para atuação intersetorial de monitoramento e avaliação intensiva das metas e ações prioritárias, utilizando metodologia de gestão para resultados.

- Efetivar a REDESIM no Estado do Ceará com a finalidade de adotar as medidas concretas que facilitem o ambiente empreendedor, simplificando as relações com as empresas, o atendimento e as práticas operacionais, com vistas à redução da burocracia, à oferta de serviços pela internet nos órgãos estatuais para agilizar os processos, gerando economia de recursos, evitando deslocamentos físicos desnecessários.

- Planejar, fortalecer e implementar parcerias entre a Escola de Gestão Pública, a Associação dos Municípios do Estado do Ceará, as Universidades e outras instituições para programas de Capacitação de Gestores e técnicos municipais e estaduais em gestão pública, baseados no modelo de Gestão por resultados, incluindo a ampliação da ação do PRODEG - programa de Desenvolvimento da Gestão Pública.

- Criar o programa intersetorial de capacitação para todos os servidores estaduais, fortalecendo a cultura de uso, planejamento racional e sustentável de todos os recursos e insumos, qualificando os gastos no custeio da máquina pública.

- Continuar o Aperfeiçoamento dos mecanismos de cobrança de impostos, com o objetivo de aumentar a formalização e diminuir a evasão fiscal.

- Realizar concursos públicos, criar e implementar planos de cargos, carreiras e salários (PCCS) e reformular as tabelas salariais dos planos existentes defasados para os servidores da administração pública estadual.

- Desenvolver e implementar políticas de Valorização do servidor público de forma ampla e contínua.

- Aperfeiçoar os instrumentos de parceria, contratos de gestão e captação de recursos para os investimentos do estado.

- Implantar Programa Permanente de Formação de Novos Servidores Públicos, advindo de concurso público no poder executivo estadual e para ocuparem cargos comissionados de nível técnico.

- Implantar Programa Permanente de Formação em gestão pública, conduzido pela EGPCE, por meio de convênios e parcerias para gestores e técnicos, visando aperfeiçoar e desenvolver competências de gestão, através da educação continuada.

- Aperfeiçoar e instrumentalizar a rede de controle social com ferramentas informatizadas de monitoramento do portal de governo, orçamento, PPA, LDO e LOA. Desenvolver aplicativo com metas, de forma didática para a população acompanhar, oferecendo oportunidade para a população interagir de forma a permitir acompanhamento da execução orçamentária. Criar Conselho Social. Ex: Experiência do Governo Tarso Genro.

- Fortalecer as instâncias de controle interno para diminuir os prejuízos e evitar a corrupção na administração pública.

- Apresentar projetos públicos para discussão, acompanhamento e avaliação em fóruns estaduais, territoriais e locais.

- Socializar, através de fóruns estaduais, territoriais e locais, as atividades executadas pelo Estado.

- Divulgar informações, estudos, dados qualitativos, análises e pesquisas anuais sobre desenvolvimento econômico, desenvolvimento social (Educação, Saúde, Gênero, Etnia, Geração e Biodiversidade), ‘políticas públicas e gestão de recursos hídricos e do clima.

- Apoiar a revisão e atualização dos Planos Diretores Municipais, com base no empoderamento e capacitação dos Conselhos Municipais e participantes do orçamento participativo.

- Desenvolver e implantar mecanismos, em funcionamento regular, que garantam a participação cidadã nos rumos do estado, através do planejamento e orçamento participativo, dos Conselhos Comunitários e de admissão de representantes da sociedade civil incorporando a equidade de gênero, geração e etnias, nas deliberações de políticas públicas, permitindo o acompanhamento e avaliação do plano de governo.

PROPOSTAS PARA O PPA

- 1. Aumentar a capacidade de investimento do Estado através do aperfeiçoamento da administração fazendária estadual, ampliando o investimento em infraestrutura, logística, recursos hídricos, mobilidade urbana e telecomunicações estimulando o investimento do setor privado.

- 2. Dar continuidade à consolidação do parque industrial cearense, no sentido de viabilizar a implantação de novos complexos industriais e de suas cadeias produtivas, a exemplo do Complexo Industrial Eletrometal Mecânico, que tem como indústria motriz a Usina Siderúrgica da CSP. Apoiar a atuação da ZPE para ampliar o valor das exportações, bem como gerar emprego e renda, promovendo o crescimento econômico e social do Estado. Criação de programas de governo aptos a receberem propostas e projetos para atenderem demandas espontâneas do setor privado.

- Desenvolver um modelo de desenvolvimento com base nas macrorregiões de planejamento respeitando a estrutura administrativa e identitária dos territórios em treze regiões.

- Aperfeiçoar o nível de resposta do Governo às necessidades socioeconômicas e ambientais, por meio de modelos e métodos que evidenciam a eficiência alocativa dos recursos públicos.

- Promover a articulação estratégica do Estado com demais entes da Região Nordeste, visando:

a. A ampliação da inserção do Nordeste nas políticas públicas nacionais;

b. Inserção do Nordeste no processo de integração Sul-Americana;

c. Valorização do empreendedorismo regional e da diversidade cultural nordestina, fortalecendo as vocações locais;

d. Buscar maior articulação entre os investimentos estaduais e federais com leitura regional;

e. Organizar um Sistema de Assessoria Técnica Rural contemporâneo em articulação com os demais estados nordestinos.

- Elaborar um Plano Integrado de Desenvolvimento do Estado do Ceará (de curto, médio e longo prazo):

a. Construir planos de desenvolvimento econômicos setoriais, baseados no estímulo ao investimento privado, com enfoque na competitividade, na geração de empregos qualificados e na rentabilidade econômica das atividades empreendidas;

b. Incentivo ao planejamento urbano, como forma de melhor zonear às cidades e definir e facilitar o ambiente econômico;

d. Realizar os Planos de Desenvolvimento Metropolitano para as Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Cariri e Sobral.

- Fica definido como unidade de planejamento do Estado as regiões geográficas correspondentes aos treze territórios de identidade rural do Ceará, fincando assim, efetivada a estratégia territorial como política de Estado.

- Estruturar uma rede de serviços ao cidadão, criando unidade de atendimento integrado em todos os Territórios de Identidade.

- Universalizar a modernização dos órgãos da Administração Direta do Estado através qualificação e renovação de seus quadros, aquisição de equipamentos e sistemas de Tecnologia da Informação, racionalização de procedimentos e processos e ampliação destes.

- Criar um Comitê Consultivo para assuntos fiscais e tributários.

- Implementar um programa que estabeleça prazos máximos para a contratação e implementação de projetos e ações governamentais.

- Disponibilizar um banco de dados de experiências bem sucedidas em políticas públicas e de parcerias com o setor privado.

- Utilizar ferramentas gerenciais para a modernização da gestão pública, tais como: redesenho de processo, gestão eletrônica de documentos, mapeamento de rotinas e elaboração de manuais de procedimentos.

- Criar e utilizar um cadastro de qualificações profissionais e um banco de talentos do servidor público.

- Estruturar o Sistema Estadual de TIC, composto pela Secretaria de Ciência e Tecnologia - SECITECE , Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará - ETICE, Coordenação Estratégica de Tecnologia da Informação - COETI/SEPLAG e órgãos setoriais de TIC da informação que pertencem às Secretarias de Estado e entidades da administração indireta de forma a assegurar ao sistema a capacidade de planejamento , integração, articulação e execução da política de desenvolvimento de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ceará.

- Fomentar o uso intensivo de TIC para a produtividade da nossa economia em todos os setores econômicos com o objetivo de dinamizar e aumentar a competitividade. Ampliar o desenvolvimento de sistemas estaduais de informação com foco na eficiência logística, na desburocratização e na interação com a sociedade, sobretudo com dispositivos móveis.

- Incentivar a informatização das gestões públicas municipais.

- Apoiar ações e fortalecer diálogo com a APRECE, Associações Regionais dos Municípios Cearenses e Fortalecer os Conselhos Municipais, integrando-os aos Colegiados Territoriais. Rever as representações dos Conselhos Municipais, observando-se a legislação, bem como as questões de representatividade e legitimidade. Apoiar e fortalecer o diálogo com as associações regionais dos municípios cearenses e com a APRECE. Fortalecer os Conselhos Estaduais e Municipais, garantindo sua representatividade nos colegiados territoriais.

- Aperfeiçoar os mecanismos de socialização das informações de fácil acesso da população aos atos e contratos governamentais, tendo a internet como uma ferramenta importante e massiva de socialização das informações e alinhar a programação da TVC nesse processo de comunicação.

- Apresentar, através de encontros Territoriais, os resultados das iniciativas que estão sendo executadas nos Territórios.

- Desenvolver modelo e facilitar acesso público para acompanhamento das despesas de custeio. Incluir nesse processo mecanismos informatizados.

- Descentralizar o sistema de ouvidoria, criando canais de atendimento territorial. Criar mecanismos para aproximar a Ouvidoria dos cidadãos. Populações dos mais variados Territórios terem acesso, não só para denunciar mas também para darem sugestões de melhoria das Políticas Públicas. Ouvidoria dar retorno de forma convincente. Importância da autonomia da Ouvidoria, bem como permitir estabilidade do Ouvidor.

- Ampliar o Governo Eletrônico de forma a obter a excelência na entrega de serviços ao cidadão, com maior agilidade, transparência, acesso à informação e interação sociedade-governo (bidirecional).

PROPOSTAS PARA O PLANO ESTRATÉGICO

- Relação dos Colegiados Territoriais com os Planos Diretores e orçamentos participativos, levando-se em consideração os Planos de Trabalho de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRs.

- Implementar Política Estadual e Sistema Estadual de Participação Social, tendo como referência o Decreto nº 8243, de 23/05/2014, com o objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e atuação conjunta entre a administração pública estadual e a sociedade civil.

- Principal atribuição do Conselho Estadual de Participação, Controle Social e Transparência presidido pelo Governador do Estado: acompanhar a execução orçamentária. Premissa: Acompanhamento da Sociedade.

- Divulgar Plano na internet para permitir que o processo mantenha-se vivo não só na fase de formulação, mas sim do decorrer de todo o ciclo de planejamento - PDCA - Planejamento, Execução, Checagem e Avaliação.

- Implementar mecanismos de monitoramento e avaliação para que o Plano constitua-se numa ação permanente.

- Definir calendário de reuniões sistemáticas dos Fóruns nos três níveis (com ampla representação da sociedade e dos Governos) para acompanhamento dos 07 Cearás.

- Incluir o 8º Ceará - Ceará da Igualdade de Gênero incorporando as dimensões simbólica e cultural de gênero como eixo de governo, a se concretizar na garantia do olhar feminino na definição das políticas públicas.

- Prever atenção especial dos jovens, quilombolas e indígenas também no Ceará de Oportunidades.

- Avaliar a capacidade operacional das Instituições com as prioridades.

- Criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Ceará com competência para o Governador do Estado, na formulação de políticas e diretrizes específicas e apreciar propostas de políticas públicas, de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social nos moldes do CDES criado pela lei 10.683, de 28/05/2003.

- Incentivar o setor de serviços (turismo, negócio, religioso, ecológico, esportivo, de aventura) como vocação do Estado.

- Apoiar as instalações das administrações tributárias municipais na perspectiva de viabilizar as autonomias financeiras dos municípios, apoiando também os programas municipais e estaduais de educação fiscal.

02
CEARÁ ACOLHEDOR

INTRODUÇÃO

O eixo Ceará Acolhedor abrange as Políticas Públicas da Assistência Social, Habitação, Inclusão, Direitos Humanos e Segurança Alimentar. Nos últimos anos, em ritmos diferenciados, estas políticas têm passado por importantes processos de consolidação, visibilidade, normatização e estruturação de seus mecanismos de ação. O lastro deixado pelo processo de redemocratização do país, "instituindo os direitos sociais como a educação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados" (Constituição Federal de 1988, em seu Art. 6o) trouxe, para a cena pública brasileira, importantes atores, lutas e reivindicações sociais.

O nosso governo, em parceria com os governos municipais e a esfera federal, quer avançar no reconhecimento dessas lutas, fortalecer as estruturas de participação existentes na sociedade, tais como Conselhos, fóruns de participação e outros, e ampliar os mecanismos de acesso aos direitos constitucionais.

O Eixo Ceará Acolhedor fundamenta-se num conjunto de políticas públicas pautadas na inclusão social dos segmentos vulneráveis, no respeito à pluralidade e à liberdade de escolhas e na garantia aos direitos humanos. Ao adotar a noção de Acolhida na concepção e fortalecimento de uma ação pública, direcionada aos segmentos vulneráveis da sociedade, assumimos o compromisso de proporcionar ao cidadão uma vivência e uma convivência pessoal, familiar e comunitária: segura, inclusiva e garantidora de direitos sociais. Junte-se a isso, a preocupação em ampliar o acesso aos bens e serviços, ao conhecimento, à renda e ao trabalho. É nessa perspectiva que se afirma a perspectiva de Acolhida como uma das diretrizes do Governo Camilo Santana, para que sigamos juntos, avançando no desenvolvimento econômico, político, sócio ambiental e sustentável do Estado do Ceará. Portanto, no nosso governo, acolher é potencialmente um ato de respeito, diálogo e compartilhamento que se transforma no compromisso de dar respostas às necessidades e garantir os direitos dos cearenses.

1. ASSISTÊNCIA SOCIAL

Dentro do Eixo Ceará Acolhedor, são apresentadas as propostas das políticas públicas da Assistência Social para o período 2015-2018, com vistas a superar o cenário de vulnerabilidade e risco pessoal, familiar, comunitário e social.

A Política Nacional de Assistência Social, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 2004, instituiu o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) como modelo de gestão para esta política pública. O SUAS determina funções para as três esferas de Governo na execução da Politica.

Como política pública, a assistência social deve afiançar e garantir as seguintes seguranças:

I. De acolhida: Relacionada à oferta pública de espaços e serviços de proteção básica.

II. De renda: Operada por meio da concessão de auxílios financeiros e de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, em situações de vulnerabilidade decorrente do ciclo de vida e/ou incapacitados para a vida independente e para o trabalho;

III. De convívio ou vivência familiar, comunitária e social: Através da oferta pública de rede continuada de serviços garantidores de oportunidades que favoreçam a criação e retomada de vínculos familiares e sociais, bem como as condições para o exercício de atividades profissionais.

IV. De desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social: Pela superação das causas das vulnerabilidades e riscos sociais;

V. Apoio e auxílio: Pela prestação de apoio em eventos e circunstâncias, de forma transitória. Aqui nos referimos aos benefícios eventuais

As ações da proteção social são organizadas em dois níveis: proteção social básica e proteção social especial (LOAS, Art. 6º). A proteção social básica atende às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, prevenindo situações de risco e fortalecendo vínculos familiares e comunitários. A unidade de referência para oferta de seus serviços, programas, projetos e benefícios é o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Os serviços de proteção social básica são executados no âmbito municipal, cabendo ao Estado o cofinanciamento e o apoio técnico aos municípios.

A proteção social especial, de média ou alta complexidade, objetiva proteger famílias e indivíduos em situações de risco pessoal e social, cujos direitos tenham sido violados, com ou sem rompimento dos laços familiares e comunitários. Essas situações decorrem de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso e exploração sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, dentre outras. Esse nível de proteção tem como unidade de referência para oferta de seus serviços, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

AÇÕES PRIORITÁRIAS – ANO I

- Regulamentar em lei, a organização do SUAS no Ceará, de modo a atender a todas as funções previstas na Política Nacional de Assistência Social- PNAS.
- Implementar o Plano Estadual de educação permanente do SUAS;
- Criar carreira específica para servidores com atuação na área;
- Adequar a estrutura administrativa do órgão gestor do SUAS no âmbito estadual(STDS) às diretrizes e normativas da gestão do SUAS;
- Regionalizar, em municípios de pequeno porte, serviços de alta complexidade destinados ao atendimento de crianças e adolescentes;
- Incentivar a formação de consórcios ou termos de cooperação técnica entre municípios de pequeno porte para a gestão dos serviços regionalizados;

PROPOSTAS PARA O PPA

- Ampliar o apoio técnico e financeiro aos 184 municípios, qualificando-os à gestão e à oferta dos serviços à população em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, notadamente população em situação de rua, idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, populações tradicionais (indígenas e quilombolas);
- Fortalecer a rede socioassistencial da proteção básica e especial, assegurando recursos para construir e equipar unidades de atendimento em todo o Estado;

- Garantir infraestrutura, recursos humanos e financeiros para o funcionamento das instâncias de controle social do SUAS no Ceará;

- Realizar concurso público para trabalhadores do SUAS;

- Ampliar o cofinanciamento para serviços de proteção social básica e especial no atendimento a idosos e pessoas com deficiência;

- Assegurar a interface entre Politica de Assistência Social e do Trabalho, por meio de portaria ou acordo de cooperação, garantindo o acesso da população em situação de vulnerabilidade às ações de qualificação profissional e empreendedorismo.

- Implantar 08 CREAS para atendimento às famílias e indivíduos com direitos violados;

- Estender a regionalização de serviços de alta complexidade para atendimento aos idosos em municípios de pequeno porte.

- Municipalizar, até 2017, os serviços de acolhimento institucional.

2. POLÍTICA HABITACIONAL

A política Habitacional também se insere no Eixo Acolhedor, uma vez que a descentralização fiscal, politico-administrativa dos entes federados concorreu para o deslocamento para estados e municípios, em parceria com o governo federal, da execução de programas e projetos de habitação. Aqui, apresentamos a política de Habitação para o Governo Camilo Santana, no período 2015-2018, especificando seus princípios e iniciativas, com vistas ao enfrentamento do déficit habitacional e da inadequação domiciliar no Estado do Ceará.

Nesta perspectiva a questão habitacional considera dois aspectos:

- A necessidade de incremento e de reposição de unidades habitacionais;

- A necessidade de adequação de unidades habitacionais existentes.

A mensuração do primeiro aspecto constitui o que metodologicamente se define como DÉFICIT HABITACIONAL, enquanto que as ocorrências no segundo aspecto são tratadas como INADEQUAÇÃO DE DOMICÍLIOS. Os componentes do déficit habitacional estão classificados da seguinte forma:

- Domicílios precários - são domicílios improvisados e rústicos, inservíveis ou inadequados para a moradia ou localizados em áreas de risco;

- Coabitação familiar - quando famílias convivem em um mesmo domicílio, embora tendo intenção de constituir domicílio exclusivo;

- Ônus excessivo - quando famílias com renda de até 03 salários mínimos dispendem valor igual ou superior da renda familiar com aluguel;

- Adensamento excessivo de domicílios alugados - quando o adensamento por dormitório é maior que 03 moradores.

Por outro lado, os componentes da inadequação domiciliar se constituem em:

- Domicílios carentes de serviço de infraestrutura;

- Domicílios sem unidade sanitária domiciliar exclusiva;

- Adensamento excessivo em domicílios próprios.

A ausência de regularidade documental dos imóveis residenciais é uma situação recorrente, principalmente em imóveis ocupados por famílias de menor renda, devendo portanto ser tratado como mais uma inadequação domiciliar.

PROPOSTAS VALIDADAS NA CAMPANHA

- Expandir o programa Minha Casa Minha Vida, em parceria com o Governo Dilma, contratando a construção de mais de 50 mil casas.

- Expandir o programa Minha Casa Minha Vida Rural, garantindo moradia digna e confortável para quem vive no campo.

- Lançar programa especial de eliminação de casas de taipa e melhorias habitacionais.

- Garantir moradia para as famílias que hoje ocupam áreas de risco no Ceará.

- Criar programa de regularização fundiária nas cidades em parceria com as prefeituras, inclusive realizando mutirões, para garantir o papel da casa a milhares de famílias que até hoje não têm a escritura do terreno, nem da casa onde vivem.

- Entregar o papel da terra para mais de 100 mil pequenos agricultores que ainda não têm este documento, prosseguindo o programa de regularização fundiária na zona rural, que já entregou o papel da terra para mais de 67 mil agricultores cearenses.

AÇÕES PRIORITÁRIAS - ANO I

- Criar uma célula especifica de apoio e assessoria técnica às entidades e movimentos sociais dentro das temáticas: Regularização Fundiária, melhoria habitacional, PNHR e PMCMV.
- Promover articulação com os bancos no sentido de melhorar o processo de liberação dos projetos de unidades habitacionais junto às entidades.
- Lançar Programa Especial de substituição das casas de taipa.
- Complementar a infraestrutura do NUTEC para avaliação de desempenho de edificações habitacionais conforme norma da ABNT- nbr 15.575, visando credenciar instituições junto ao Ministério das Cidades, como instituição técnica avaliadora.
- Fortalecer a célula de melhoria habitacional da Secretaria das Cidades;

- Estruturar o Núcleo de Regularização Fundiária da Secretaria das Cidades.

- Formular Politica de Integração entre ARCE, Secretaria das Cidades, SEINFRA e COGER, visando a oferta de serviços públicos para os novos empreendimentos habitacionais:

- Compor uma assessoria especial junto ao Governador do Estado que articule e efetive politicas de Direitos Humanos.

PROPOSTAS PARA O PPA

- Manutenção e aperfeiçoamento dos mecanismos do Programa Minha Casa Minha Vida:

a) Reorganização do comitê interinstitucional PMCMV criando câmaras específicas para tratar das várias modalidades do programa;

b) Inclusão da representação de entidades sociais de ação urbana e rural entre os componentes do comitê interinstitucional PMCMV;

c) Reforço do cofinanciamento para ações de produção de habitação de interesse social (Lei 15.143- 2012) com recursos do FECOP e de outras fontes;

d) Fomento à requalificação de imóveis desocupados ou subutilizados para fins de habitação de interesse social;

e) Incremento do processo de assistência técnica aos municípios e entidades sociais na produção de habitações de interesse social e regularização fundiária urbana;

f) Envolvimento de várias secretarias estaduais no atendimento do PMCMV e demais programas habitacionais;

g) Integração dos dados cadastrais dos beneficiários dos programas de habitação, aprimorando outras ferramentas de acompanhamento do seu desempenho;

h) Implementação de ações para solução de questões habitacionais de interesse social na região do entorno do Complexo Industrial e Portuário do Pecém;

i) Fomento à requalificação de Imóveis desocupados ou subutilizados para fins de habitação de interesse social.

- Apoio aos municípios na instituição e execução de programas de melhorias habitacionais.

a) Reforço do cofinanciamento das ações de melhorias habitacionais;

b) Incremento do processo de assistência técnica aos municípios e entidades sociais;

c) Articulação com o meio acadêmico para realização de estudos e iniciativas voltadas para aperfeiçoamento das ações de melhoria habitacional.

d) Apoio aos municípios no enfrentamento das questões que envolvem o deslocamento involuntário de famílias residentes em áreas inadequadas;

e) Apoio aos municípios e entidades sociais para o desenvolvimento de programas e ações voltadas para a produção, melhoria e regularização da habitação de interesse social.

- Ações de regularização fundiárias do estoque de imóveis produzidos pelo Governo do Estado.

a) Instituição de lei específica de criação de programas de regularização fundiária nos municípios;

b) Incremento do processo de assistência técnica aos municípios e entidades sociais para o desenvolvimento de programas e ações de regularização fundiária urbana;

c) Estabelecimento de cofinanciamento das ações voltadas para regularização fundiária urbana;

d) Mobilização das instituições competentes, envolvidas nos procedimentos de regularização fundiária para simplificação e barateamento dos registros imobiliários e demais atos congêneres.

3. POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 1º, acolheu a dignidade humana como um dos fundamentos da República, orientando toda a legislação complementar do país para o atendimento desta normativa.

Dentro desta perspectiva, o Estado do Ceará, assim como o Brasil, buscou sua organização político-administrativa para garantir o atendimento constitucional das diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos.

Neste esforço, o Governo do Estado fortaleceu e reorganizou sua Secretaria de Justiça e Cidadania e criou as Coordenadorias Especiais resultando em avanços da política de direitos na sua transversalidade com as demais políticas públicas.

. EDUCAÇÃO, PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

AÇÕES PRIORITÁRIAS - ANO I

- Fortalecimento e ampliação do controle social em direitos humanos: Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Conselho da Mulher, Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho do Idoso, vinculando-os às respectivas Coordenadorias Especiais no âmbito do Gabinete do Governador.

- Fortalecimento das ações do Comitê Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;

- Fortalecimento e interiorização do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) para articulação, planejamento e execução de ações preventivas

ao tráfico de pessoas, de conformidade com a Política Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;

- Prestação de atendimento psicossocial e jurídico às vítimas e familiares recebendo encaminhando e monitorando denúncias;

- Promoção da criação de redes de enfrentamento ao turismo predatório, exploração sexual e tráfico de seres humanos de maneira integrada, procurando identificar e responsabilizar os que financiam e promovem essa prática.

- Instituição da Comissão da Memória, Verdade e Justiça do Ceará para recuperar a memória dos fatos e apurar as violações de Direitos Humanos ocorridos durante o período do último Regime Militar no território estadual.

- Estabelecimento de intercâmbio e compartilhamento de informações com Comissões da Verdade Federais, Estaduais e Municiais, com o registro na Rede Social da Comissão Nacional da Verdade;

- Realização de um inventário centralizado dos arquivos e documentos encontrados.

- Criação da Secretaria Estadual de Direitos Humanos, com competente infraestrutura física, humana e orçamentária,

- Criação de Centros de Referência em Direitos Humanos

- Capacitação dos servidores públicos estaduais em práticas e ações de atenção aos direitos humanos, com enfoque nas peculiaridades das políticas transversais.

- Criação da Política e do Plano Estadual de proteção à pessoa ameaçada de Morte, com fortalecimento e ampliação dos programas de proteção existentes:

PROVITA: Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas ameaçadas em razão de sua colaboração com a justiça;

PPCAAM: Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçados de Morte, tendo como objetivo a preservação da vida por meio de ações protetivas e a garantia de diretos fundamentais garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

PPDDH - Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, objetivando proporcionar proteção e assistência a pessoa física ou jurídica, grupo. Instituí-

ção, organização ou movimento social que defenda Direitos humanos, e em função de sua atuação, encontra-se em situação de risco e ou vulnerabilidade.

- Instituição de um observatório de mapeamento das violações de Direitos Humanos no Estado do Ceará

- Produção de material informativo sobre direitos humanos para escolas, universidades, cursos de formação de profissionais do serviço público, incluindo os do sistema de segurança pública e sistema de justiça.

- Fortalecimento do Projeto Balcão da Cidadania, levando à população, de forma itinerante, na capital e no interior, a educação e direitos humanos, oferecendo todos os serviços e informações da política de direitos humanos do Estado;

- Instituição do Selo Estadual de Direitos Humanos para empresas privadas que fomentarem a educação e, direitos humanos entre os funcionários e que admitirem em seus quadros pessoas em situação de vulnerabilidade social.

- Desenvolvimento de estratégias para garantia do acesso dos segmentos vulneráveis ao sistema público de saúde, garantindo o atendimento humanizado e integral.

- Criação do Conselho dos Direitos do Consumidor.

- Fortalecer e interiorizar a Defensoria Pública, garantindo, em todo o Estado, o acesso da população hipossuficiente à justiça.

- Ampliação dos VAPT VUPT para as maiores cidades do Estado, reunindo em um local a prestação de vários serviços públicos.

. CRIANÇAS E ADOLESCENTES

AÇÕES PRIORITÁRIAS - ANO I

- Fortalecer as ações públicas de Defesa e Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- Fortalecimento do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA-CE, assim como os demais conselhos afins em atuação no âmbito Estado,

incorporando, nas propostas de leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA), suas deliberações no tocante às políticas públicas destinadas ao atendimento da população infanto -adolescente, com a subsequente previsão de dotação orçamentária nos orçamentos dos órgãos públicos responsáveis;

- Desenvolvimento de estratégias para implementar e efetivar o Plano Estadual da Primeira Infância;

- Desenvolvimento de estratégias para implementar e fortalecer o Plano Decenal e a Política Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ações voltadas para a erradicação do trabalho infantil, do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, além de outras políticas impreteríveis como à voltada às crianças em situação de rua etc.;

- Desenvolvimento de estratégias com foco na implementação do Plano Estadual de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, tendo por base o Plano Nacional, contemplando ações destinadas ao fortalecimento dos vínculos familiares e políticas destinadas a evitar ou abreviar o máximo o tempo de permanência de crianças e adolescentes em abrigos, inclusive mediante implementação de programas de acolhimento familiar;

- Apoiar técnico-operativamente os municípios no suporte aos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes;

- Fomento à Escola de Conselhos de Direitos e Tutelares do Ceará enquanto política pública, garantindo a formação continuada dos atores do sistema de garantia dos direitos nos seus três eixos (defesa, promoção e controle).

- Implementar a Política Estadual socioeducativa para atendimento dos adolescentes em conflito com a lei e egressos das internações

- Plano de Atendimento Socioeducativo, conforme previsto nas Leis nº 8.069/90 e 12.594/2012, destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas famílias, compreendendo ações, serviços e programas de prevenção ao uso de substâncias psicoativas e à evasão escolar, programas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, a serem executados pela administração direta ou em parceria com entidades não governamentais, por meio de ações intersetoriais das mais variadas.

- Construir retaguarda de atendimento dos adolescentes em conflito com a lei e egressos da internação, visando envolver a comunidade e oferecendo-lhes alternativas

concretas para a construção de um novo projeto de vida, baseado em valores como a cidadania, a ética, o respeito, a honestidade e a solidariedade;

• Criação de Centros Socioeducativos nas cinco cidades mais populosas do Estado para acolhimento e ressocialização de adolescentes em conflito com a lei.

• Disseminação da cultura da justiça restaurativa no sistema estadual de ensino e no sistema socioeducativo, visando à resolução extrajudicial de conflitos, através da mediação com participação direta dos atores envolvidos no conflito, famílias e comunidades afins.

• Promover o enfrentamento à violência letal contra crianças e adolescentes

• Desenvolvimento de estratégias coordenadas com as policiais de inteligência e repressiva, para inibir crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes, bem assim como crimes de pedofilia, dentre outros, mediante meios digitais;

• Fortalecimento da política de Combate a Violência Sexual contra crianças e Adolescentes;

• Fortalecimento do Programa Estadual de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte –PPCAAM no Ceará;

• Aprimoramento dos Serviços de identificação e localização de pais e responsáveis, de crianças e adolescentes desaparecidos.

. MULHERES

AÇÕES PRIORITÁRIAS - ANO I

• Fortalecer e Ampliar a Rede de Saúde Integral da Mulher, dos Direitos Sexual e Reprodutivo;

• Garantir a efetivação do Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher e do Programa Mulher Viver sem Violência.

PROPOSTAS PARA O PPA

- Criação de delegacia especializada nos municípios com mais de 60 mil habitantes (duas a cada ano), com um plantão de 24 horas e com equipe de trabalho fixa;

- Implantação dos serviços na Casa da Mulher Brasileira;

- Transformação da Coordenadoria Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres em Secretaria de Estado;

- Ampliação do número de creches em tempo integral;

- Criação de lavanderias públicas com equipamentos adequados(máquinas industriais) e criação de cozinhas comunitárias (restaurante popular);

- Realizar Campanhas permanentes de enfrentamento à violência doméstica, familiar e sexual.

PROPOSTAS PARA O PLANO ESTRATÉGICO

- Fortalecer a Rede de Atenção à Saúde integral das mulheres, e dos direitos sexuais e reprodutivos.

- Promoção dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos das mulheres em todas as fases do seu ciclo de vida e nos diversos grupos populacionais, sem discriminações;

- Garantia do efetivo funcionamento da Rede de Atenção à Saúde da Mulher, e em específico, ao enfrentamento do câncer de mama/colo do útero;

- Contribuição para a redução da gravidez na adolescência;

- Enfrentamento à morbidade materna.

- Garantir a efetivação do Pacto Nacional de Enfretamento a Violência Contra as Mulheres.

- Garantia da efetividade da Lei Maria da Penha, com o fortalecimento e a ampliação da rede de atendimento à mulher vítima de violência, com especial atenção para as Delegacias de Mulheres;

- Implantação da Casa da Mulher Brasileira para acolhimento de todos os equipamentos da rede de atendimento da mulher vítima de violência;

- Garantia da efetividade dos serviços da Unidade Móvel de Atendimento para enfrentamento à violência às mulheres do campo e da floresta;

- Garantia da capacitação continuada para os(as) servidores(as) da rede e garantir atendimento humanizado;

- Monitoramento e acompanhamento das políticas públicas voltadas para a mulher;

- Incentivo aos Municípios para criação, fortalecimento e ampliação da rede de enfrentamento a violência contra as mulheres.

- Promover a igualdade no mundo do trabalho com autonomia econômica

- Fomento à participação e permanência das mulheres no mundo do trabalho, com a garantia de qualidade nas condições e igualdade de rendimentos;

- Promoção da organização produtiva e o acesso à renda para as mulheres, especialmente daquelas em vulnerabilidade social;

- Garanta da capacitação para as mulheres atendidas pela Rede Estadual, objetivando sua inclusão no mercado de trabalho;

- Dar visibilidade ao trabalho da mulher do campo e da floresta, dos indígenas e das comunidades tradicionais, incentivando seus saberes e orientando-as para a participação no mercado de trabalho;

- Estímulo dos municípios a implantar creches em tempo integral, cozinhas comunitárias e lavanderias públicas;

- Garantia de linhas de créditos para mulheres empreendedoras;

- Ampliação de programas de inclusão produtiva para as mulheres em situação de vulnerabilidade.

- Fortalecer a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.

- Estímulo à ampliação da participação das mulheres em cargos de poder e decisão;

- Fomento à criação de Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher;

- Estímulo à participação de mulheres nos partidos políticos e nos cargos de liderança e decisão no âmbito das entidades representativas dos movimentos sociais, sindicatos, conselhos etc.

- Fomentar a cultura, esporte, comunicação, mídia e educação.

- Promoção da construção de uma cultura igualitária, democrática e não reprodutora de estereótipo de gênero, raça, etnia, orientação sexual e geração;

- Garantia da escola em tempo integral;

- Promoção do acesso das mulheres aos bens culturais e tecnologias da informação.

- Estímulo às práticas esportivas ampliando a participação das mulheres nos programas e projetos públicos voltados para o esporte e laser;

- Estímulo à participação profissional das mulheres nos esportes.

- Criar mecanismos para o enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia.

- Contribuição para a superação das desigualdades baseadas no racismo, sexismo, na orientação sexual e identidade de gênero;

- Contribuição para a superação da violência contra as mulheres, decorrente do racismo, do sexismo e da lesbofobia.

- Garantir direitos iguais para mulheres, jovens e idosas com deficiência.

- Garantia do acesso das mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência a programas, equipamentos e políticas públicas.

. IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL

AÇÕES PRIORITÁRIAS - ANO I

• Criar condições para que os Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros, Indígenas, Quilombolas, Ciganos, Pescadores e População Negra proponham e executem projetos socioeconômicos, educacionais, sociais e culturais voltados para proteção, valorização e desenvolvimento das comunidades com base no modo próprio de cada povo ou comunidade tradicional.

• Fomentar e apoiar parceria com bancos públicos (BNB, BB, Caixa Econômica e BNDES) para implementação de políticas e programas de desenvolvimento socioeconômico de acesso ao crédito e financiamento de empreendimentos protagonizados pelos Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros, Indígenas, Quilombolas, Ciganos, Pescadores e População Negra no Estado.

• Reconhecer os Povos e Comunidades de Matriz Africana e Afro-brasileira como patrimônio cultural e imaterial no Estado do Ceará.

• Efetivar as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

PROPOSTAS PARA O PPA

• Fortalecer parcerias entre o Governo do Estado e o Governo Federal com o intuito de agilizar os processos de Titularidade das áreas da população remanescente de Quilombos e a demarcação dos Territórios Indígenas, pelo menos daqueles em que não haja litígio.

• Criar o Plano Estadual de Educação para Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros, Indígenas, Quilombolas, Ciganos, Pescadores e População Negra para a implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

• Implementar o Plano Juventude Viva nos Municípios do Estado.

- Implantar uma nova política no Estado para e com a participação de povos e comunidades tradicionais Indígenas, Quilombolas, Ciganos, Matriz Africana e Afro -brasileira.

- Fortalecer e ampliar ações de educação específica e diferenciada já implantadas, a exemplo de Escolas que já funcionam em territórios indígenas e quilombolas no Estado.

- Instalar unidades de saúde específica nos territórios indígenas e quilombolas no Estado.

- Promover festivais de reconhecimento e valorização da cultura afro-brasileira, indígena e cigana contemplando todas as expressões e linguagens artísticas desses segmentos.

- Reconhecer e apoiar financeiramente associações de referência que trabalham com a promoção de datas comemorativas, manifestação popular voltada para cultura afro-brasileira, indígena e cigana, assim como, o cumprimento da Lei 10.639/03 no Estado do Ceará.

- Reconhecer o território sagrado do povo de religião de matriz africana e afro-descendente como área de preservação cultural ancestral e reconhecimento também dos quilombolas rurais e urbanos.

- Viabilizar a transversalidade nas diversas políticas setoriais para promover ações afirmativas geradoras de igualdade étnico racial.

- Implantar ações de autossustentabilidade para superação da situação de insegurança alimentar dos povos e comunidades tradicionais (Indígenas, Quilombolas, Cultura Cigana, Matriz Africana e Afro-brasileira).

- Estimular incentivos fiscais para empresas que contratam jovens negros, indígenas, quilombolas e ciganos em conflito com a lei e que estejam cumprindo medidas socioeducativas.

- Criar reservas de vagas (cotas) de 20% para negros, indígenas no serviço público, alinhado com a Lei federal Nº 12990/2014.

- Adotar sistema de cotas nas universidades públicas nos moldes da Lei federal Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.

- Construir e conservar escolas quilombolas e indígenas conforme orientação do MEC e SEPPIR.

- Instituir a coordenadoria de saúde integral da população negra conforme Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

- Incentivar produção audiovisual por meio de editais que fortaleça a autoestima dos povos e comunidades tradicionais (Indígenas, Quilombolas, Cultura Cigana, Matriz Africana e Afro-brasileira).

- Fortalecer a política de promoção da igualdade racial através da criação Plano e Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial.

. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

AÇÕES PRIORITÁRIAS - ANO I

- Fomento à participação e permanência dos deficientes no mundo do trabalho, com garantia de qualidade nas condições e igualdade de rendimentos quando são capazes de realizar ações de forma plena;

- Promoção da organização produtiva e o acesso à renda para os deficientes, principalmente àqueles em vulnerabilidade;

- Garantir qualificação, inclusive com testes vocacionais, capacitação aos deficientes atendidos pela rede estadual, objetivando sua inclusão no mercado de trabalho;

- Dar visibilidade ao trabalho das pessoas com deficiência que possuem condições de realizar atividades, incentivando conhecimento e orientando-os para a participação no mercado de trabalho. PROPOSTAS PARA O PPA;

- Garantir a participação social com comissões das pessoas com deficiência;

- Incentivar fundos estaduais para a criação e continuidade dos Conselhos Municipais das pessoas com deficiência.

PROPOSTAS PARA O PLANO ESTRATÉGICO

- Capacitação de profissionais da saúde e de equipamentos adequados para atender com qualidade as especificidades das pessoas com deficiência em todos os hospitais, UPAs, clínicas, consultórios, etc., de responsabilidade do Estado e a inclusão de, pelo menos, um intérprete de libras em cada equipamento de saúde;

- Garantir e tornar efetiva a dispensação de órteses, próteses e insumos, prevista na política de atenção à saúde da pessoa com deficiência;

- Instituir centros especializados em reabilitação nos Hospitais Regionais do Estado e também a criação do Centro de Referencia em Autismo em Fortaleza, para efetivar a habilitação e reabilitação com o objetivo de melhorar as funcionalidades das pessoas com diversas deficiências, para promover a sua autonomia e independência;

- Adoção de medidas de proteção contra o abandono de pessoas com deficiência;

- Adoção de medidas protetivas contra abusos e exploração sexual de pessoas com deficiência;

- Construção de casas de passagem para pessoas com deficiência em todas as cidades em que funcionem centros de reabilitação;

- Investimento na construção e implementação de residências inclusivas, que venham a atender de forma adequada as pessoas com deficiência que se encontram em situação de rua;

- Fortalecimento das ações sobre habitação para as pessoas com deficiência, garantindo moradia digna, com desenho universal e prevendo acessibilidade nos projetos, priorizando os programas de habitação de interesse social - Programa Minha Casa Minha Vida;

- Cuidado para que todas as moradias construídas nos programas habitacionais do governo estadual adotem o padrão do Programa Minha Casa Minha Vida II;

- Adotar medidas para a garantia do acesso à comunicação em todas as peças produzidas pelo executivo, legislativo e judiciário estadual, adotando tecnologia de audiodescrição, legendagem e tradução em libras e braille;

- Providência da inclusão de intérpretes de libras, bem como de tecnologias de auxílio à comunicação com surdos (celular, tablet e afins), sucessivamente, em delegacias e cabines e viaturas policias;

- Instituição de centrais de intérpretes de libras nas regiões polo do Estado;

- Passe livre intermunicipal e criação de linhas especiais de transporte de pessoas com deficiências para os locais de trabalho;

- Apoiar as responsabilidades municipais para a garantia do transporte adaptado;

- Estímulo aos municípios a adotarem academia em parques públicos com equipamentos acessíveis;

- Fortalecimento da base estadual em seu sistema de assistência jurídica, garantindo o acesso de pessoas com deficiência aos Fóruns, Defensorias, Cartórios e Promotorias.

- A garantia de um sistema educacional inclusivo, aparelhando escolas da rede pública com recursos multifuncionais, qualificação de profissionais, adaptação de espaços físicos, incentivo às famílias para a matrícula, a permanência e sucesso de pessoas com deficiência em todos os níveis da educação, desde a pré escola ao ensino superior;

- Construção de centros de profissionalização inclusiva para pessoas com deficiência, nos oito macroregiões do Ceará e construção de Centros Vocacionais Tecnolólogicos – CVts – voltados ao público específico nas duas regiões metropolitanas do Estado;

- Promoção da acessibilidade nas universidades estaduais;

- Disponibilização de material em braile e de inclusão digital acessível nas bibliotecas públicas, bem como de audiodescrição em cinemas, teatros, estádios e casas de espetáculo do Estado;

- Instituição de escolas bilíngues (disciplinas ministradas em libras) nas regiões polo do Ceará;

- Formação de equipes especializadas em libras, todos os órgãos estaduais que prestem atendimento ao público, como por exemplo; na polícia civil e militar, bombeiros, na saúde (SAMU), ISSEC a Preparar todos os profissionais de atendimento de urgências nas mais diversas formas em conhecimento básico (primeiros-socorros) de libras;

- Adoção do critério da lei de cotas, Lei nº 8.213/1991 para contratação de empresas.

- Apoio e promoção da prática esportiva de pessoas com deficiência;

- Garantia da participação dos atletas com deficiência em paraolimpíadas.

. IDOSOS

AÇÕES PRIORITÁRIAS – ANO I

- Elaboração de anteprojeto para a criação da Política Estadual do Idoso- PEI, com garantia de dotação orçamentária e financeira, a ser incluído no PPA 2016-2019.

- Conclusão da Reforma e reestruturação dos serviços da ILPI do Estado, organismo da estrutura da STDS, conhecida como Unidade de Abrigo de Idosos

- Criação e implementação do Fundo Estadual do Idoso do Ceará- FEICE em consonância com as diretrizes do Fundo Nacional do Idoso, Lei nº 12.213/2010. OBS: O projeto-lei de criação do FEICE encontra-se em tramitação na PGE desde 05/10/2010.

- Criação da Rede Estadual de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa em consonância com as diretrizes da Rede de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa – RENADI (SEDH/CNDI) e das Deliberações das Conferências Nacional e Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, por meio da articulação e integração de serviços e equipamentos sociais existentes;

- Promoção de ações educativas e formativas dentro dos órgãos estaduais capacitação de gestores, coordenadores de programas, projetos e serviços, grupos de idosos, cuidadores e familiares, objetivando a melhoria da qualidade do atendimento prestado;

- Fortalecimento do Programa de Preparação para a Aposentadoria – PIPA dirigido aos servidores público estadual em execução na SEPLAG/PAI;

- Garantia da participação das organizações da sociedade civil- entidades assistenciais, fóruns, conselhos, nas discussões, deliberações dos programas e projetos estaduais, favorecendo o exercício do controle social;

- Fortalecimento dos instrumentos de participação popular dos idosos objetivando o combate das situações de pobreza;

- Promoção da acessibilidade estrutural dos espaços públicos;

- Dar a continuidade do programa 026, reavaliando seu funcionamento e execução com as secretrarias setoriais estaduais e a sociedade civil.

PROPOSTAS PARA O PPA

- Criação da Politica Estadual do Idoso –PEI, com base no anteprojeto elaborado no exercício de 2015. A criação da PEI é um ato de afirmação política para implementação das diretrizes nacionais no nível estadual, sobretudo, assegurando instrumentos de controle e participação social do idoso. O crescente aumento da população idosa no Estado do Ceará e consequentemente o aumento das demandas específicas do segmento exige um respaldo legal. Segundo dados do IBGE a população acima de 60 anos é de 11% da população total.

- Criação do Centro Geriátrico e Gerontológico do Estado do Ceará " MARIAZINHA BARROSO". O projeto desse Centro já foi elaborado pelo Conselho Estadual dos Direitos do Idoso – CEDI, estando na STDS para alocação de recursos. Projeto semelhante está em tramitação na Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza, ensejando com isso uma articulação institucional para que tais equipamentos atendam a população idosa da capital e Região Metropolitana de Fortaleza, devendo ser órgão de referência para implantação em outros municípios.

- Realização de concursos públicos para a contratação de pessoal, visando o preenchimento e ampliação dos quadros de profissionais com formação em gerontologia e geriatria para lotação em hospitais, CREAS e demais órgãos que atendem o idoso.

- Elaboração de um programa de captação de recursos para órgãos públicos e privados estaduais e federais.

- Realização de campanhas e programas informativos de educação gerontológica, o processo de envelhecimento e suas implicações na família e sociedade, destinados a servidores e colaboradores públicos que prestam serviços em escolas e hospitais.

- Sugerimos a alteração do nome do Programa Saúde, Bombeiros e Sociedade de FELIZ IDADE, considerando essa denominação preconceituosa e discriminatória. Garantir em orçamento da Secretraria de Segurança Pública e Defesa Social e outras setoriais recursos para execução do referido programa, considerando as recomendações aprovadas pela plenária.

- Criação da Delegacia Especializada à pessoa idosa.

- Inclusão de temas transversais - envelhecimento e conteúdos de gerontologia- nos currículos das escolas e universidades estaduais, conforme determina o art. 22 do Estado do Idoso.

- Reestruturação e manutenção do Serviço Estadual de Atendimento de Denúncias de -Violência contra a pessoa idosa, articulando os CREAS, Conselho Estadual, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil e Defensoria Pública

- Criação e manutenção de ambulatórios especializados, unidades, definição de leitos e outros serviços para o atendimento ao idoso

- Criação de programas que favoreçam o acesso dos idosos na perspectiva de empreendedorismo, em resposta a demanda do segmento incluindo a instituição da casa do idoso empreendedor e a feiras do idoso empreendedor. STDS e setoriais afins.

- Criação, em parceria com os municípios, uma Rede Intermediária de atendimento ao idoso, compreendendo: ILPI (Instituição de Longa Permanência para Idosos), Centro-dia, Casa-Lar, República de Idosos

- Construção de Instituições de Longa Permanência para a pessoa idosa (ILPIs) e de Centros de Convivência para a pessoa idosa

- Criação da Delegacia Especializada na repressão à violência contra a pessoa idosa;

- Criação do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa para a captação de recursos necessários à implementação das políticas públicas voltadas para a pessoa idosa.

- Criação da Casa do Idoso Empreendedor e das Feiras do Idoso Empreendedor.

. LGBT

AÇÕES PRIORITÁRIAS - ANO I

- Estabelecimento do programa de incentivo a formação profissional e benefícios fiscais para empresas que empreguem pessoas LGBT;

- Capacitação dos integrantes da saúde e da assistência social do Estado para o atendimento às pessoas LGBT;

- Providenciar editais de apoio cultural para projetos que promovam a arte e a cultura LGBT;

- Capacitação e sensibilização de diretores, professores e núcleo escolar das escolas estaduais sobre a temática da diversidade sexual contribuindo para a erradicação da homofobia na escola;

- Implantação de um observatório para mapear as violações de direitos humanos em razão da orientação sexual no âmbito do Estado do Ceará.

PROPOSTAS PARA O PPA

- Implantação do primeiro ambulatório de saúde integral para a população LGBT com núcleos regionalizados em todo o Ceará;

- Instituição de um Centro de Transgenitalização na rede de saúde pública estadual;

- Ampliação das Ações da campanha "Ceará sem Homofobia";

- Criação da I Casa de Acolhimento para LGBT's que são vitimizados pela expulsão de suas casas em razão da orientação sexual, dentre outras violações;

- Criação da Delegacia Especializada em Crimes Raciais e de Intolerância – DECRADI.

- Emitir a carteira de Identidade Social (com o nome social), com reconhecimento em todo Estado e se possível, em todo país.

- Execução a médio e longo prazo das demandas aprovadas na 2ª Conferência Estadual LGBT

. MINORIAS E POLÍTICAS ESPECIAIS

PROPOSTAS PARA O PPA

-Instalação de um Centro Pop em cidades das regiões metropolitanas do Estado

-Fortalecer as estratégias de massificação do registro civil, sobretudo os segmentos mais vulneráveis da população;

-Intensificar o combate ao trabalho escravo, no campo e nas cidades, através da integração de órgãos institucionais e de segurança de todos os âmbitos federativos;

-Oferecer capacitação para o trabalho voltada às pessoas em situação de rua nas grandes metrópoles.

. JUVENTUDES

O segmento Juventude não esteve incluído diretamente no Documento dos 7 Cearás, mas se articulou durante o Seminário e propôs a inclusão de propostas específicas. Seguem abaixo as propostas aprovadas no Seminário.

PROPOSTAS PARA O PPA

Fortalecer o controle social das Politicas Públicas de Juventude

- Estimular a criação de Conselhos Municipais de Juventude;

-Fortalecer o Conselho Estadual de Juventude;

- Realizar conferências estaduais;

- Ampliar os ciclos de formação de gestores de Juventude no Estado

Fomentar a Educação, Qualificação Profissional e Participação cidadã

- Construir 04 centros de Referência, disponibilizando serviços de atenção integral aos jovens;

- Ampliar o número de vagas de Programas que integrem elevação de escolaridade e qualificação profissional com inserção no mercado de trabalho;

- Incentivar Políticas de Empreendedorismo e protagonismo juvenil;

- Proporcionar e garantir políticas que ampliem o acesso de jovens privados de liberdade e adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, à educação e qualificação profissional.

Garantia de Direitos

- Aprovação do Estatuto e do Sistema Estadual de Juventude;

- Garantia da meia-passagem intermunicipal;

- Monitoramento e Acompanhamento intersetorial das Politicas Públicas de Juventude;

- Desvincular o Fundo Estadual de Juventude do Fundo Estadual de Esporte e Juventude;

- Promover a articulação entre os entes federativos para a efetiva implementação da política de enfrentamento ao extermínio da juventude negra;

- Criar uma Comissão de Enfrentamento à Redução da Maior Idade Penal.

Esporte, Cultura e Tempo Livre

-Construção de 08 equipamentos de esporte, cultura, arte, lazer e tempo livre para a Juventude.

Saúde e Sexualidade

- Ampliar a política de prevenção da DST's/AIDS, promovendo palestras educativas nos espaços, distribuindo preservativos, debatendo gravidez na adolescência entre outras ações;

- Implementar a política de redução dos danos causados pelo uso e manuseio de drogas.

4. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A Segurança Alimentar e Nutricional consiste no direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambientais, culturais, econômicas e socialmente sustentáveis (LOSAN - Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional, Lei no 11.346/2006, Art.3º).

O avanço no debate e na institucionalização da Política de Segurança Alimentar e Nutricional foi um dos mais expressivos ganhos observados nas Políticas Sociais brasileiras dos últimos anos. Foi em torno da temática da fome, da sua urgência e da necessidade de superá-la, que o Brasil começou a desenhar os seus mais importantes programas de combate à pobreza, como os Programas Fome Zero e o Bolsa Família.

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam sustentáveis do ponto de vista: ambiental, econômico e social.

Como conjunto de ações planejadas, garantidoras da oferta e do acesso aos alimentos para toda a população, a SAN requer o envolvimento tanto do governo quanto da sociedade civil organizada, em seus diferentes setores ou áreas de ação – saúde, educação, trabalho, agricultura, desenvolvimento social, meio ambiente, dentre outros – e em diferentes esferas – produção, comercialização, controle de qualidade, acesso e consumo. Portanto, a intersetorialidade é uma das premissas básicas de uma política de SAN.

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) reforça essa intersetorialidade quando estimula estados e municípios a criarem os instrumentos necessários para sua adesão ao sistema: os Conselhos e as Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional.

O Estado do Ceará, através de sua Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará (CONSEA-Ceará), cumpre esse papel como uma forma de fortalecer o debate da Segurança Alimentar e Nutricional, e por entender que o município é o espaço onde as urgências alimentares se manifestam de forma direta e imediata.

Os compromissos assumidos pelo Governo do Estado desde 2007, direcionados ao combate à fome e à miséria, juntamente com o Governo Federal, vêm construindo uma agenda na área da Segurança Alimentar e Nutricional, como política pública de Estado.

4. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

AÇÕES PRIORITÁRIAS - ANO I

- Rever a estrutura da STDS em relação à SAN, transformando a célula de San em uma Coordenadoria, com garantia de recursos e estrutura, para o pleno desempenho do seu papel de coordenar a política de SAN no Estado.

- Realizar a Conferência Estadual e apoiar as Conferências Territoriais e Nacional da SAN;

- Implementação de Compras Públicas (compras institucionais) de alimentos da agricultura familiar;

- Assessoramento aos municípios no processo de adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN

- Estabelecimento das ações de formação e atualização continuada em SAN e Direito Humano à Alimentação adequada-DHAA.

PROPOSTAS PARA O PPA

- -Ampliar e aperfeiçoar as ações dos programas de transferência de renda no Estado, visando o aumento da renda das famílias de mais baixa renda e a redução da insegurança alimentar.

- -Apoio à implementação da rede de equipamentos públicos de SAN (restaurantes populares, bancos de alimentos, cozinhas comunitárias, feiras e mercados populares) que favoreçam a aquisição de produtos oriundos da Agricultura familiar a preços acessíveis.

- -Fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE, criando estratégias que viabilizem a aquisição de, pelo menos,30% da Agricultura Familiar conforme Lei 11.947, de 16 de junho de 2009.

- -Implementação das compras públicas (compras institucionais) de alimentos da agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), destacando-se a parceria com o Programa de Alimentação Escolar (PNAE), assegurando uma oferta diversificada de alimentos saudáveis. Vale mencionar a importância de ampliar parcerias com outras setoriais (justiça: presídios; saúde: hospitais; assistência social: unidades de internação, etc).

- -Fortalecimento da Agricultura Familiar, da pesca e aquicultura;

- -Fortalecimento e ampliação das ações de garantia de preços mínimos de alimentos;

- -Conservação e valorização das sementes crioulas e tradicionais, através das casas e bancos de sementes comunitárias.

- -Intensificação dos processos de transição agroecológica e produção orgânica;

- -Adoção de plano de redução do uso de agrotóxicos e controle de transgênicos;

- -Fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), como principal instrumento para aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar; inclusive o PAA leite;

- -Ampliação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), de forma qualificada e continuada, priorizando os serviços voltados para a agroecologia e produção orgânica;

- -Desenvolvimento de ações de capacitação junto a trabalhadores rurais e áreas de assentamento;

- -Estímulo à compra de alimentos provenientes de núcleos produtivos regionais e locais.

- -Promoção do aproveitamento de produtos hortícolas e excedentes e não comercializados pelos centros de abastecimento do Estado para a fabricação de sopas e produtos desidratados.

- -Fortalecimento da Soberania Alimentar no Estado do Ceará.

- -Estabelecimento de ações de formação e atualização continuada em SAN e Direito Humano à Alimentação, junto a gestores, conselheiros, profissionais diversos e sociedade civil;

- -Observância do Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional na elaboração e implementação de políticas públicas, conferindo ao alimento a centralidade como promotor da saúde e expressão de identidade cultural na perspectiva do Direito;

- -Assessoramento aos municípios para estabelecimento de Programas de Orientação Nutricional para as Escolas da Rede Pública Municipal nos moldes do PNAE, que busca contribuir na construção da SAN nas escolas da rede pública estadual promovendo a adoção de práticas alimentares saudáveis no ambiente escolar.

- -Desenvolvimento de estudos, pesquisas, ciência, tecnologia e inovação para SAN.

- - Ampliação do acesso da população negra, dos povos indígenas, dos povos de comunidades tradicionais a programas e políticas de SAN;

- - Observância da Cultura e hábitos alimentares dos povos e comunidades tradicionais nas ações e programas de SAN.

- -Controle e prevenção dos agravos e doenças consequentes da Insegurança Alimentar e Nutricional;

- -Controle e Prevenção do Excesso de Peso e Obesidade;

- -Controle e Regulação de Alimentos (padrões de identidade, de qualidade e de segurança toxicológica, publicidade e rotulagem de alimentos);

- -Criar a vigilância alimentar e nutricional no Estado do Ceará.

- -Fortalecimento do Programa de Cisternas, possibilitando o acesso à água a produção de alimentos;

- -Promoção do acesso aos sistemas simplificados de irrigação para agricultores familiares no caminho da transposição do rio São Francisco;

- -Ampliação do Programa Água para Todos, universalizando o acesso à água para consumo da população rural.

- -Assessoramento aos 184 municípios no seu processo de adesão ao SISAN; contribuindo na criação dos Conselhos Municipais de SAN, das Leis, Câmaras Intersetoriais e Planos Municipais de SAN;

- -Fortalecimento do SISAN no Estado, fomentando o funcionamento das partes que o integram, com destaque para a Câmara Intersetorial de SAN – CAISAN-Ceará; CONSEA e Conferências e apoiar as Conferências Estadual e Territoriais;

- -Implementação do Sistema de Monitoramento da política de SAN no Estado;

- -Promoção de articulações entre ações de Segurança Alimentar e Nutricional do estado com o Plano Brasil sem Miséria.

03
CEARÁ DE OPORTUNIDADES

INTRODUÇÃO

O Ceará de Oportunidades é o eixo estratégico que trata da base econômica de sustentação do desenvolvimento do Ceará. Este eixo estratégico pretende contribuir com a superação dos três macrodesafios por meio de duas estratégias gerais, a saber: Estratégia 1 – Promover o crescimento econômico com desenvolvimento territorial e Estratégia 2 – Gerar mais emprego, trabalho emancipado, renda e riqueza.

Desdobrando-se a discussão de cada elemento que compõe as estratégias, temos os seguintes temas para reflexão:

Promover o crescimento econômico: Na DPG-1 é apresentada a seguinte análise sobre a necessidade de crescimento da economia do Ceará acima da média de crescimento da economia nacional. "De forma mais específica, é possível considerar que o cerne da problemática existente reside no fato de o Estado possuir aproximadamente 4,5% da população brasileira, enquanto a sua economia representa apenas 2,21% do total do país."

A questão que se coloca é que o atual modelo de promoção de crescimento econômico baseado na atração de empresas e alocação de grandes projetos na Região Metropolitana tende a ampliar a desigualdade regional, não sendo uma resposta positiva ao segundo Desafio da Sociedade que é garantir maior equidade social e regional.

É neste sentido que a promoção do crescimento econômico foi vinculada ao desenvolvimento territorial.

Desenvolvimento territorial – Duas fortes iniciativas foram empreendidas durante a campanha eleitoral com o objetivo de dialogar com as lideranças do interior do Estado e captar os anseios e propostas capazes de responder ao grande desafio de garantir maior equidade regional ao desenvolvimento do Ceará. A Caravana Plano de Governo tomou como referência espacial os 13 Territórios de Identidade e as bacias hidrográficas correspondentes e a Caravana do Desenvolvimento, liderada por Nicolle Barbosa, percorreu 07 das 08 Macrorregiões.

Estratégia 2 – Gerar mais emprego, trabalho emancipado, renda e riqueza.

Esta segunda estratégia procura ampliar a ação de Governo para todo o conjunto das formas econômicas que conformam a economia cearense.

Um primeiro foco é a geração de emprego. Trata-se aqui da geração de emprego formal, com carteira assinada, por meio da ampliação do número e porte das empresas capitalistas, em que as relações sociais de produção são do tipo capital – trabalho.

O segundo foco é a geração de trabalho emancipado. O termo reflete a concepção de trabalho preconizada e praticada pelo movimento de economia solidária e representa um diferencial em termos das relações sociais de produção. O trabalho emancipado apresenta dois aspectos importantes na estratégia de sustentação econômica do desenvolvimento. Ele representa o que podemos conceituar como um circuito curto e direto de geração e distribuição de renda e um mecanismo de geração desconcentrada de riqueza.

O terceiro foco é a geração de renda. Sem sombra de dúvida, houve crescimento nesse campo. O Ceará teve a elevação de seus indicadores nestes últimos oito anos e, ao se considerar que o PIB ainda é o principal indicador econômico de âmbito mundial, a análise recente em termos do crescimento econômico do Ceará mostra o significativo avanço deste indicador no que diz respeito a relação PIB Ceará e PIB Brasil.

Analisando o PIB *per Capita*, verifica-se novamente uma forte tendência de crescimento no ganho de participação da economia do Ceará em relação ao Brasil, principalmente a partir de 2007.

Quanto aos Investimentos que são uma variável-chave no processo de crescimento econômico, através dele o Governo do Ceará conseguiu impulsionar a geração de riqueza pela sociedade, contribuindo para a expansão da renda e a criação de novos empregos.

No período de 2007 a 2013, em valores reais a preços de 2013, o Ceará apresentou o quarto maior volume de investimentos acumulados, totalizando R$ 16.133 milhões, ficando atrás apenas dos três maiores estados da federação – São Paulo, Minas e Rio de Janeiro – tanto em termos de PIB quanto de população.

Neste contexto, o Governo do Ceará vem fazendo um grande investimento em infraestrutura destacando-se em termos de valores os Metrôs de Fortaleza (Linhas Sul, Leste, Oeste e Parangaba - Mucuripe) Cariri e Sobral, as rodovias, o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, o Luz para Todos, Projeto Maranguapinho, o Programa Sanear III, Construção de Habitações, Projeto Rio Cocó, Cidades do Ceará e Saneamento Local Litorâneo, perfazendo R$ 6 bilhões de reais para este conjunto, totalizando com os demais investimentos o valor de R$ 8,3 bilhões no período 2007 a 2013.

Portanto, em termos temáticos, o Ceará de Oportunidades desdobra-se nos seguintes itens: agricultura familiar, agronegócio, indústria, economia mineral, comércio, turismo, artesanato, empreendedorismo, trabalho e renda, economia solidária, infraestrutura e nova economia.

1. AGRICULTURA FAMILIAR

1.1. APRESENTAÇÃO

Desde o início de 2007, quando a Secretaria de Agricultura Irrigada - SEAGRI do Estado do Ceará deu lugar à Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Ceará - SDA, com finalidade de planejar, coordenar e executar, diretamente ou através de suas vinculadas, as ações do Governo do Estado para o desenvolvimento da agropecuária, mediante apoio exclusivo à agricultura familiar, o Ceará intensificou suas ações de ATER com foco no combate à pobreza rural, na garantia da segurança alimentar e nutricional e no apoio à transição agroecológica e convivência com o Semiárido.

Esta relação de parceria entre o Governo do Estado (através da SDA) e a sociedade rural cearense ficou mais estreita e evidente a partir da elaboração de um importante instrumento de construção coletiva, o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PDRSS, que por sua vez, carrega em seu bojo as bases estratégicas para as políticas de fortalecimento da Agricultura Familiar no âmbito do Estado do Ceará.

O PDRSS clareia o rumo para incorporação das políticas públicas, de valores e concepções do desenvolvimento humano, da agroecologia, da socioeconomia solidária, da ética, da sustentabilidade ambiental e da convivência criativa com o Semiárido.

Outro instrumento norteador e rico em diretrizes estratégicas para o Ceará Rural são os Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), que por sua vez apóiam a gestão social sustentável, baseados na experiência de um planejamento participativo, que, igualmente ao PDRSS, preconiza a agroecologia como uma opção sustentável para a Agricultura Familiar no Semiárido.

PROPOSTAS VALIDADAS PELO CANDIDATO NA CAMPANHA

- ***Contratar 1.400 técnicos agrícolas para que, somados aos já existentes, o Ceará possa dispor de um técnico agrícola para cada grupo de 100 pequenos agricultores.***

- ***Construir o Parque de Exposições do Sertão Central.***

- ***Fazer concurso para a EMATERCE.***

AÇÕES PRIORITÁRIAS - ANO I

Desenvolvimento Agroecológico e de Convivência com o Semiárido

- Criação de uma Política de Convivência com o Semiárido no Estado, que articule ações, recursos humanos, técnicos e financeiros com participação paritária governo e sociedade civil organizada.

- Integrar o Programa Nacional de Conservação, Uso e Manejo da Agrobiodiversidade.

- Apoiar a proposta de redimensionamento da Região Semiárida para o Estado do Ceará, junto ao Ministério da Integração Nacional.

- Implantar o Centro Integrado de Referência Tecnológica para a Convivência com o Semiárido, na Fazenda Normal da Ematerce, em Quixeramobim.

- Fortalecimento das cadeias produtivas e dos APL das atividades: galinha caipira, suínos, ovinocaprino, bovinocultura, apicultura, piscicultura, cajucultura, horticultura e fruticultura, mandiocultura e cotonicultura, extrativismo da carnaubeira, empreendedorismo rural, entre outros.

- Fortalecimento da produção de produtos orgânicos e dos pequenos sistemas produtivos no âmbito da agricultura familiar com ênfase na agroecologia e juventude rural.

- Ampliação do projeto "Quintais Produtivos".

- Instituir a Política Estadual de Fortalecimento da Agroindústria familiar, que articule ações, recursos humanos, técnicos e financeiros com participação paritária governo e sociedade civil. Garantia do mecanismo de certificação orgânica dos produtos da AF e comunidades tradicionais; instituir o sistema unificado estadual de sanidade agroindustrial familiar, artesanato e de pequeno porte. Fomentar o aproveitamento e beneficiamento de frutas e fortalecer o seu processo de comercialização, com destaque a economia solidária.

- Fortalecer e ampliar o programa de distribuição de sementes e mudas (Hora de Plantar), integrando com as casas de sementes e mudas nas comunidades rurais, indígenas e povos tradicionais.

- Criar programa estruturante de resgate, valorização e distribuição de sementes crioulas, implantando e fortalecendo as casas comunitárias de sementes com estrutura para armazenamento para variedades locais.

- Ampliar o incentivo à formação de reserva estratégica alimentar para os rebanhos do Semiárido.

- Ampliar a área irrigável mediante novas fontes de água com inovações tecnológicas.

- Criar e implantar a Política Estadual para atingidos por barragens, transposições e infraestruturas (PEABATI).

- Recuperar os perímetros e projetos públicos de irrigação, dando destaque aos projetos Alagamar, Curupati e Mandacaru e revitalizar os reassentamentos do Castanhão.

- Implantar Planos de Reassentamento das famílias atingidas por barragens, transposições e infraestruturas.

- Fortalecimento do cooperativismo com ênfase na comercialização dos produtos da Agricultura Familiar.

- Executar ações nos Assentamentos, com recursos específicos, tendo como base os Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos – PDA, PDI – Plano de Desenvolvimento dos Indígenas e PDQ – Plano de Desenvolvimento dos Quilombolas.

- Implementação de políticas públicas através da implantação de um programa para um futuro justo e seguro para a juventude rural.

- Implantar Projeto de Fortalecimento das Mulheres do Campo e da Pesca Artesanal.

Fortalecimento das Bases de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável

- Fortalecimento da comercialização dos produtos agrícolas e não agrícolas.

- Fortalecer os programas institucionais de comercialização dos produtos da Agricultura Familiar e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e pescadoras), garantindo o serviço de inspeção (que os créditos façam 30% da merenda escolar da AF nas Escolas Estaduais e Técnicas).

- Fortalecimento do crédito rural, de forma que os mesmos sejam desburocratizados, adequado, oportuno e suficiente (crédito rural solidário com Assessoria Técnica e orientação financeira).

- Fortalecimento do trabalho de ATER, reestruturando a EMATER e incluindo a participação de organizações da sociedade civil na execução de ação de ATER.

- Realizar levantamento de solos no Estado na escala de 1:100.00.

- Apoiar a implantação de agroindustriais familiares atendendo as normas de SIE ou SIM.

Fortalecimento da Infraestrutura Básica

- Ampliar e fortalecer o programa de medidores horosazonais.

- Desenvolvimento de um Plano Diretor de Mobilidade Rural.

- Ampliar a distribuição de água para as famílias da Agricultura Familiar e comunidades tradicionais: quilombolas e indígenas.

Democratização do Acesso à Terra e Etnodesenvolvimento

- Apoiar a regularização de terras indígenas, titular as terras quilombolas, regularizar os territórios de comunidades tradicionais pesqueiras; apresentar projeto de lei que autorize ao Estado a desapropriação.

- Implantar a Lei Estadual de Reassentamento Rural, dando atenção aos atingidos por barragens.

- Universalizar o Projeto Zumbi nas Comunidades Quilombolas.

- Implantar o Projeto Ybi Jurema.

- Ampliar o uso e difusão da Tecnologia Social, o Resgate da Ancestralidade e a Constituição Inicial de Territórios Tradicionais.

- Fortalecimento da Política de Desenvolvimento Territorial, abrangendo o apoio ao desenvolvimento institucional dos colegiados territoriais rurais.

- Implantar Projeto de Fortalecimento dos Territórios de Pescadores e Pescadoras Artesanais.

- Realizar o Mapeamento das Comunidades Quilombolas no Ceará.

- Realizar o Mapeamento dos Territórios Pesqueiros Artesanais no Ceará.

- Garantir representação do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) no Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável.

- Rastreamento dos produtos para organizar a cadeia e aderir ao SISBI.

PROPOSTA PARA O PLANO ESTRATÉGICO

- As ações de apoio à pesca artesanal ficarão a cargo e competência da S.D.A.

Obs. Proposta nova, pois os pescadores não estão sendo bem atendidos na Secretaria de Pesca e suas demais políticas pertencem ao MDA.

2. AGRONEGÓCIO

2.1. APRESENTAÇÃO

O agronegócio cearense está organizado nas Cadeias Produtivas da cajucultura, aquicultura (carcinicultura e piscicultura) mandiocultura, avicultura, suinocultura, Carnaúba, Flores, Fruticultura, Leite, Mel, Ovinocaprinocultura.

Em vinte anos, saímos de menos de um milhão de dólares em exportação de frutas para 117 milhões em 2013, acrescidos ainda de 42,9 milhões em sucos e água de coco, 3,9 milhões em plantas ornamentais, 7,2 milhões em mel, 4 milhões em peixe e 1,8 milhões em camarão. Pela primeira vez na história do Ceará o valor bruto da produção de agricultura irrigada superou 1,2 bilhões de reais. Sem incluir o leite. Formamos, hoje, um polo de alta tecnologia e produção de culturas de alto valor agregado.

A importância socioeconômica da cajucultura para o Ceará é traduzida nos expressivos números representados por uma área plantada de 386.757 hectares, com uma produção de castanha de 121.045 toneladas, a participação de 57.557 produtores distribuídos em cinco polos e valor bruto da produção que alcança mais de R$ 148 milhões.

No Ceará, 180 fazendas atuam no segmento de produção de camarão, gerando aproximadamente 10 mil empregos diretos nos polos de produção de Acaraú, Coreaú, Mundaú-Curu, Baixo e Médio Jaguaribe.

Do ponto de vista econômico, a cera de carnaúba é considerada uma das principais atividades extrativas do Estado. Está entre os 10 produtos mais exportados do Ceará. A cera de carnaúba está presente em vários componentes e produtos industriais, tais

como cosméticos, remédios e eletroeletrônicos. O mercado externo é o mercado prioritário da carnaúba – aproximadamente 90% da sua produção é destinada ao mercado internacional, tendo como principais destinos a Europa, o Japão e os Estados Unidos.

O setor da floricultura no Ceará tinha um viés basicamente exportador. A Câmara Setorial de Flores vem trabalhando para fomentar também o aumento do consumo de flores e plantas ornamentais no mercado cearense. Com a crise internacional, de 2008 e 2009, atividades voltadas exclusivamente para exportação tiveram graves problemas. Dos 174 produtores conhecidos no Ceará, menos de 10 exportam. O crescimento do mercado local é fundamental para o desenvolvimento do setor.

Os municípios cearenses que mais se destacam na produção de frutas estão nas regiões do Baixo e Médio Jaguaribe, como Icapuí, Aracati, Russas, Quixeré e Limoeiro do Norte.

Em 2006, o leite gerou de renda R$ 255 milhões, constituindo-se na sexta maior renda entre os 15 principais agronegócios do Ceará.

O mel cearense, oriundo quase que exclusivamente da produção de abelhas africanizadas (Apismellifera L.), é um produto de boa qualidade e de bastante procura no mercado internacional, principalmente pelos países da Comunidade Europeia e Estados Unidos, principais importadores. O Estado, no ano de 2010, exportou US$ 9,721 milhões depois de haver exportado US$ 14,317 milhões em 2009, em função da redução das chuvas neste período.

A produção de tilápia no Ceará é favorecida pelo clima quente ao longo do ano e pelo grande volume de água de excelente qualidade nos principais açudes produtores. O açude Sítios Novos é o maior produtor, com aproximadamente 350 t/mês e o Olhos d'Água e o Rosário também estão ganhando destaque pelo volume produzido. Os reservatórios Castanhão e Orós, com 6,7 bilhões e 2,1 bilhões de m^3, respectivamente, são os maiores com grande potencial de produção, mas ainda estão subexplorados. A produção já é significativa e pode crescer ainda mais, com a regularização de novos parques aquícolas pelo Ministério da Pesca e Aquicultura.

AÇÕES PRIORITÁRIAS - ANO I

- Transformar a atual Secretaria de Pesca em Secretaria do Agronegocio e Pesca com a transferência das câmaras setoriais da Adece para a mesma.

- Instituir o Conselho Estadual de Desenvolvimento do Agronegócio e Pesca.

- Incentivar novos investimentos no Estado voltados ao Agronegócio.

- Fortalecer a infraestrutura hídrica do Estado, para dar segurança ao setor de que os investimentos e a geração de emprego e renda podem continuar. Para isso, está sendo elaborado com os demais órgãos estaduais, estudos que tratam da inclusão, no Plano Federal de Aceleração do Crescimento (PAC 3), de várias obras como canais de distribuição de água, açudes e estradas, que garantirão recursos hídricos para suportar o crescimento do setor nos próximos 20 anos.

- Fortalecer o sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural para médios e pequenos produtores bem como a Defesa Agropecuária.

- Efetuar o monitoramento e a fiscalização do uso das águas dos rios perenizados do Estado, bem como Incentivar a irrigação em regiões com rios perenizados, mas sem tradição de irrigação em regiões semiáridas de extrema importância para garantir forragem para o gado nas grandes estiagens e produção de alimento para abastecimento local, a exemplo do trecho perenizado do Rio Jaguaribe, desde a barragem Arneiroz até o médio Jaguaribe, com intenso trabalho de capacitação e estímulos aos pequenos produtores para o uso correto da irrigação e técnicas avançadas de produção de leite e hortaliças.

Criar um programa de segurança alimentar animal, com reservas de silos, produção em irrigação e palma forrageira e outros.

PROPOSTAS PARA O PPA

- Identificar mercados externos e internos para os nossos produtos.

- Criar uma unidade estadual de pesquisa com participação da iniciativa privada.

- Modernizar a Lei Estadual de Registro de Agroquímicos.

- Apoiar a vocação do Estado na produção irrigada de alto rendimento e geração de emprego com frutas, flores, grãos, sementes e forragens.

- Interagir com o Governo Federal para o melhor desenvolvimento dos 16 polos de irrigação existentes, na sua grande maioria administrados pelo DNOCS, na perspec-

tiva de superar as deficiências na estrutura hídrica, no apoio à produção, na legalização de lotes e na disponibilização de áreas aptas a irrigar, aproveitando o grande poder destes polos de alavancar a economia do Estado.

- Fortalecer a infraestrutura hídrica do Estado, para dar segurança ao setor de que os investimentos e a geração de emprego e renda podem continuar. Para isso, está sendo elaborado com os demais órgãos estaduais, estudos que tratam da inclusão, no Plano Federal de Aceleração do Crescimento (PAC 3), de várias obras como canais de distribuição de água, açudes e estradas, que garantirão recursos hídricos para suportar o crescimento do setor nos próximos 20 anos.

- Criar um programa específico para o agronegócio de sequeiro.

- Desenvolver programa de reflorestamento para biomassa, cercas e abastecimento da indústria moveleira, ampliando para grande escala de produção as árvores e variedades que deram certo no experimento da Embrapa como polo moveleiro de Marco.

- Implementar um intenso programa de capacitação em empreendedorismo e gestão para médios e pequenos produtores.

- Investir na captação de água de forma permanente.

- Fomentar o turismo rural, esportes e atividades no campo.

- Incentivo ao plantio de culturas alternativas resistentes à seca.

- Fortalecer as Políticas de incentivo ao melhoramento genético ovinocaprino e bovinocultura de leite.

- Fomentar a produção de carne com abate em ambiente legalizado com inspeção oficial.

- Articular com o Governo Federal o Seguro Seca, tanto para as culturas temporárias quanto para investimentos em cultura permanente.

- Fomentar a educação voltada para a realidade da agricultura e do campo.

- Melhorar a infraestrutura da educação rural.

- Criar um programa de formação profissional rural.

- Fomentar trabalhos não agrícolas no meio rural.

- Liberar a exportação para outros estados de produtos agropecuários da cobrança de 17% de ICMS + Substituição tributária quando a importação for direta pelo Ceará.

- Formatar modelos de produção de leite intensivos e viáveis economicamente.

- Articular junto ao Ministério da Integração Nacional e o DNOCS a utilização das áreas dos Perímetros Públicos Irrigados em projetos de produção de leite.

- Negociar junto às instituições financeiras as alterações nos índices técnicos a serem utilizados nos projetos de pecuária de leite desenvolvidos em sistemas intensivos de produção

- Divulgar junto aos produtores cearenses e de outros estados brasileiros a possibilidade e exploração da pecuária leiteira nos perímetros públicos irrigados, bem com divulgação dos editais de licitação dos lotes.

- Estimular a implantação de projetos produtivos, pela iniciativa privada, nas áreas irrigáveis do Estado, especialmente no Baixo Acaraú, Tabuleiro de Russas, Chapada do Apodi e áreas no entorno do Canal da Integração.

- Executar o plano de atração de investimentos de novas indústrias de laticínios a se instalarem no Estado do Ceará.

- Difundir e estimular modelos de integração entre produtores e indústria de laticínios.

- Implantar com urgência o laboratório de qualidade do leite para garantir o processo de expansão da bovinocultura de leite tecnificada e a instalação de novas indústrias de leite no Ceará.

PROPOSTAS PARA O PLANO ESTRATÉGICO

- Criação de mini-Ceasas regionalizadas com o objetivo de facilitar a comercialização da produção.

- Fortalecer o Sistema de Informações/Estatísticas da Produção Agropecuária do Estado.

3. INDÚSTRIA

3.1. APRESENTAÇÃO

Segundo o IPECE, a indústria geral cearense apresentou um crescimento médio de 4,0% ao ano, entre 2003 e 2012. Tal desempenho foi, especialmente, influenciado pelos desempenhos da Construção Civil e das atividades de eletricidade, gás e água. A indústria de transformação, mais importante segmento da indústria geral, apresentou um crescimento relativamente menor, o que reduziu sua contribuição para o desempenho total.

Ainda segundo o IPECE, a construção civil cearense foi positivamente afetada pelos investimentos conduzidos pelo Governo do Estado, voltados a requalificar e ampliar a infraestrutura econômica e urbana no Ceará. Os investimentos públicos foram distribuídos entre construção de escolas, hospitais, equipamentos turísticos e em infraestrutura rodoviária, portuária, hídrica e aeroportuária. A Construção Civil foi, assim, diretamente afetada pelo aumento da demanda, consequência direta do volume expressivo de recursos destinados aos investimentos públicos. A atividade preservou taxas anuais de crescimento positivas ao longo do período, registrando um crescimento médio anual de 6,2%.

A taxa média de crescimento anual da construção civil foi superada apenas pelo ritmo dos serviços industriais de utilidade pública (eletricidade, gás e água). Entre 2003 e 2012, o crescimento médio anual deste segmento foi de 7,6%. Este desempenho pode ser associado ao maior dinamismo da economia cearense e aos ganhos de bem-estar experimentados pela população cearense, seja pela expansão das áreas urbanizadas, seja pelo maior acesso a bens de consumo duráveis permitidos pela melhoria da renda observada no período.

Em conjunto, o maior dinamismo econômico e os avanços em termos de bem-estar ampliam a demanda para este tipo de atividade, como maior consumo de energia elétrica e serviços de água e esgoto, por exemplo.

A indústria extrativa mineral é a que possui menor participação na composição da indústria geral cearense. Apesar desta menor participação relativa, a atividade possui sua importância para a economia estadual. De fato, a indústria extrativa guarda relações importantes tanto com a Construção Civil como com a Indústria de Transformação no fornecimento de insumos para os seus respectivos processos produtivos.

Apesar das interrelações existentes, a atividade gerou um valor adicionado inferior ao registrado pelas demais atividades industriais. Com um comportamento bastante volátil ao longo do período, a extração mineral do Ceará mostrou um crescimento médio anual negativo entre os anos de 2003 e 2012. Uma das explicações para este comportamento pode ser a redução na produção de petróleo observada no período, que passou de 5,0 milhões em 2002 para 2,4 milhões de barris em 2012.

Por fim, tem-se a Indústria de Transformação, que é o mais importante segmento da indústria cearense, cujo comportamento exerce forte influência no crescimento e no poder de competição de toda a economia. Como salientado, a atividade apresentou um crescimento médio anual de apenas 1,9% no período considerado, taxa inferior à observada na Construção Civil e nos serviços industriais de utilidade pública. Diante da importância da atividade, a próxima seção faz uma avaliação mais detalhada deste segmento, permitindo compreender com maior clareza seu comportamento. (dados do IPECE)

PROPOSTAS VALIDADAS PELO CANDIDATO NA CAMPANHA

- ***Criar, a partir de 2015, o Polo Metal-Mecânico do Ceará, com uma linha especial de incentivos para atrair dezenas de novas empresas e indústrias para o Estado, sobretudo para o interior e para a Região Metropolitana.***

- ***Criar o programa Primeiro Negócio, que vai oferecer crédito, capacitação e isenção de impostos estaduais e municipais no primeiro ano para os jovens empreendedores.***

AÇÕES PRIORITÁRIAS - ANO I

- Revitalizar os Distritos Industriais existentes, bem como consolidar novos em fase de implantação, garantindo a infraestrutura necessária e a construção de galpões industriais para cessão em regime de comodato, em atuação conjunta da ADECE e municípios.

- Assegurar total aplicação dos recursos do FIT, dentro do exercício fiscal, priorizando a pesquisa aplicada com vistas à inovação.

- Constituir o Conselho Estratégico para Políticas de Desenvolvimento do Estado do Ceará, com reuniões sistemáticas, ordinárias mensais, presidido pelo governador do Estado e tendo como vice-presidente a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, e contando com a participação dos seguintes integrantes: Secretarias da Fazenda, Planejamento, Infraestrutura, Ciência e Tecnologia, Educação, Turismo, Cidades, Desenvolvimento Agrário, além do COPAM, Procuradoria Geral do Estado, Federações das Indústrias, do Comércio e da Agricultura.

- Promover adesão dos municípios cearenses à REDESIM através de incentivo do Governo do Estado, de modo a simplificar processos burocráticos.

- Promover a Integração das políticas do Hypercluster da Economia do Mar, incluindo o CIPP, meio ambiente, logística e transporte marítimo, serviços marítimos, mineração marítima, biotecnologia marinha, construção e reparos navais, obras marítimas, aquicultura sustentável, piscicultura, carcinicultura, pesca artesanal, turismo e investigação científica das riquezas do mar.

- Revitalização das Câmaras Setoriais.

- Isenção do ICMS aos autogeradores de energia enquadrados no sistema de micro e mini geração distribuídas, haja vista que a energia gerada é para consumo próprio.

- Implantação de uma política para o Comércio Exterior com gestor e órgão responsável pela promoção comercial do Ceará no Mercado Externo, incluindo a criação e divulgação de um programa de estímulo à exportação, envolvendo diversos órgãos do Governo do Estado, e a atração de investimentos estrangeiros para setores estratégicos.

- Revisão da estrutura técnica e das atividades da ADECE, principal instrumento de fomento do Estado, de modo a dotá-la de quadros com a expertise voltada à promoção das oportunidades de negócios do Ceará, atreladas a atividades identificadas como estratégicas, de maior agregação de valor e direcionadas ao aproveitamento de recursos naturais.

- Promover gestões junto as instâncias federais competentes e motivar a iniciativa privada para viabilizar a instalação no Ceará de Portos Secos estrategicamente localizados, levando em conta a concentração de atividades ligadas ao comércio exterior e o fluxo de mercadorias dele decorrentes, objetivando racionalizar e agilizar as atividades de exportação e importação, propiciando-lhes maior economicidade. Em princípio, sem prejuízo de outras opções, sugere-se a implementação de entrepostos alfandegários

na ZPE do Pecém e estudos de viabilidade econômica no Distrito Industrial de Maracanaú, na região Norte, Cariri e Jaguaribe.

- Criar e Fortalecer as Políticas de Desenvolvimento Regional, Urbano e Setorial, no âmbito de clusters, com a finalidade de desenvolver o conceito de territorialidade, ressaltando vantagens competitivas para os setores tradicionais e para os portadores de futuro e de conhecimento.

- Ampliar as fontes de financiamento e promoção de incentivos, além do FDI e FECOP, para atender as pequenas e médias empresas do Estado do Ceará.

- Definir uma política de desenvolvimento industrial inclusivo e sustentável com a participação das secretarias de Desenvolvimento Econômico, Cidade, e Desenvolvimento Social, SEBRAE e federações das indústrias, agricultura e comércio, visando a construção de um modelo mais competitivo para as micro e pequenas empresas, arranjos produtivos locais, empreendedores individuais e unidades familiares produtoras.

- Rever a Matriz de Instituições e Estrutura Orgânica do Estado de apoio ao setor produtivo, visando a facilitação e integração das políticas e acesso a informação.

- Adoção de sistema de regime especial de tributação pelo ICMS, aplicável as obras de construção de conjuntos habitacionais populares, especialmente as do programa "Minha casa, Minha vida", abrangendo todos os elos da cadeia produtiva.

- Promoção da segurança de abastecimento de água para a população de Fortaleza e demais cidades litorâneas, mediante a implantação de dessalinizadores, com projetos seguindo especificações adequadas e incorporando o "Estado da arte".

- Dotar as Indústrias de competências para a aquisição, assimilação e utilização do conhecimento existente, por meio da criação da capacidade de gestão da inovação tecnológica, com ênfase para a pequena e média empresa, a qual é o motor impulsor da economia no Território Cearense.

- Assegurar parcela do FDI para investimentos pelas ICT's.

- Apoiar os Polos Industriais, por meio do fortalecimento da parceria complementar das ações dos laboratórios das ICT's, evitando-se duplicidade entre estes laboratórios.

- Apoiar o setor produtivo com o fortalecimento do desenvolvimento de pesquisas aplicadas, certificações e controle tecnológicos utilizando-se das capacitações em infraestrutura e pessoal das ICT's do Ceará.

- Promover a articulação das entidades públicas e privadas voltadas para a capacitação da mão de obra, sistematizando contínuo processo de interlocução com o seguimento industrial.

- Redefinir as competências do CONPAM – Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente e da SEMACE – Superintendência Estadual do Meio Ambiente, de modo a tornar mais nítida a fronteira entre formulação de políticas e sua execução.

- Ampliar as situações em que os produtos fabricados no Ceará tenham preferência na aquisição pelos órgãos estaduais e empresas incentivadas quando competindo com similares produzidos em outros estados ou no exterior.

- Simplificar normas e procedimentos fiscais franqueando na sua elaboração a participação de entidades de classe representativas do setor produtivo.

- Transformar o CEDE – Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico, em SEDE – Secretaria do Desenvolvimento Econômico, destinada a ser a principal ponte de interlocução com as corporações empresariais, vinculando a esta, entidades com atribuições afins: ADECE, ZPE, Ceará Portos e Junta Comercial.

- Interagir de modo permanente e ágil com o setor Industrial através de um canal integrado permanentemente pelo setor industrial e pelas Secretarias do Desenvolvimento, da fazenda, do Planejamento, do Meio Ambiente, da Infraestrutura e da Ciência e Tecnologia, racionalizando a discussão e encaminhamento de soluções para superação de entraves ao fortalecimento da Indústria e da Economia cearenses.

- Promover estudos objetivando desoneração tributária dos Setores Produtivos, de modo a assegurar a competitividade dos produtos cearenses, interna e externamente.

- Rever e implementar o Plano Diretor de Logística e Transporte do Estado do Ceará.

- Implementar ações que permitam: i) ampliação e compatibilização funcional da infraestrutura, equipamentos operacionais e retroárea portuária; ii) redução das tarifas e de tempo nas operações de carga, descarga, armazenagem e inspeção; iii) desburocratização e racionalização de procedimentos dos serviços portuários, de próprios e de

terceiros, utilizando o suporte da tecnologia da Informação e iv) priorizar as operações de exportações.

- Ampliar a curto prazo a área alfandegada da ZPE, a fim de abrigar maior número de empreendimentos.

- Criar o Sistema Cearense de Parques Tecnológicos convocando, segundo esforço de cooperação, Governos Federal e Municipais, bem como a iniciativa privada considerando o Cinturão digital como ferramenta para sua implantação.

- Desburocratizar os postos fiscais de fronteiras do Estado, de modo a agilizar os procedimentos e solução de problemas que surgem na entrada de insumos e na saída de produtos.

- Promover assistência para geração de negócios inovadores atraindo atores do ecossistema (aceleradoras, incubadoras, startups, espaços colaborativos, fomentadoras), considerando os equipamentos existentes na Região Metropolitana de Fortaleza e no Interior, aplicando a inovação, considerando as potencialidades econômicas dos municípios.

- Desonerar integralmente os investimentos e as exportações assegurando ressarcimento ou transferência para os fornecedores dos créditos da Lei Kandir.

PROPOSTAS PARA O PPA

- Criar Programa de Inovação Tecnológica do Ceará com o objetivo de promover a inovação e a tecnologia por via da investigação científica, passando pela geoeconomia especificamente estadual, e passando, ainda pela articulação de instituições públicas cuja atribuições guardem afinidade com o objetivo mencionado, corporações patronais interessadas, empresas, organismos internacionais e pessoas consideradas individualmente

- Investir em polo de confecção de Aquiraz.

- Fortalecer os mais de 2.000 microempreendedores da região de Aquiraz.

- Atrair indústria de móveis populares.

- Criar um polo industrial, a partir de um distrito industrial, que favoreça a atração de novas indústrias para Crateús.

- Atrair indústrias, emprego e renda.

- Atrair novos negócios no campo da Indústria e do Turismo.

- Apoiar o projeto da cooperativa do Setor de Confecções.

- Refazer a Usina de Açúcar e Álcool do Cariri.

- Atrair mais indústrias para o município.

- Revitalizar o distrito industrial de Barbalha, retomando os terrenos de empresas que faliram ou se relocalizaram em outra Região.

- Implantar o distrito industrial de Iguatu, inclusive para desenvolver o setor metal-mecânico.

4. INFRAESTRUTURA E COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIP

APRESENTAÇÃO

O Estado do Ceará tem se preparado para liderar um processo de desenvolvimento de grande envergadura no Nordeste. O núcleo central deste projeto tem sido os investimentos em infraestrutura, sobretudo em logística de transportes, energia, água, mobilidade urbana e social. Isso tem garantido uma posição de destaque entre os subestados nacionais e garantido um crescimento acima da média nacional. A estratégia tem sido

garantir que o binômio Água e Energia - propulsores do crescimento sustentável – estejam disponibilizados em quantidade suficiente para permitir a atração de investimentos. São exemplos, o Cinturão das Águas, a Transposição do São Francisco, o Eixão das águas, a Termoelétrica MPX, o Terminal de Regasificação, a Usina Solar de Tauá e os diversos parques eólicos. Com um ambiente de negócios favorável aos investimentos privados e públicos, o Estado do Ceará conseguiu viabilizar a Zona de Processamento de Exportações, a Siderúrgica e, pouco a pouco, a Refinaria. Isto em virtude da expansão do Porto do Pecém e da Transnordestina. Quando acrescemos o conjunto de obras na área de estradas e transportes, vê-se que as possibilidades de dinamização da economia cearense são concretas em direção a um novo ciclo de industrialização e de renovação do Setor Primário - via agricultura irrigada. A finalidade desta política de investimentos duradoura é a integração com as economias mais dinâmicas dos mercados interno e externo, assim como reverter o ciclo de reprodução das iniquidades pela incorporação da tecnologia e inovação no processo produtivo, com consequente exigência de maior qualificação profissional. É neste ambiente que o Complexo Industrial e Portuário do Pecém destaca-se no cenário brasileiro e internacional com grande oportunidade para ganhos decorrentes da disponibilidade de infraestrutura efetiva e da posição estratégica. Em que pese os volumes consistentes de recursos investidos, ainda existem grandes desafios e riscos ao desenvolvimento sustentável. É importante reconhecer os avanços e analisar os impactos proporcionados pelos investimentos públicos e privados na área de infraestrutura e no CIPP. Mas, neste momento, fundamental faz-se planejar as próximas décadas com foco na inclusão social e no equilíbrio econômico-ambiental.

AÇÕES PRIORITÁRIAS - ANO I

1. Implementação das políticas de prevenção, tratamento e enfrentamento ao consumo e tráfico de drogas, à exportação de crianças e adolescentes e ao tráfico de pessoas, prioritariamente no CIPP.

2. Desenvolvimento de um Plano de Preservação da Cultura Local e Promoção de Atividades de Esporte e Lazer, prioritariamente no CIPP.

3. Elaboração de um Plano de Desmobilização dos trabalhadores flutuantes.

PROPOSTAS PARA O PPA

- Duplicar a BR-222.
- Construir o Arco Metropolitano.
- Elaboração de Plano Diretor de Transporte e Mobilidade da RMF.
- Ativação do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana de Fortaleza - RMF.
- Construir a linha leste do Metrô de Fortaleza.
- Expandir a cobertura de saneamento básico.
- Concluir o VLT Parangaba-Mucuripe e os metrôs de Sobral e do Cariri.
- Finalizar as obras das CEs 085, 060, 251 e o Anel Viário.
- Acelerar os investimentos no programa de pavimentação e restauração Ceará VI, como forma de dar velocidade à integração dos eixos viários com os polos de desenvolvimento.
- Executar a obra da Ponte Estaiada.
- Garantir os investimentos – públicos e privados – na geração de energia limpa e renovável.
- Elaborar a agenda 21 local (Municípios e CIPP).
- Garantir a conclusão da implantação do Eixão das Águas, através da instalação dos sifões e do conjunto de bombas na Estação Elevatória do Açude Castanhão. SRH – Cogerh.
- Completar a integração do Canal do Trabalhador com o Açude Pacajus e o Eixão das Águas.
- Implantar o projeto de reuso de águas da Cagece.
- Realizar estudo de aproveitamento da água do aquífero nas dunas.
- Elaborar estudo de ampliação da oferta hídrica, através da dessalinização de água do mar.

- Elaboração e implementação de um programa de Educação Ambiental voltado para o CIPP.

- Criação e implantação de novas unidades de proteção integral, e regulamentar a gestão das existentes.

- Reestruturar a Secretaria das Cidades para que possa exercer as funções de desenvolvimento institucional dos municípios (consórcios, fóruns, seminários) e o apoio ao sistema produtivo local/regional nos municípios.

- Fortalecimento do empreendedorismo local e do adensamento de cadeias produtivas em torno do CIPP.

- Apoio à pesquisa, a inovação e ao desenvolvimento tecnológico sobre problemas e oportunidades relacionadas com a expansão do CIPP.

- Constituir um grupo multi-institucional regular para realizar um diagnóstico das demandas do CIPP.

- Implementar o plano de capacitação com foco nas demandas atuais e futuras do CIPP.

- Elaboração e execução do plano de qualificação de fornecedores.

- Definição dos limites do Território Estratégico do CIPP, a partir de um novo Território Estratégico, de um macrozoneamento territorial, indicando um novo limite territorial, com a inclusão de municípios que irão compor o referido território, para fins de planejamento e implantação de políticas de interesse comum.

- Levantamento de indicadores dos planos diretores dos municípios envolvidos no Território Estratégico do CIPP.

- Criação de um modelo de governança à realidade do CIPP, com garantia de participação da sociedade.

PROPOSTAS PARA O PLANO ESTRATÉGICO

- Fomentar e garantir os projetos para geração de energia limpa e renovável (eólica, solar e maremotriz).

- Definição de políticas públicas voltadas para os trabalhadores desmobilizados das obras no CIPP

- Desenvolvimento de um plano de preservação da cultura local e promoção de atividades de esporte e lazer, prioritariamente no CIPP.

- Garantir os investimentos – públicos e privados – na geração de energia limpa e renovável (eólica, solar e maremotriz).

- Criação de um modelo de governança à realidade do CIPP, com garantia de participação da sociedade.

- Elaborar um estudo objetivando a implantação de um polo tecnológico.

- Implantação do aeroporto internacional de cargas e passageiros para o CIPP.

- Desenvolvimento de plano habitacional direcionado ao CIPP.

- Elaborar estudo para construção do açude capitão-mor no município de Milhã.

- Elaborar estudo para construção de adutora do açude Patu a sede do município de Milhã.

- Elaborar estudo de demandas das comunidades quilombolas.

- Concluir ligação BR226 /Transversal Central com BR116.

- Alargamento da BR222, no trecho Forquilha/Freicheirinha.

- Alça de retorno do viaduto da CE-085 com a CE-155.

- Duplicação da BR304 no trecho entre Boqueirão do Cesário (BR116 e a divisa com o RN).

- Retomar as obras de duplicação da CE040, entre Beberibe e Fortim e completar a duplicação do trecho Fortim-Aracati.

- Construir Porto no Rio Jaguaribe na sede da cidade de Aracati, com dragagem e revitalização do Rio.

- Expandir a cobertura de saneamento básico no CIPP.

- Concluir a Ferrovia Transnordestina.

- Concluir a linha sul (Fortaleza /Pacatuba) do metrô.

- Modernizar, energizar a linha oeste (Fortaleza /Caucaia) do metrô.

- Construir VLT Caucaia /Pecém.

- Recuperação e construção de novas rodovias estaduais de ligação, como por exemplo, a Estrada do Leite, que interliga Acopiara, Dep. Irapuan Pinheiro, Milhã e Quixeramobim.

- Estudar para adequar o DETRAN, considerando a emenda constitucional 82/14 ao sistema de segurança público estadual.

- Criação de uma carreira específica de trânsito e transporte.

- Fortalecer as políticas públicas de prevenção de acidentes priorizando a educação para o trânsito.

- Estudar as possibilidades de obtenção de licenças e formas de garantia de riscos ambientais.

5. ECONOMIA MINERAL

5.1. APRESENTAÇÃO

O Setor Mineral e a Geologia do Estado do Ceará é diversificada e oferece condições para a existência de jazidas com vistas a suprir os setores de Construção Civil, Agricultura, Indústria Tradicional e Indústria de Ponta.

Como a legislação do gerenciamento dos recursos minerais é basicamente federal, cabe ao governo estadual somente legislar concorrentemente, desobstruindo empecilhos, seja no viés do Código de Mineração seja no que concerne às Leis de Meio Ambiente.

Sem infraestrutura, água, energia, ferrovias, rodovias, portos, é inconcebível o aproveitamento econômico dos recursos do subsolo e sua transformação em mercadorias diversas para dinamizar as economias locais, nacional e global.

A unidade da federação, sem nenhuma representação institucional no organograma da sua máquina pública que esteja em comunicação direta com os organismos de gestão do Ministério de Minas e Energia, está fadada ao esquecimento na formulação e execução das políticas públicas do setor e deixa de receber verbas específicas do mesmo.

AÇÕES PRIORITÁRIAS - ANO I

- Criar na ADECE uma Diretoria de fomento à produção mineral para interagir com o setor produtivo, órgãos públicos e sociedade em geral.

- Promover uma interação, focando água subterrânea com DNOCS, por meio de uma parceria com SRH, SOHIDRA, COGER.

- Priorizar o desenvolvimento de um programa de aproveitamento sustentável dos bens minerais (recursos hídricos) na área de influência do CIPP.

PROPOSTAS PARA O PPA

- Direcionar os recursos da quota-parte estadual (23%) da Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais – CFEM, recolhida no Estado para a nova diretoria da ADECE fomentar a produção mineral.

- Implantar a metodologia de definição de mananciais para pequenas comunidades e produtores individuais.

- A metodologia de locação de poços tubulares utilizando geofísica deve ser complementada por estudos de geologia estrutural, hidrologia, estratigrafia e outros.

- Elaborar o mapa hidrogeológico e diagnóstico das águas subterrâneas do Estado do Ceará.

- Realizar estudos dos sistemas aquíferos Serra Grande, Costeiro e Aluvionar do Estado do Ceará.

- Dar continuidade com ampliação aos programas de água subterrânea dos sistemas aquíferos Apodi e Cariri.

- Reimplantar e ampliar o PRODAM – Programa de Desenvolvimento Ambiental.

- Municipalizar as políticas de meio ambiente com apoio dos governos estadual e federal.

- Introduzir junto ao COPAM/COEMA a política pública de debates nas plenárias do COEMA, que não acontece há doze anos.

- Participar e apoiar junto às entidades do setor tecnológico (SENGE-CE, APGCE, CREA-CE, APROGEO e demais) o curso de Especialização em Arqueologia, já estruturado pelo CREA-CE/APGECE.

- Elaborar e implantar um Plano de Gestão Ambiental integrado e participativo que assegure a sustentabilidade, o combate à vulnerabilidade e o conhecimento do risco geológico/ambiental, e seguir as ações inseridas na Agenda Estratégica do CIPP durante Encontro do Pacto pelo Pecém.(Setembro 2014).

PROPOSTAS PARA O PLANO ESTRATÉGICO

- Implantar: Centro de Serviços e Comercialização de Rochas Ornamentais – CSRO. Definir local com logística adequada.

- Reestruturar o laboratório de ensaios de rochas ornamentais do NUTEC.

- Projeto Itataia. Liberação das licenças ambientais junto ao IBAMA.

- Estruturação da logística de transporte da região do Apodi para o Pecém.

- Adequação da estrutura de licenciamento ambiental voltado para a mineração, na SEMACE.

- Estruturar a logística do Estado para se adequar às necessidades da produção mineral do Ceará.

- Incentivar os investimentos públicos e privados em inovação tecnológica no setor mineral, enfatizando a exportação, transformação e utilização de minerais industriais.

- Regularização das atividades profissionais nos órgãos do Estado, cobrando as anotações de responsabilidade técnica de cargo/função.

6. COMÉRCIO

6.1. APRESENTAÇÃO

Nas últimas décadas, mudanças profundas foram operadas na sociedade brasileira. O processo democrático se consolidou, a inflação foi debelada e a economia retomou uma trajetória de crescimento, graças ao aumento da demanda por produtos brasileiros no mercado nacional e internacional. Neste ambiente favorável, a rede de proteção social trouxe resultados significativos, com redução substancial da incidência da miséria e da pobreza. Um novo estrato social vem protagonizando um importante papel no que diz respeito ao consumo de bens: "a nova classe média brasileira".

O novo contingente de consumidores foi responsável pelo crescimento sem precedentes das atividades comerciais e de serviços, firmando o Setor Terciário como o mais importante para a economia, tanto em termos de produto, quanto em termos de emprego e contribuição fiscal.

Desta forma, a área do Comércio requer transformações nas condições de vida da cidade, de seus moradores e das suas condições de vida, consumo, deslocamento e convivência comunitária. Trata-se, sobretudo, de agir na melhoria e reformulação das condições de vida das cidades e do ambiente urbano.

No Ceará, a construção de uma agenda positiva para a área reveste-se de grande complexidade, tendo em vista, principalmente, demandas históricas da sociedade e o *déficit* existente na qualidade de algumas políticas públicas. Com o objetivo de simplificar a

discussão, foram propostas ações em 04 direções: promoção do desenvolvimento humano, melhoria do ambiente empreendedor, políticas de coesão, qualificação revitalização e expansão urbana, além da modernização da gestão pública.

PROPOSTAS PARA O PPA E PLANO ESTRATÉGICO

• Ampliar o número de creches e pré-escolas, permitindo às mães tempo

livre para o trabalho;

• Melhorar a qualidade da educação rural, oferecendo igualdade de condições

com as populações urbanas;

• Ofertar escolas em tempo integral, integrando a educação formal com práticas desportivas e culturais;

• Desenvolver uma maior articulação com o Sistema S, principalmente

SESC e SENAC, para a oferta do ensino profissionalizante;

• Introduzir sistemas de avaliação de qualidade de estabelecimentos e professores, premiando o mérito e a replicação das experiências bem-sucedidas de gestão escolar;

Combater a permissividade das atividades e atitudes lenientes que trazem prejuízos para as atividades formalmente estabelecidas;

• Orientar adequadamente os processos de expansão urbana das cidades, fortalecendo zonas industriais, criando centro de atacado, com a especialização de ruas e bairros;

• Reduzir processos da burocracia e simplificar as relações com as empresas;

• Fortalecer as centralidades existentes como forma de guiar a expansão urbana e contribuir para o adensamento econ.mico e a ampliação da oferta de serviços;

• Detalhar planos de desenvolvimento para cada um dos setores econômicos;

• Apoiar o comércio atacadista através da criação de centros de distribuição nos munic.pios da Região Metropolitana de Fortaleza e do Cariri;

• Oferecer pela internet os mecanismos para facilitar os procedimentos burocr.ticos;

• Criação de unidades regionais de atendimento, facilitando a informação,

o acompanhamento de processos e a emiss.o de certid.es;

• Disponibilizar zonas de wi-fi de forma gratuita;

• Criar centrais de serviços públicos em áreas estratégicas;

• Implantar transporte rotativo nos corredores comerciais;

• Políticas de Coesão, Qualificação, Revitalização e Expansão Urbana;

• Estruturar corredores comerciais estimulando o desenvolvimento de centros de conveniência de vizinhança;

• Rever e atualizar os Planos Diretores Municipais - PDM;

• Elaborar Planos de Desenvolvimento Metropolitano para as Regiões do Cariri e Fortaleza;

Prover infraestrutura básica de saneamento ambiental.

Identificar vocações econômicas locais e regionais, desenvolvendo suas vantagens comparativas para atrair investimentos e gerar ocupação para a população;

• Garantir a participação cidadã na discussão das políticas;

• Construir planos de desenvolvimento de médio e longo prazo, a partir de uma base técnica, conduzidos de forma participativa e articulada;

• Publicização e transparência nas ações de Governo, através da utilização de mecanismos disponíveis pela Internet (sites, portal e outros);

• Valorizar o Servidor Público reduzindo o número de pessoas não concursadas em cargos públicos;

• Elaborar planos estratégicos por região, abordando o desenvolvimento

em termos locais, na perspectiva de integração e sustentabilidade;

• Construir um sistema de indicadores e mensuração de impactos, que acompanhe resultados, os desvios e as necessidades de correção;

• Fortalecer os conselhos comunitários e a admissão de representantes da sociedade civil nas deliberações das diferentes políticas públicas;

• Utilizar mais ativamente os mecanismos de uma gestão "eletrônica", facilitando

a participação e ampliando a transpar.ncia nas ações do governo;

• Ampliar o acesso aos serviços pela internet, tais como: marcação de consultas, bancos de informa..es, acompanhamento de tr.mites burocráticos e outros;

• Criar um cadastro de qualificações profissionais e um banco de talentos do servidor público;

• Prestar serviços e implementar ações através de consórcios intermunicipais;

7. TURISMO

7.1. APRESENTACÃO

O produto turístico cearense tem como componentes predominantes os segmentos sol e praia, eventos e negócios, visitas a parentes e amigos e religioso. Os componentes científico e cultural e compras são considerados de cunho transversal ou complementar. Entretanto, todas essas características físicas e geográficas não teriam nenhuma serventia, caso a imagem do Estado não fosse modificada.

O governo tem consciência de que transformar uma região seca, agrícola, em moderna e industrializada, sobretudo turística, se dá a longo prazo. A missão governamental passou a ser transformar o Ceará em destino turístico consolidado, mediante reestruturação econômica, marketing promocional, implantação

de infraestrutura urbana e turística – especialmente - qualificação de mão de obra e captação de negócios e de investimentos turísticos para o Estado, sendo a SETUR órgão coordenador e executor do PRODETUR no Ceará.

A importância do turismo é traduzida pela dinamização que exerce através de diversos setores da economia. Podem-se enumerar várias atividades integrantes da cadeia produtiva do turismo que absorvem diretamente os efeitos multiplicadores do turismo, como por exemplo: alojamento, alimentação, transporte, entretenimento, agenciamento, locação de veículos, câmbio de moedas, aquisição de produtos de conveniência e souvenirs, recepção, organização de eventos, intérprete e tradução simultânea, serviço de guia, informações turísticas, planejamento e consultoria turística, entre outros. Observa-se, assim, que é imensa a malha multissetorial que o setor turístico envolve, contando, inclusive, com a movimentação de um grande número de pequenas e médias empresas formais e informais.

O Turismo no Ceará cresceu significativamente nos últimos anos, contribuindo para a geração de emprego e do nível de renda da população. No período 2006/2013 o fluxo turístico via Fortaleza saltou de 2.062.493 para 3.141.406 visitantes, cuja variação foi de 52,3%, ou seja, cresceu na base de 6,2% ao ano. O fluxo internacional no período caiu de 268.124 para 245.760 turistas, apresentando uma variação de -8,3%, sendo a taxa anual de crescimento na ordem de -1,2%. O nível de empregos nos setores produtores de bens e serviços de consumo turístico (alojamento e alimentação) no Estado cresceu de 2,5% ao ano. A participação da renda gerada pelo turismo no Produto Interno Bruto da economia (PIB) passou de 9,4% para 10,9%.

AÇÕES PRIORITÁRIAS - ANO I

- Término da obra do Acquário Ceará no prazo previsto, ou seja, dezembro/2015.

- Término da CE-040, no trecho que compreende Beberibe até Icapuí.

- Finalizar o saneamento, drenagem, pavimentação e urbanização do Porto das Dunas e Cumbuco. Sanear as praias de Águas Belas, Morro Branco, Praia das Fontes, Lagoinha.

- Reavaliar sobre a implantação do projeto da Praia Mansa.

- Realizar estudos de viabilidade para terceirização da administração e gestão de equipamentos turísticos como o Centro de Eventos, Centro de Turismo (CENTUR),

Escola de Hotelaria e Gastronomia, Acquário, Teleférico de Ubajara, Aeroportos de Aracati e de Jericoacoara, dentre outros.

- Implementar e prospectar novos voos nacionais e internacionais através de incentivos às companhias aéreas (mídia nos destinos emissores).

- Promover o destino turístico Ceará nos mercados emissores nacional e internacional, divulgando os atrativos naturais e culturais.

- Dar continuidade ao programa de treinamento para colaboradores nas empresas (PRONATEC NA EMPRESA), dentre outros, nos hotéis, pousadas, organizadores de eventos, bares, restaurantes, associação de taxistas, associação de bugueiros, guias de turismo, associações comerciais, aliás, de toda a cadeia produtiva do Turismo.

- Participar das principais feiras nacionais e internacionais.

- Estreitar o relacionamento com as principais operadoras de Turismo do Brasil, a exemplo da CVC, TAM Viagens, Visual, dentre outras, para que as mesmas priorizem o Ceará em seus catálogos de venda.

- Criar na Secretaria do Turismo um departamento de recepção, orientação e acompanhamento aos empresários que desejam investir no turismo cearense, para que os mesmos sintam-se acolhidos pelo poder público.

- Incrementar a promoção do Ceará nas mídias WEB e redes sociais.

- Criar, em parceria com o trade turístico e os municípios, um portal comercial apresentando os atrativos e equipamentos turísticos.

- Apoiar festivais, feiras, eventos em geral nos municípios turísticos e escolas, para fomentar o turismo interno, observando critérios.

- Criar campanhas junto aos municípios turísticos, entidades do trade e imprensa, a exemplo de: “No Ceará a estrela é Você!”; “Beberibe é nossa casa, vamos mantê-la limpa!”; “Quem vem ao Ceará não esquece jamais!” e “Ceará, terra do Fagner!”

- Criar campanha educacional para o povo cearense (nas escolas, instituições, entidades, bares, restaurantes, etc.) com o apoio das emissoras de rádio e TV locais, sobre a importância do Turismo, de bem receber o turista, de manter nossas cidades e praias

limpas, pois quando mostramos que o Estado é bom para se viver, é bom também para os que nos visitam.

• Utilizar a TV CEARÁ (TVC) através de pauta para cobertura de eventos de promoção do Turismo no Ceará, a exemplo: Noite do Ceará em São Paulo, dos grandes eventos ocorridos no Centro de Eventos, dos eventos do trade cearense, dos eventos de capacitação de mão de obra (treinamentos), das nossas belezas naturais, da nossa infraestrutura turística, dos nossos municípios turísticos, dentre outros, pois assim, a estatal estaria incentivando o turismo interno, gerando, assim, mais emprego e renda para nosso povo.

PROPOSTAS PARA O PPA

• Colocar um pelotão especial da PMTUR para cobrir nossa orla, da Praia de Iracema à Praia do Futuro, dando total tranquilidade aos que trabalham, moram e visitam nossa Beira-Mar, mostrando que é seguro fazer Turismo no Ceará, enterrando de uma vez por todas a mídia negativa de que Fortaleza é a 7ª cidade mais violenta do Mundo.

• Construção do Centro de Convenções do Litoral Leste em Beberibe (terreno já colocado à disposição do Governo pela Prefeitura de Beberibe). A escolha deste município se deve pela equidistância entre os aeroportos de Fortaleza e Aracati. Obra que já estava no Plano de Governo e autorizada pelo Gov. Cid Gomes (projeto já se encontra na SETUR).

• Construção do Centro de Eventos do Litoral Oeste (município a ser escolhido).

• Motivar os donos de postos de gasolina, restaurantes e estruturas de apoio nas rodovias a terem uma estrutura de WC, cozinha, lojas de conveniência em condições de bem receber a todos os visitantes.

• Incentivar nas escolas públicas a criação de grupos folclóricos, musicais, culturais (maracatu, quadrilha etc.), e esportivos (vôlei, futebol, basquete etc.), e com isso, estar incentivando as artes populares, o esporte e mantendo os jovens longe das drogas e das ruas. Incentivar, ainda, a competição entre as escolas/cidades, pois além de impulsionar o turismo interno, descobrindo novos talentos que poderiam ser absorvidos no mercado de trabalho através de apresentações em restaurantes, hotéis, eventos, etc., cria-se assim, uma onda cultural e esportiva em nosso Estado.

- Criação pela Secretaria de Turismo de um aplicativo: Ceará Turístico, com nossa a infraestrutura do Estado.

- Iniciar uma campanha de mídia nos destinos que já tiveram grandes demandas para o Ceará, tais como: Leste Europeu, Argentina, Portugal, Espanha, Itália, dentre outros.

PROPOSTAS PARA O PLANO ESTRATÉGICO

- Enviar à Assembleia Legislativa Projeto de Lei (existente) que regulamente a atividade de transportes turísticos (buggy, 4x4, quadriciclos, etc) e de seus condutores.

- Apoiar a fomentação, planejamento e acompanhamento dos destinos de vocação de Turismo Religioso.

- Fomentar o desenvolvimento do turismo comunitário.

- Renovar e incrementar a captação de recursos junto a organismos e instituições como: BID; CAF; BNDES; BNB; Ministério do Turismo, entre outros.

- Criar um Comitê Gestor Interinstitucional formado por: SETUR, SEDUC, SECULT, SSPDS, STAS e CONPAM.

- Apoiar e ajudar a implantar o Programa Nacional para Aviação Regional, em parceria com a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC.

- Implantar o Sistema de Informação Turística em conjunto com o setor privado e os municípios turísticos.

- Desenvolver e implantar as políticas do setor, emanadas do Governo Federal, em articulação com os municípios, órgãos e entidades representativas da sociedade.

- Incentivar as segmentações do turismo rural, ecoturismo, esporte/aventura, náutico.

- Implantar o saneamento, drenagem, pavimentação e urbanização das localidades do Japão e Prainha, no município de Aquiraz, e em outras localidades turísticas ainda não contempladas.

- Concluir CE-025 no trecho compreendido entre Fortaleza e Aquiraz.

- Incentivar a melhoria dos serviços nos estabelecimentos comerciais e públicos localizados nos corredores de acesso (CE 025, CE 040, CE 085, etc), em parceria com empresários de cada destino.

- Recuperar o Centro de Vocações Turísticas de Aquiraz, em parceria com o município e Senac.

- Implantar sinalização turística nos corredores turísticos.

- Fortalecer a SETUR com aprovação e implantação da Lei de criação de cargos efetivos e a realização de concurso público.

- Propor a criação da Lei da Política Estadual do Ecoturismo visando à valorização do Turismo Sustentável.

- Apoiar e incentivar ferramentas de gestão do turismo nos municípios, contemplados nos Planos Diretores existentes.

- Sensibilizar os prestadores de serviços turísticos (Meios de Hospedagem, Agências de Turismo, Cama e Café, Transportadoras Turística, etc) para o cadastro junto ao Ministério do Turismo (Cadastur).

- Realizar campanhas educativas para a conscientização da população sobre a importância do turismo.

8. ARTESANATO

8.1. APRESENTACÃO

O Ceará desponta no cenário nacional como um estado que entende o artesanato como uma das grandes vocações produtivas possuindo um elevado potencial de geração de trabalho e renda, além de promover a inserção da mulher e do jovem no setor produtivo e comercial, estimulando práticas do Associativismo e fixando o artesão em seu lugar de origem.

Muitas pessoas se iniciam na atividade de produção artesanal aproveitando ideias e conhecimentos herdados de seus antepassados ou técnicas repassadas por instituições de fomento, cujas peças artesanais desenvolvidas são facilmente absorvidas pelo mercado consumidor local, nacional e internacional.

Ao fomentar o artesanato como uma atividade econômica sustentável e de inclusão social, o Governo se integra à cadeia produtiva local, valorizando a identidade cultural cearense e contribuindo para inserção de significativo contingente populacional.

Num cenário de busca crescente, por parte dos consumidores, de produtos diferenciados e originais, o Artesanato – cujas estimativas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior apontam uma movimentação anual de recursos da ordem de R$ 28 bilhões e 8,5 milhões de pessoas – emerge como uma contrapartida à massificação e uniformização de produtos globalizados provendo o resgate sociocultural e a identidade regional. Essa iniciativa vem ao encontro do reconhecimento e fortalecimento da Política do Desenvolvimento do Artesanato Cearense. A Política Pública de fomento ao artesanato cearense se propõe a desenvolver ações que possibilitem a melhoria do nível organizacional das unidades produtivas, bem como o incentivo à comercialização do artesanato, como fatores condicionantes para a melhoria da renda dos artesãos. Para tanto, propõe-se um conjunto de ações que promovam transformações estruturantes no segmento com o incentivo e apoio ao trabalho, comercialização dos produtos artesanais e fortalecimento das entidades e grupos artesanais, ampliando sua capacidade de gestão e sua autonomia, contribuindo para a autossustentabilidade do setor artesanal e consequente melhoria no nível de renda e qualidade de vida do artesão.

AÇÕES PRIORITÁRIAS - ANO I

- Ampliar o acesso ao benefício da isenção fiscal no Estado do Ceará por artesãos cadastrados no Programa de Desenvolvimento do Artesanato.

- Fortalecer o Conselho Estadual do Artesanato e criar a Câmara Setorial do Artesanato.

- Realizar Editais para projetos com foco no desenvolvimento local para entidades artesanais.

- Promover a aquisição do produto artesanal cearense pela Administração Pública Estadual (direta e indireta) por intermédio das compras governamentais.

PROPOSTAS PARA O PPA

- Atualizar a Política Estadual para o Artesanato que contemple as diversas dimensões e necessidades do setor, tais como qualificação e capacitação técnica e gerencial dos artesãos; estímulo à produção e comercialização de seus produtos; assegurar a valorização dos artesãos; garantia para a sua competitividade; promovçã da sustentabilidade do mesmo com inclusão social e também incentivo à interiorização desta atividade com identificação cultural com o Estado e suas diversas regiões.

- Criar uma política de fomento a exportação para o setor artesanal.

- Certificar a produção artesanal cearense com o selo do mercado justo ou fair trade. (Fair trade: é um dos pilares da sustentabilidade econômica e ecológica).

- Criar projetos de feiras artesanais itinerantes no Estado.

- Qualificar o Setor do Artesanato cearense incentivando a estruturação de APL's das diversas tipologias artesanais.

9. EMPREENDEDORISMO

9.1. APRESENTAÇÃO

O Banco Central (BC) do Brasil divulgou em seu Boletim Regional que o PIB do Ceará deverá dar um salto de quase 50% em 10 anos, de 2010 a 2020. O crescimento econômico estadual está sendo fortemente impulsionado pela construção e operação de empreendimentos estruturantes que serão responsáveis por incrementar as riquezas locais em US$ 21,4 bilhões. A economia cearense cresceu 3,04% no segundo trimestre de 2014, em comparação ao mesmo período do ano passado, bem acima do resultado nacional, de –0,9%. No ano, o acumulado no Ceará ficou em 3,49%. As taxas do

PIB dos últimos quatro trimestres mostram um crescimento de 3,32% para o Ceará e de 1,4% para o Brasil. Com o resultado do PIB cearense no segundo trimestre deste ano, o Estado obteve um total de 17 trimestres consecutivos acima da média nacional (IPECE/14).

A expectativa é que as Microempresas – MEs e Empresas de Pequeno Porte - EPPs poderão, nos próximos dez anos, gerar o triplo dos empregos atuais. Essa estimativa considera tanto os projetos a seguir como o crescimento do percentual dos empregados nas MEs e EPPs no Ceará em relação ao total na média nacional, que é de 70%.

Conclui-se, portanto, que o Estado poderá ter no início da próxima década cerca de 1,2 milhões de empregos gerados pelas MEs e EPPs. Diante dessa perspectiva, urge adotar políticas públicas e planos que deem suporte aos empreendedores, especialmente às microempresas, assegurando-lhes oportunidades, competitividade e sustentabilidade.

AÇÕES PRIORITÁRIAS - ANO I

- Estruturar uma política de microcrédito orientado.

- Promover aquisições de bens e serviços pela administração pública, por intermédio das compras governamentais, tais como: Economia Solidária, Agricultura Familiar, Artesanato e Agronegócio).

- Promover o desenvolvimento tecnológico por meio do incentivo ao movimento de STARTUP, empreendedores inovadores, por meio do apoio às incubadoras de empresas e a atração de aceleradores e investidores.

PROPOSTAS PARA O PPA

- Criar o Distrito Empreendedor Popular para a sustentabilidade dos empreendimentos de acordo com as vocações locais e regionais.

- Introduzir conteúdos de empreendedorismo dentro da educação básica, técnica e superior.

- Criar o Programa Estadual de ação continuada de apoio às MPE, às MEI e EPP, com foco na interiorização das oportunidades regionais, nos moldes dos programas PEIEX e SIBRATEC.

- Reestruturar a política de incentivos fiscais, assegurando a ampliação de novos negócios.

- Estruturar a política de Economia Solidária e do empreendedor individual.

- Criar o Programa Estadual de Feiras populares/agroecológicas.

- Reestruturar a política de fomento aos APLs produtivos com foco no desenvolvimento local.

- Disponibilizar para os municípios o apoio para estabelecer parcerias internacionais entre cidades nos diversos países para a implantação do projeto cidades-irmãs.

- Desburocratizar e simplificar o processo de criação, alteração e baixa de empreendimentos, por meio da implementação da REDESIM.

- Apoiar as ações do Fórum Estadual das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Ceará.

- Construir Centros Públicos de Economia Solidária, no interior do Estado e na Região Metropolitana de Fortaleza.

- Construir Centros Públicos de Economia Solidária, no interior do Estado e na Região Metropolitana de Fortaleza.

- Criar incentivos para o desenvolvimento de jovens programadores.

- Criar política e legislação específicas de apoio e incentivo à criação e desenvolvimento de empresas virtuais.

- Elaborar e implementar programa de desenvolvimento jovens empreendedores de forma contínua, contemplando-se o Ensino Fundamental, em parceria com as prefeituras, o Ensino Médio, nas EEEPs, e nas universidades e empresas privadas, sobretudo indústrias.

- Elaborar e implementar um programa de desenvolvimento econômico nos bairros, através do incentivo à comercialização interna e da capacitação e consultorias aos microempreendedores locais.

- Criar o prêmio de inovação empreendedora e sustentável.

10. TRABALHO E RENDA

10.1. APRESENTAÇÃO

A globalização da economia e a revolução tecnológica, aliadas à defasagem educacional têm provocado, por muitas vezes, a exclusão dos trabalhadores do mercado de trabalho, cada vez mais exigente e em busca permanente de competitividade. O desemprego é um problema que atinge as pessoas, independente de raça, cor, religião ou opção partidária.

Para se opor a esta realidade, que engloba diversos países, este Governo tem um importante e indelegável papel de formular e executar políticas públicas que promovam o desenvolvimento econômico e social de todos os cearenses.

Os investimentos estatais na ampliação do setor produtivo, tornando o Estado competitivo e com forte potencial industrial são, de fato, importantes, mas não devem ser os únicos meios para combater as desigualdades sociais e a pobreza.

As transformações no quadro de pobreza existente no Estado passam também pelo forte investimento em educação, qualificação profissional, programas de incentivo à permanência na escola e à inserção de jovens no mercado de trabalho, à inserção produtiva de famílias de baixa renda por meio de incentivos e fortalecimento da Agricultura Familiar e dos Arranjos Produtivos Locais (APLs).

Entre as estratégias, destacam-se o desenvolvimento integrado das políticas públicas de Desenvolvimento Social, Segurança Alimentar e Nutricional e Trabalho e Renda, por serem instrumentos que possibilitam a inserção social e produtiva da população em situação de vulnerabilidade social em nosso Estado, possibilitando, assim, a entrada, economicamente produtiva, do maior número de pessoas no mercado de trabalho, contribuindo para a superação da pobreza e elevação da qualidade de vida da população cearense.

Ainda procurando fortalecer as estratégias de Geração de Emprego e Renda em nosso Estado, devidamente articulada com os programas de superação da miséria, nas 08 macrorregiões administrativas do estado, o Governo seguiu investindo em diversos outros projetos de qualificação profissional oportunizando a interiorização das ações e o atendimento às demandas por profissionais qualificados apresentadas pelos setores produtivos do estado.

AÇÕES PRIORITÁRIAS - ANO I

- Reestruturar e modernizar a rede SINE de atendimento ao trabalhador, no âmbito do Estado.

- Reestruturar a política de fomento aos APL com foco no desenvolvimento local.

- Criar um programa integrado de levantamento das demandas locais de qualificação profissional sob a coordenação do Sistema Público de Emprego.

PROPOSTAS PARA O PPA

- Dar continuidade e fortalecer a integração das políticas públicas de Desenvolvimento Social, Segurança Alimentar e Nutricional e Trabalho e Renda no Ceará como estratégia de combate à fome e criação de novas oportunidades para todos os cearenses, com vistas à diminuição das desigualdades sociais existente no estado.

- Estruturar o observatório do trabalho.

- Estruturar um Centro do Trabalhador Autônomo em Fortaleza (bairro Papicu), construindo um equipamento moderno de formação de mão de obra especializada, ampliando o investimento em capacitação dos profissionais beneficiados, com inovações tecnológicas, ampliação da equipe de atendentes e técnicos especializados.

- Implantar Centrais de Serviços autônomos regionalizadas.

- Reestruturar a política de incentivos fiscais, assegurando a geração de trabalho e renda.

- Qualificar o artesão Cearense com a estruturação dos processos produtivos.

- Criar uma Rede Estadual de Educação Profissional, que possa articular uma Gestão Integrada das Instituições de Educação Profissional no Estado, com o fito de evitar sombreamento e garantir uma cobertura geográfica completa.

- Implantar o Plano de Melhoria e Consolidação das EEEPs.

- Consolidar e estruturar laboratórios e oficinas / investimentos das empresas privadas.

- Alinhar cursos e currículos com as necessidades locais e regionais.

- Otimizar o custeio.

- Efetivar o ingresso, permanência e terminalidade dos alunos – Programa de Assistência Estudantil.

- Introduzir componentes curriculares de empreendedorismo e inovação dentro da educação básica, profissional e superior.

- Assegurar que cada gestor estadual ministre pelo menos uma palestra por semestre nas EEEPs.

- Estruturar um programa de formação e qualificação docente para as EEEPs que privilegie a formação e expertise.

- Criar a Central de Estágios e Empregos.

- Criar prêmios e incentivo, por setor, às empresas que mantiverem os contratos de trabalho por períodos superiores às médias do seu setor, para empresas que reduzirem os acidentes de trabalho, que atendam às cotas de pessoas com deficiência, oportunizem o primeiro emprego a jovens, atendam a todos os direitos trabalhistas assegurados ao trabalhador e que tenham egressos do Sistema Penitenciário no seu quadro de profissionais.

- Estruturar programas de estímulo ao aumento da escolaridade do trabalhador cearense.

PROPOSTAS PARA O PLANO ESTRATÉGICO

1. Implantar agenda cearense do trabalho decente.

2. Reestruturar os Conselhos Municipais do Trabalho(COMUT).

3. Implantar centrais de serviços autônomos regionalizados com base na proposta do Centro do Trabalhador Autônomo, com foco na capacitação dos profissionais, na inovação tecnológica e na melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados.

11. ECONOMIA SOLIDÁRIA

AÇÕES PRIORITÁRIAS - ANO I

Reestruturar a política de fomento aos APLs produtivos com foco no desenvolvimento local e na economia solidária e introduzir na educação profissional superior conteúdos de economia solidária, assim como dentro da educação básica.

Promover aquisições de bens e serviços pela administração pública por intermédio das compras governamentais (ECOSOL, Agricultura Familiar, Artesanato, Agronegócio e Micro Empresas.

PROPOSTAS PARA O PPA

- Construir 23 Centro Públicos de economia solidária, sendo 20 no interior e 3 na Região Metropolitana de Fortaleza.

- Criar a Agência de Fomento de Economia Solidária e Inclusão Financeira.

- Criar Políticas a partir de um Grupo de Trabalho com integrantes do governo e da sociedade para coordenar a elaboração participativa da Política Estadual de Economia Solidária no primeiro ano do governo.

- Estruturar uma política de microcrédito orientado.

- Estudar a viabilidade de criação de Distritos de Desenvolvimento Sustentável e Solidário, urbanos e rurais, com forte presença de empreendimentos de economia familiar e solidária, baseados nas vocações locais e regionais e nas tecnologias sociais inovadoras.

- Promover aquisições de bens e serviços pela administração pública por intermédio das compras governamentais (ECOSOL, Agricultura Familiar, Artesanato, Agronegócio e Micro Empresas.

- Criar Programa Estadual de Feiras de Economia Solidária.

- Reestruturar a política de fomento aos APLs produtivos com foco no desenvolvimento local e na economia solidária e introduzir na educação profissional superior, conteúdos de economia solidária, assim como dentro da educação básica.

12. NOVA ECONOMIA

AÇÕES PRIORITÁRIAS - ANO I

- Criar Centros de Referência Tecnológica nos moldes do Polo de Formação Tecnológica, em Recife, para a qualificação de jovens em vulnerabilidade social e ter estes espaços como referência em inovação tecnológica, nas áreas de software livre, robótica livre, metareciclagem, meta arte e outros, articulados com o plano de destinação de lixo eletrônico e geração de oportunidade e renda.

- Promover uma política de incentivos fiscais direcionados ao desenvolvimento social e sustentável, focado na inovação de TIC, para a promoção da diminuição das desigualdades regionais.

- Ampliar a criação de incubadoras e promover a aceleração de empresas de base tecnológica e social, associadas ao empreendedorismo local.

PROPOSTAS PARA O PPA

- Fortalecer as bases da economia solidária e economia criativa com ampliação dos incentivos fiscais e o aumento do número dos editais públicos e adequações legais, nas áreas de tecnologia social, tecnologia assistiva, extensão tecnológica e APL.

- Implementar um plano de Educação Profissonal em estreita articulação com a SEDUC e SECITECE, objetivando a integração e a otimização da Rede de Educação Profissional e Tecnológica, de todos os atores que atuam neste segmento, no Estado do Ceará, tais como CENTEC, IFCE e UTD e demais órgãos públicos e privados, bem como de suas ações de modo a aglutinar esforços para a construção compartilhada de um Sistema de Qualificação Profissional, capaz de responder às demandas impostas pela implantação e instalação de projetos de grande porte em estruturação no Estado.

- Implentar políticas descentralizadas de tecnologia assistivas, de Casas Digitais nos assentamos e reassentamentos rurais, nas comunidades quilombolas, indígenas, pescadores e pescadoras artesanais, associações comunitárias rurais usando a formação e capacitação em TIC e empreendedorismo, através de EAD.

13. PESCA E AQUICULTURA

AÇÕES PRIORITÁRIAS - ANO I

- Ampliação da Secretaria Estadual de Pesca e Agricultura através da inserção do Agronegócio.

- Estabelecer como ferramenta importante a pesca e a agricultura no combate às desigualdades sociais e a pobreza (FECOP).

- Estimular a cadeia produtiva da lagosta-viva, atuns e afins, como também a agricultura.

- Implantar infraestrutura para o desenvolvimento da cadeia produtiva da pesca e agricultura (água, luz, estrada e saneamento); e finalizar o ZEEZOC.

- Fortalecimento da ATEPA, e da estatística pesqueira e agrícola estadual.

PROPOSTAS PARA O PPA

- Finalização do Zoneamento Ecológico Econômico na região costeira, visando à expansão da carcinicultura marinha e da maricultura.

- Aumento do pessoal técnico da SEMACE, principalmente dos Engenheiros de Pesca que são responsáveis pelos processos de licenciamento da Aquicultura do Estado.

- Apoiar a criação, no âmbito do COEMA, Resolução que permita, ainda que temporariamente, que os efluentes dos empreendimentos de aquicultura retomem ao corpo receptor em condições iguais ou melhores do que foi afluído. Isto porque os atuais padrões de qualidade de água exigidos pelas resoluções do CONAMA não refletem

as condições dos corpos de água no Ceará. Esta resolução seria elaborada pelos técnicos da ACCC em conjunto com técnicos da SPA e SEMACE.

- Apoio para que se possa eliminar o PlS/COFINS na tributação de toda cadeia da Carcinicultura, como acontece na suinocultura e avicultura (Lei N.º 12.350 de 22 Dezembro de 2010).

- Apoio Financeiro para a construção de Centros de Aclimatação para fortalecer a interiorização do camarão marinho, Litopenaeus vannamei, nas áreas oligoalinas do semiárido nordestino.

- Apoio para a implantação de Centros de Pesquisas Aplicadas de iniciativa de Empresas Âncoras, que efetivamente estejam comprometidas com a transferência de tecnologia, capacitação e efetivação de uma ampla integração com os micros, pequenos e médios produtores de camarão.

- Promover aproximação dos representantes dos setores produtivos da aquicultura cearense com os Superintendentes dos bancos públicos que atuam no Estado, para analisar e intentar destravar o crédito financeiro para o setor, atualmente paralisado, contradizendo a vontade do Governo Federal de fomentar o crédito a aquicultura nacional.

- Estimular editais de compra de pescado de origem nacional, como forma de estimular o consumo e alavancar a produção aquícola.

- Promover aproximação dos representantes dos setores produtivos da aquicultura cearense com os Superintendentes dos bancos públicos que atuam no Estado, para analisar e intentar destravar o crédito financeiro para o setor, atualmente paralisado, contradizendo a vontade do Governo Federal de fomentar o crédito à aquicultura nacional.

- Estimular editais de compra de pescado de origem nacional, como forma de estimular o consumo e alavancar a produção aquícola.

- Apoio às campanhas de disseminação e promoção do consumo de camarão, considerando os benefícios para a saúde dos seus consumidores e, o fato de que o consumo anual de camarão no Brasil ser de apenas 0,55 kg/per capita, comparado com 55 kg per capita das carnes vermelhas e 44 kg/per capita das aves.

- Levantamento de dados referentes à atividade no Estado de forma a sistematizar o Censo da Tilapicultura Estadual.

- Realização de ações para viabilização do acesso ao crédito junto aos agentes financeiros, revendo os programas específicos através de melhorias de seus processos atuais, a partir de uma aproximação dos representantes do setor produtivo e dos bancos.

- Viabilização de laboratórios de análises de alimentos, patógenos e qualidade de água e solo direcionados ao setor da aquicultura.

    a. Programa de monitoramento da qualidade de água e solo dos açudes cearenses.

    b. Programa de monitoramento da qualidade dos alimentos utilizados na aquicultura.

    c. Programa de monitoramento da saúde animal na aquicultura do estado.

- Programa de controle e melhoramento genético da tilápia cearense.

- Investimentos em Unidades de Higienização, Processamento do Pescado e Fábricas de gelos nos polos de produção. E modelo de estrutura pré-aprovada pelo SIE e SEMACE.

- Investimentos em infraestrutura de estradas e energia elétrica.

04
CEARÁ SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

O Ceara possui 86,8% de sua área inserida na região do Semiárido Brasileiro - o que significa um risco de seca maior que 60%, com solos rasos, com rocha matriz que dificulta a infiltração, rios intermitentes, altas temperaturas, insolação e evaporação intensas.

No Ceará, 75% de seus terrenos estão sobre o cristalino, que limita a acumulação de água no subsolo e a formação dos aquíferos, as águas subterrâneas acumulam-se em fraturas das rochas, têm baixa produtividade e grande teor de sal.

Vários são os critérios que poderiam caracterizar a região semiárida em termos eminentemente científicos. No entanto, a noção pragmática de Semiárido tem sido a de região onde incidem as secas prolongadas.

Em um Semiárido com inúmeras desigualdades, são também múltiplas as alternativas e estratégias possíveis para a garantia do acesso aos recursos naturais e bens básicos por suas populações, muitas construídas por elas próprias.

O conceito de Semiárido deve então ser entendido como um espaço social complexo, portador de três atributos interligados, complementares e indissociáveis: (1) é espaço de produção e de atividades econômicas diversificadas e intersetoriais; (2) é espaço de vida, de organização social e de produção cultural para as pessoas; e (3) é espaço de relação com a natureza, o que, ao mesmo tempo, estrutura as características assumidas pelos dois atributos anteriores e determina as condições e as possibilidades de sustentabilidade ambiental e de preservação dos recursos naturais existentes.

Inovações em tecnologias sociais, técnicas e estratégias de convivência com o Semiárido devem ser qualificadas e universalizadas para se tornar em um instrumento efetivo de melhoria da renda e da qualidade de vida de milhões de pessoas que atualmente sofrem com os desafios da seca. Somente com o fortalecimento de políticas públicas de convivência com o Semiárido, o Estado do Ceará conseguirá adaptar-se e utilizar-se dos consideráveis potenciais do Bioma Caatinga e da sua ampla e única biodiversidade funcional, seja ela forrageira, medicinal ou ainda madeireira.

1. RECURSOS HÍDRICOS

1.1. APRESENTAÇÃO

A ação de Governo no âmbito dos Recursos Hídricos reflete a continuidade de uma Política que, por mais de duas décadas, está sendo implementada no Estado do Ceará.

Estas ações vêm se constituindo num ponto fundamental e relevante para a vida da população cearense e para a normalidade das atividades produtivas do Estado.

No primeiro momento, foi dado um tratamento no setor com o objetivo de atender às demandas do povo do Ceará, como a melhor distribuição de água no território e a maior gestão democrática dos Recursos hídricos disponíveis.

O desafio agora a ser enfrentado nos próximos anos é a busca da qualidade da água consumida pelas pessoas e a inclusão de todas as camadas da população no processo de abastecimento hídrico.

Isto implica em novos programas de saneamento para o maior número de comunidades urbanas e rurais do Ceará; a integração de bacias, o sistema de adutoras, o tratamento de água e esgoto que são as palavras-chaves deste processo.

PROPOSTAS VALIDADAS PELO CANDIDATO NA CAMPANHA

- ***Construir o Cinturão das Águas, que está em seu início, para garantir água à população do interior e aos produtores rurais.***

- ***Triplicar a produção irrigada em parceria com o Governo Dilma e a iniciativa privada, ocupando 100% dos perímetros***

irrigados, que hoje utilizam apenas 30% de suas áreas.

· ***Ampliar a oferta de água para as comunidades rurais através do fortalecimento e ampliação do SISAR – Sistema de Abastecimento Rural.***

· ***Apoiar os 11 comitês de bacias já implantados no Ceará, melhorando o sistema de gestão de águas no Estado.***

AÇÕES PRIORITÁRIAS - ANO I

- Construção dos Açude Lontras (Ipueiras), Fronteiras (Crateús), Frecheirinha (Coreaú), Melancias (SL Curu), Germinal (Palmacia), Jucas (Parambu) e Amarelas (Beberibe).

- Dar continuidade ao Cinturão das Águas – CAC: Conclusão do Trecho I Jati/ Nova Olinda (Municípios Beneficiados: Jati, Porteiras, Brejo Santo, Abaiara, Missão Velha, Barbalha, Crato, Juazeiro do Norte, Nova Olinda, Milagres, Farias Brito, Lavras da Mangabeira, Iguatu, Icó, Orós, Mauriti, Aurora, Carius e Quixelô).

- Execução da 2ª Fase do Eixão das Águas, duplicando a vazão dos atuais 11 m^3/s para 22 m^3/s.

- Propor a antecipação da operação da Transposição do São Francisco para transferência de 10 m^3/s no segundo semestre de 2015 para o Estado do Ceará.

- Implementar o programa Malha D'água, com a construção de 3.000km de adutoras.

- Estabelecer programas de fornecimento de água para consumo humano nos municípios situados no entorno dos canais da Integração do Rio São Francisco e do Cinturão de Águas do Ceará – CAC.

- Realizar levantamento hidrogeológico, através de estudos geológicos/geofísicos, com indicação de áreas com potencial para aproveitamento hídrico subterrâneo, incluindo também os olhos d'água permanentes.

- Realizar estudos de alternativas de fonte de água para consumo humano nas localidades a partir de 1.000 habitantes.

- Estudar a potencialidade dos principais aluviões com o objetivo de ofertar suporte hídrico para projetos de irrigação de pequeno porte, utilizando métodos eficientes de aplicação.

- Concluir o levantamento e mapeamento das comunidades rurais e pequenos núcleos populacionais dispersos e avaliação do nível de carência hídrica, levando em conta as comunidades já diagnosticadas no PAD.

- Programa de ações necessárias para garantia de abastecimento dessas comunidades rurais, com metas e prazos de atendimento em 100% das demandas.

- Implantar Modelo de Gestão dos pequenos sistemas de abastecimento de água para as comunidades rurais, compartilhado com os municípios e as comunidades responsáveis, seguindo o modelo do SISAR.

- Ampliar o Monitoramento da Qualidade de Água Superficial e Subterrânea.

- Ampliar o programa de Inventários Ambientais nos Açudes Monitorados.

- Desenvolver programas de recuperação de mata ciliar nos Açudes Monitorados e rios.

- Fortalecer e desenvolver políticas educacionais e de incentivo que visam ao uso racional da água, promovendo a redução do desperdício e da incidência de doenças de veiculação hídrica.

- Apoiar os programas de saneamento dos grandes centros urbanos, como forma de reduzir o impacto na qualidade e quantidade de água disponível.

- Apoiar a elaboração dos planos municipais de saneamento, articulando com a Política de Gestão dos Recursos Hídricos e PNRS.

- Estimular a elaboração do Plano Diretor de Irrigação do Ceará para equacionar o uso da água e o potencial de expansão dessa atividade, levando-se em consideração a disponibilidade hídrica alocada e os ganhos oriundos de sua eficiência, com metas pactuadas com os usuários e órgãos governamentais.

- Articular com o Governo Federal, por intermédio do DNOCS e da ANA (Agência Nacional de Águas), a implementação da modernização da gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação, com a regulação e fiscalização dos usos devidamente outorgados e com controles de micro e macromedição, de forma sustentável.

- Estimular as empresas de saneamento para diminuir ao máximo as perdas ou fugas das redes de distribuição de água tratada.

- Avançar na recuperação, preservação, monitoramento e gestão das maiores fontes do Cariri.

- Atualizar o cadastro multifinalitário dos usuários dos recursos hídricos e disponibilizá-lo para a sociedade.

- Promover a sistematização dos dados existentes sobre água subterrânea, padronizando e otimizando as técnicas de prospecção, visando obter êxito no índice de poços produtivos, principalmente em ambiente cristalino.

- Realizar campanhas de sensibilização da sociedade para a conservação e o uso racional e sustentado da água.

- Estruturar uma política de Gestão de Secas, que reduza a vulnerabilidade das populações diante das situações de escassez hídrica, promovendo a redução dos impactos socioeconômicos das secas.

- Elaborar Plano de Contingência para situação de cheias, aprimorando o sistema de alerta e as ações de mitigação dos efeitos sobre as populações rurais e urbanas.

- Garantir que os Planos de Bacias incorporem a questão da seca, definindo gatilhos e ações a serem implementados.

- Reforçar no Ensino Básico a importância da água e da prevenção da degradação ambiental, investir na capacitação da população e na integração com o saber cien-

tífico para desenvolver novas tecnologias, equipamentos e metodologias voltados para a convivência com o Semiárido.

- Integrar os conhecimentos científicos existentes nas Universidades e demais institutos de estudo e pesquisa com a experiência popular no Semiárido para estabelecimento de planos e programas nessa área.

- Implementar o Programa "Monitor das Secas", enquanto instrumento articulado com o Governo Federal, de modo a garantir uma ação pactuada entre as diferentes esferas administrativas.

- Promover o aproveitamento hídrico e conservação das microbacias ampliando as ações hidroambientais desenvolvidas no PRODHAM para outras regiões do Estado (barragens subterrâneas, terraços verdes, cortinas de pedra, cordões de pedra, recomposição de mata ciliar).

- Manter grupos de trabalho para acompanhamento da situação de abastecimento dos centros urbanos e propor soluções dos problemas de abastecimento.

- Manter em atividade o Comitê Integrado de Combate à Seca, ampliando o mesmo para demais desastres naturais, com ações de curto, médio e longo prazo.

- Manter o programa de Adutoras de Montagem Rápida (AMR) para situações de escassez hídrica acentuada.

- Implementar programa de Estações de Tratamento de Água Móveis (ETA Móvel) para abastecimento de carros-pipa em 150 localidades, possibilitando uso de água com qualidade a partir de açudes, onde não haja ETA convencionais.

- Desenvolver uma Política de Incentivo ao reuso da água para a indústria, agricultura irrigada e saneamento.

- Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas - CBH, a partir da formulação de meios e instrumentos capazes de melhorar a representatividade das instituições nos colegiados, garantindo as suas atribuições consultivas e deliberativas e respeito às suas decisões.

- Promover encontro de todos os Prefeitos para discutir a interface da gestão municipal com a política de gestão de recursos hídricos.

- Fortalecer e valorizar as Comissões Gestoras de Sistemas Hídricos.

- Realizar, a cada 02 (dois) anos, a Conferência Estadual da Água, precedida de Conferências Municipais, a ser definida oficialmente como parte da Política de Gestão de Recursos Hídricos do Estado do Ceará.

- Incorporar a FUNCEME ao sistema da Secretaria de Recursos Hídricos - SRH, de forma a compor as atribuições tecnológicas nas áreas de meteorologia, meio ambiente e de recursos hídricos.

- Reestruturar e fortalecer o Sistema SRH (SRH, FUNCEME, COGERH e SOHIDRA) adequando as funções de cada ente do sistema às disposições da Lei nº 14.844/2010 (Lei de Política Estadual de Recursos Hídricos).

- Realizar concurso para recompor equipes técnicas da SRH, COGERH, SOHIDRA e FUNCEME, reduzindo o quadro de terceirizados existente.

- Elaborar Planos de Cargos e Carreiras para a SRH, FUNCEME, SOHIDRA e Revisar o da COGERH.

- Fortalecer o Conselho de Recursos Hídricos do Ceará – CONERH, reformulando a sua composição a fim de garantir as representações paritárias de secretários de estado, dirigentes superiores de órgãos públicos, Comitês de Bacias Hidrográficas – CBH e da sociedade civil.

- Regulamentar a participação dos municípios na gestão dos recursos hídricos, nos termos da Lei nº 14.844/2010.

- Estimular e apoiar a elaboração de Planos Municipais de Segurança Hídrica.

- Redesenhar o modelo organizacional e operacional do Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos - SIGERH, em especial para as deliberações dos Órgãos Colegiados da Política de Recursos Hídricos (CONERH e CBH) e suas formalizações.

- Estabelecer novas bases conceituais e de conteúdo para elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos e dos Planos de Bacias Hidrográficas.

- Incorporar as contribuições do “Pacto das Águas”, “Pacto pelo Semiárido”, PAE e o “Relatório Final de Atividades da Comissão Especial da Assembleia Legislativa

para acompanhar a problemática da Estiagem e as perspectivas de chuvas no Estado do Ceará", na Política Estadual de Recursos Hídricos.

- Atualizar o Plano Estadual de Recursos Hídricos - PLANERH, com foco plurianual de 04 (quatro) anos, incorporando-o ao Plano Plurianual - PPA e à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

- Incorporar capítulos específicos sobre águas subterrâneas nos Planos de Bacias e Plano Estadual de Recursos Hídricos.

- Implementar o Sistema Integrado de Informações de Recursos Hídricos Estadual.

PROPOSTAS PARA O PPA

- Construção dos Inhuçu (Croatá), Paula Pessoa (Granja), Pedregulho (Santa Quitéria), Poço Comprido (Santa Quitéria), Riacho do Paulo (Apuiarés), Açude Ceará (Caucaia), Feijão (Ibaretama/Morada Nova) e Santo Antonio (Morada Nova).

- Construção do Trecho II Nova Olinda/Açude Arneiroz (Municípios Beneficiados: Altaneira, Assaré, Tarrafas, Antonina do Norte, Aiuaba, Arneiroz, Tauá, Jucás e Saboeiro).

- Ampliar a capacidade do Canal do Trabalhador de 5 m^3/s para 10 m^3/s.

- Aprimorar as pesquisas e estudos para Construção e instalação de 500 poços para abastecimento de Sedes Municipais.

- Construção e instalação de 1.000 poços com dessalinizadores, utilizando a metodologia do PAD para atendimento de comunidades rurais difusas.

- Construção e instalação de 1.000 poços para produtores rurais.

- Levantamento e reativação de 1.000 poços já existentes.

- Construção de 130.000 cisternas para consumo familiar.

- Construção de 50.000 cisternas calçadão para produção agrícola familiar.

- Estudar alternativas para o Projeto de Transposição do Tocantins para o Nordeste Setentrional.

- Realizar diagnósticos e erradicar as fontes poluidoras.

- Sanear plenamente (esgotamento e tratamento) as cidades do Cariri para proteção dos aquíferos desta região.

- Apoiar a implantação de um programa de expansão da irrigação nas regiões: Icapuí/Baixo Jaguaribe; Lontras/Ibiapaba; Quixeré/Baixo Jaguaribe e São Braz-Castanhão/Médio Jaguaribe.

- Apoiar as ações necessárias à promoção da pequena irrigação ao longo dos vales perenizados com linhas de crédito, assistência técnica e infraestrutura energética para possibilitar o incremento de 5.000ha irrigados, com forragens e culturas de ciclo curto.

- Implantar um programa que trate imediatamente do reuso de água de Fortaleza para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP, ampliando a oferta de água em cerca de 2m³/s para determinados processos industriais.

- Implantar um programa de dessalinização de água do mar com produção diária de 125.000m³ para uso humano e industrial, e desenvolver parceria com a indústria mais adequada ao uso dessas águas nas áreas litorâneas

- Desenvolver programa de gestão de aquíferos subterrâneos afetados pelo sistema produtivo agrícola e aglomerados urbanos.

- Propostas sugeridas pelo Plano de Governo para o Plano Estratégico

- Construção do Canal Jaguaribe - Icapuí (eixo de transferência).

- Analise de viabilidade de novos açudes Marecas (Morrinhos), Arrojado (Lavras da Mangabeira/Cedro), Targinos (Canindé).

- Estudar a viabilidade de Construção de uma adutora do Rio Missi para o Distrito do Sitio Alegre/Morrinhos.

- Utilizar fontes alternativas de energia para os sistemas simplificados de bombeamento de poços.

- Aprimorar os conhecimentos sobre as reservas hídricas subterrâneas, levando-se em conta suas potencialidades e a elaboração de uma política de exploração dos aquíferos.

- Gerenciar e monitorar as águas subterrâneas, com manutenção sistemática a fim de uma eficiente utilização.

- Construção de poços rasos aluviais, levando-se em conta sua potencialidade.

- Implantar o Programa de recuperação ambiental do entorno dos reservatórios públicos.

- Sanear as cidades/municípios situados nas áreas de influência dos rios e canais que abastecem a RMF/CIPP.

- Promover o saneamento ambiental por bacia de evapotranspiração (BET) junto às populações difusas e comunidades onde não existe esgotamento sanitário.

- Realizar estudos e pesquisas para prevenção e controle de processos de degradação dos corpos hídricos.

- Promover e incentivar estudos para determinar as demandas hídricas dos principais sistemas de produção do Estado do CE.

- Criar um grupo de trabalho permanente sobre a eficiência do uso da água na agricultura irrigada.

- Realizar estudos e pesquisas voltados para a conservação dos recursos hídricos, tais como: solos, zoneamento, desertificação, buscando evitar a degradação ambiental das bacias hidrográficas.

- Criar um incentivo, tipo “Selo Verde”, para os municípios, a fim de que seus representantes nos comitês de bacia, sejam gestores com poder de decisão imediato.

- Apoiar a elaboração e implantação dos planos municipais de recursos hídricos conforme previsto no Pacto das Águas.

- Estruturação de uma política estadual de pagamento por serviços ambientais com foco na “produção de água”.

- Implantar gerencias regionais da COGERH nas bacias do médio Jaguaribe, litoral, Ibiapaba e Coreaú.

- Estabelecer um Plano de Gerenciamento dos Recursos Hídricos com base na demanda, que inicie com um programa de assessoramento ao irrigante, no qual a aplicação de água seja feita a partir do "quando e quanto irrigar" (modelo CIMIS Califórnia).

- Modernizar os sistemas de irrigação dos perímetros públicos e dos vales perenizados, como forma de aumentar a oferta hídrica.

- Criar e implantar política estadual de reuso e reutilização de águas no uso das unidades habitacionais, comerciais, agrícolas e industriais.

- Incentivar o desenvolvimento de projetos de engenharia e arquitetônicos no ambiente urbano e rural voltados par o reuso de água no contexto domiciliar.

2. MEIO AMBIENTE

2.1. APRESENTAÇÃO

A implementação de uma Política Ambiental no Estado inclui o compromisso de garantias efetivas na produção, desenvolvimento e controle social destas políticas.

O reconhecimento de uma política ambiental afirmativa requer a percepção de que o meio ambiente sustentável sobrepõe-se à manutenção de requisitos intrínsecos do ambiente natural, visando garantir alternativas socioeconômicas de seu uso para toda sociedade. Empreende-se, assim, a necessária superação de desafios na reconstrução da cultura e no aprimoramento do saber segundo a lógica de uma sociedade igualitária, socialmente justa, ambientalmente saudável e sustentável, fundada num espectro permanente de uma cultura de paz.

Entende-se que a política ambiental estadual deve estar também articulada aos territórios, espaços de discussão já existentes, condição que se sobressai de forma exemplar

nos Comitês de Bacias Hidrográficas, que passariam a ser também instrumentos de gestão e desenvolvimento do meio ambiente regional e local, garantindo uma maior aproximação da sociedade nos diversos problemas ambientais a enfrentar.

A opção em manter a lógica produtiva e exploratória dos recursos ambientais, provoca o agravamento do clima planetário, a deterioração dos recursos ainda disponíveis nos oceanos, nas florestas, nos solos, nos recursos hídricos e nos aglomerados humanos, envolvendo tudo o que resta de valor para a manutenção, continuidade, existência e equilíbrio do planeta.

Por outro lado, é fundamental reconhecer a necessidade de desenvolvimento econômico do Estado do Ceará, também como propulsor destas políticas, propondo a participação e controle da sociedade de forma permanente, no estabelecimento e consecução das mesmas.

No que se refere ao Fortalecimento do Sistema Estadual de Unidades de Conservação, busca-se ir ao encontro das diretrizes internacionais de proteção. O Estado do Ceará precisa avançar em suas políticas de conservação. Neste tocante, sobressaem-se duas grandes unidades enraizadas em berçários naturais produtivos e com grande vocação ao Ecoturismo: Zona do Mundaú (Municípios de Trairi e Itapipoca) e Zona de Icapuí. Registre-se ainda, a necessidade de efetivação do Parque Estadual da Risca do Meio, principalmente no que se refere à implantação do plano de manejo e ao fortalecimento da gestão do parque.

Ressalta-se, ainda, a urgência de ações que respondam à necessidade de recomposição do meio físico natural, melhorando o solo, protegendo as nascentes e encostas, minimizando o assoreamento dos cursos e mananciais hídricos e promovendo melhoras substanciais no microclima local e regional.

AÇÕES PRIORITÁRIAS - ANO I

- Fortalecer aparatos institucionais que garantam a proteção, conservação e desenvolvimento do Bioma Caatinga, assim como do Bioma Mata Atlântica e das manchas do Serrado.

- Reformular o Sistema Estadual de Meio Ambiente, substituindo o CONPAM, órgão formulador da Política Estadual de Meio Ambiente, por uma Secretaria Estadual de Meio Ambiente e fortalecendo a SEMACE como órgão executor da Política Estadual do meio Ambiente, adequando o Sistema às Diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei Complementar Federal nº 140/2011), destacando as competências institucionais e atualizando a lei estadual 11.411/87 face às mudanças legais e institucionais.

- Transformar o Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente CONPAM, em Secretária Estadual de Meio Ambiente do Ceará tendo como missão a formulação e implementação de políticas socioambientais, com estrutura organizacional compatível ao seu pleno funcionamento.

- Fortalecer os comitês de bacias hidrográficas, CONDEMAT e Conselhos Gestores de UC - unidades de conservação integrando-os ao controle das políticas públicas ambientais regionais.

- Capacitar gestores/técnicos municipais e estaduais, através da Escola de Gestão Pública do CE e instituições parceiras, para eficiência no cumprimento do que preconiza a Lei Complementar nº 140/2011.

- Criar Centro de Triagem e reabilitação regionais de animais silvestres.

- Modernizar o processo de licenciamento ambiental atendendo a LC nº 140/2011.

- Revisar a composição do COEMA no que refere à lista de entidades representativas do poder público e sociedade civil, de forma que seja paritária e deliberativa e assim assegure mecanismos de participação democrática na aprovação de empreendimentos potencialmente poluidores.

- Desenvolver e fortalecer ações do parque estadual marinho da Pedra da Risca do Meio, implantando seu plano de manejo e demais instrumentos de gestão da Unidade.

- Apoiar programas de recomposição de áreas degradadas, em processo de desertificação e desertificadas, implementando as ações previstas no PAE/CE.

- Desenvolver programa de gestão, educação e desenvolvimento socioambiental e econômico, voltados aos entes municipais.

- Instituir programa de incentivo à formação de uma cadeia de empreendedores voltados à reutilização, reciclagem e à coleta seletiva, incluindo a isenção e redistribuição de tributos.

- Apoiar os planos municipais de resíduos sólidos no âmbito da competência estadual e em consonância com a Lei federal nº 12.305/2010.

- Promover e estimular a gestão da coleta seletiva do lixo e da logística reversa nos municípios (sede) e distritos como alternativa de renda, proteção da saúde pública e da qualidade ambiental.

- Apoiar os consórcios públicos promovendo a erradicação dos lixões como forma de minimizar e preservar o meio ambiente, a saúde e os recursos naturais.

- Fomentar conjuntamente com os municípios a busca por soluções corretas para a destinação e o tratamento dos resíduos sólidos urbanos, dentro da responsabilidade compartilhada prevista na lei 12.305/2010, como forma de manter um meio ambiental sustentável.

- Promover juntamente com os governos municipais formas de captação de recursos objetivando garantir a implantação e manutenção de soluções compatíveis com a PNRS e PERS.

- Encaminhar a Assembleia legislativa a proposta de Lei Estadual de Resíduos Sólidos (revisada).

- Apoiar na elaboração de Planos de Recuperação de Áreas Degradadas por lixões a céu aberto.

- Apoiar a implementação de coleta seletiva nas bacias metropolitanas, Acaraú e Salgado.

- Elaborar campanhas educativas com foco em meio ambiente, coleta seletiva e saneamento básico integrando ações das setoriais de saúde, cidades, e recursos hídricos.

- Capacitação de gestores ambientais nas bacias do Salgado, Metropolitana e Acaraú, em parceria com a COGERH.

- Apoiar proposição e a revisão de planos diretores para qualificação de tratamento da variável ambiental de forma transversal nas políticas públicas estaduais e municipais.

- Instituir política de educação ambiental em todo sistema escolar voltada para construção de uma cidadania participativa, transformadora, visando a construção de acordos sociais e o desenvolvimento de uma cultura de paz na construção de novos acordos sociais buscando um Ceará Saudável e Sustentável.

- Implantar no calendário oficial do Estado, as conferências de meio ambiente

- Infanto-juvenis como instrumento de fortalecimento do exercício da cidadania a partir do ambiente escolar e familiar.

- Fortalecer e otimizar a Rede Cearense de Educação Ambiental do Ceará, utilizando as Tecnologias da Informação e Conhecimento, integrando com as redes já existentes.

PROPOSTAS PARA O PPA

- Descentralização do licenciamento ambiental fomentando a implantação em todos os municípios do órgão ambiental e conselho de meio ambiente (concurso público) e garantir a paridade do CONDEMA.

- Enfrentar a crescente destruição das matas ciliares e a degradação do solo, com a implementação e desenvolvimento de programas de recomposição de matas ciliares, de áreas degradadas, em processo de desertificação e já desertificadas.

- Criar Programa Estruturante de resgate, valorização e distribuição de sementes crioulas de produção agrícola e florestal, implantando e fortalecendo as casas comunitárias de sementes com estrutura para armazenamento das variedades locais.

- Recriar e aplicar os recursos do Fundo Estadual do Meio Ambiente também em apoio aos programas municipais e em agendas da sociedade civil com foco no meio ambiente.

- Instituir a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, visando ações indutoras para o estabelecimento de práticas agroecológicas e de produção orgânica, nos níveis rural e urbano.

- Prover o Sistema Estadual de Meio Ambiente por meio de concurso público de servidores especialistas, criando uma carreira única em políticas ambientais de gestão, planejamento e fiscalização, e aprovação de planos de cargos e carreiras para o Sistema Estadual de Meio Ambiente.

- Fortalecer e garantir apoio técnico-financeiro aos municípios para a criação e manutenção de unidades de conservação municipais. (ex. Sabiaguaba, e outras).

- Criar Unidades de Conservação no Bioma Costeiro – vocacionadas à proteção e exploração sustentável de recursos pesqueiros (Mundaú e Icapuí).

- Instituir mosaicos de unidades de conservação (municipais e estaduais) em cumprimento às metas da convenção da diversidade biológica.

- Criar e estruturar Unidades de Conservação Estaduais de Proteção Integral na Caatinga e Mata Atlântica nas diversas macrorregiões do estado.

- Incentivar e apoiar a criação de Unidades Particulares de Conservação, denominadas de Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

- Estabelecer metas estratégicas para conservação da diversidade biológica por meio da otimização da implementação da Política Estadual de Unidades de Conservação instituída pela Lei nº 9.985/2000.

- Ampliar o percentual de Unidades de Conservação atingindo 10% do território cearense, nas categorias de Proteção Integral e Uso Sustentável nos ecossistemas associados da zona litorânea; serras úmidas (mata atlântica), bioma caatinga e cerrado.

- Atualização das áreas prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios do ecossistema mata atlântica/ecossistemas associados, e do bioma caatinga em parceria com MMA/ICMBIO e entidades da sociedade civil.

- Assegurar a estrutura técnica e operacional nas sedes das UCs.

- Elaborar e implementar os Planos de Manejos das Unidades de Conservação estaduais.

- Ampliar o percentual da repartição do ICMs , no Índice de Qualidade Municipal de 2.0% para 5,0%.

- Implementar e Desenvolver programa de recomposição de matas ciliares (em articulação com os demais entes federados).

- Instituir um programa de gestão e controle da qualidade de água.

- Estabelecer na matriz curricular do ensino fundamental e médio conhecimentos sobre a PNRS.

- Utilizar a Avaliação Ambiental Estratégica, produzida pelo Projeto Mata Branca, com instrumento norteador de tomada de decisão para implementar programas e projetos da Caatinga.

- Elaborar e revisar o ZEE no Estado do Ceará.

- Revisar e aprovar o ZEE para garantir equilíbrio ambiental da zona costeira do estado no sentido de redesenhar uma nova política estadual de gerenciamento costeiro.

- Replicar a metodologia utilizada pelo Projeto Mata Branca em âmbito estadual, promovendo a interface entre as áreas de educação, cultura, saúde, inclusão social, geração de renda, agroecologia, resíduos sólidos, energias renováveis, dentre outros.

- Promover políticas de habitação urbana e rural de interesse socioambiental, efetivando a regularização fundiária e combatendo a especulação imobiliária.

- Desenvolver programas habitacionais urbana e rural assegurando melhoria na qualidade de vida da população e protegendo-a dos riscos de incidentes ambientais (deslizamentos, cheias, inundações doenças etc.).

- Desenvolver programas de adequação de planos diretores municipais e estadual visando ajustá-los aos compromissos assumidos pelo Brasil em Tratados Internacionais, com ênfase nos biomas existentes no Estado do Ceará.

- Fortalecer programas de pesquisa em universidades, instituições governamentais e não governamentais, buscando a introdução de novos manejos dos recursos naturais.

- Desenvolver programa de gestão – trocas – intercâmbio de tecnologias e experiências comunitárias com práticas sustentáveis (incluindo sistemas agroflorestais), viabilizando alternativas para as unidades de produção em fortalecimento a agricultura familiar.

- Propor junto ao Governo Federal para inclusão no Semiárido legal dos municípios cearenses com características de semiárido.

- Uso sustentável e conservação dos recursos florestais da Caatinga e seus resíduos (bagana da carnaúba e poda do cajueiro) utilizando a tecnologia de adensamento da biomassa para produção de pellets, como forma de conservação da Caatinga e geração de renda.

PROPOSTAS PARA O PLANO ESTRATÉGICO

- Realizar o ZEE antes do Plano Diretor nos municípios que ainda não têm PD. Caso o município já aprovou seu PD, adequar o mesmo a partir de um estudo de zoneamento ambiental.

- Avaliar e revisar os instrumentos legais da SEMACE, para evitar sobreposição de competências, ficando responsável pela fiscalização, monitoramento e controle dos recursos ambientais incluindo a fauna e flora.

- Promover por meio do Programa Selo Município Verde o apoio ao fortalecimento dos órgãos municipais de meio ambiente.

- Implantar um Programa de Gestão Compartilhada propiciando o pleno funcionamento das Instâncias colegiadas destacando-se: O Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, do Bioma Caatinga; da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental; Comitê Estadual de Mudanças Climáticas e Biodiversidade; Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente: Conselhos Gestores de Unidades de Conservação, dentre outros.

- Incluir as metas para o estado do CE da convenção sobre a diversidade biológica a serem executadas pelo CONPAM/COBIO.

- Elaborar os instrumentos legais para criação do Parque do Cocó em conformidade com o SNUC.

- Implementar decreto de inibição de espécies exóticas invasoras em cumprimento à resolução CONABIO 05 de 21/10/2009.

- Política de requalificação e humanização de serviço de coleta e reciclagem de resíduos sólidos.

- Criar o Instituto da Carnaúba, Centro de Estudo, Pesquisa e Exploração da Carnaúba do Estado do Ceará.

- Legitimar o profissional "carnaubeiro" junto ao Ministério do Trabalho, com respalde federal.

- Criar polos regionais de indústrias verdes ou de matérias recicláveis, para onde seriam destinado o produto das coletas seletivas previstas no PGRS (polos administrativos, baseados em convênios municipais e qual renda seria destinada à consolidação da coleta seletiva e melhoria da renda dos catadores, otimizando assim os aterros sanitários).

- Fortalecer associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, visando a implementação das ações previstas pela lei 12.305/2010 como o objetivo de implementar a coleta seletiva nos municípios e consórcios municipais.

- Dar suporte técnico, através do NUTEC, na implantação de unidades de aproveitamento e reciclagem dos resíduos sólidos, tais como, resíduos eletrônicos, latas

de alumínio e de aço, metais, cobre, vidro, óleos residuais e lubrificantes, papéis, papelões, plásticos, resíduos da construção civil, lodos, esgotos e compostagem de resíduos orgânicos.

- Implantar o laboratório de resíduos sólidos através da parceria do NUTEC com a UFC e STDS, visando pesquisar rotas tecnológicas para sua reciclagem, bem como a implantação de um programa de controle de qualidade dos óleos residuais.

- Ampliar a quantidade de estações de pré-tratamento de óleos e gorduras residuais (OGR) visando aumentar a oferta destes óleos para produção de biodiesel e implantar um programa de cessão de bônus à população para doação de OGR.

- Expandir a implantação de eco pontos em escolas públicas, postos de saúde, delegacias, igrejas e agências da CAGECE.

- Criar mecanismos de aproveitamento dos resíduos de pescados produzidos pelas associações e cooperativas nos açudes do estado, das podas de árvores e outros resíduos residenciais e industriais para a produção de briquetes para obtenção de energia.

- Implementar programa de reciclagem de resíduos da construção civil de forma a incluir as empresas do setor no programa Selo Verde e destinar adequadamente estes resíduos para seu aproveitamento.

- Assessorar tecnicamente os consórcios municipais no projeto e implantação dos aterros sanitários, bem como na obtenção de biogás para aproveitamento energético.

- Estabelecer políticas públicas voltadas ao controle e disciplinamento da utilização de produtos agrotóxicos no Estado do Ceará.

- Ampliar a fiscalização estadual junto ao acompanhamento do uso, comercialização e descarte de embalagens de agrotóxicos.

- Debater e propor taxação sobre a comercialização dos agrotóxicos no estado do CE.

- Criação dos planos municipais da Mata Atlântica.

- Enfrentar o crescente processo erosivo da zona costeira implementando o monitoramento, fiscalização e ações de planejamento para minimizar as perdas de praia.

- Promover a capacitação de gestores municipais e sociedade civil para elaboração de planos municipais de integração da orla marítima (Projeto ORLA).

- Estabelecer diretrizes e programas de governo de modo a preservar e garantir a qualidade do ar, objetivando a redução dos gases de efeito estufa e a melhoria da qualidade de vida.

- Criação na COBIO/CONPAM do Núcleo Biomas (Caatinga, Mata Atlântica e Marinho) como estratégia de gestão da biodiversidade.

- Apoiar e incentivar a criação de corredores ecológicos ligando unidades de conservação do Estado.

- Incremento à política de instalação dos fogões ecoeficientes em substituição aos fogões a lenha tradicionais.

- Incentivar e implementar o uso de biodigestores, como fonte energética complementar, em comunidades produtivas e agricultura familiar.

- Elaborar a lista oficial das especies da fauna e flora em extinção no estado do CE.

- Retomar e ampliar o programa A3P.

- Apoiar as ações do Geopark Araripe.

- Criar na SEDUC um núcleo de educação ambiental formal e no CONPAM um núcleo de educação ambiental informal, estimulando os municípios para que façam o mesmo.

- Propor a exclusão na Constituição Estadual, do parágrafo 2 do art. 264, que passa para o COEMA, a analise e aprovação de todos os pedidos de licenciamento ambiental dos empreendimentos que exijam EIA/RIMA. Isto é um fato que ocorre só no CE e acaba por desvirtuar as funções do COEMA e SEMACE.

3. ENERGIAS

Embora os combustíveis fósseis continuem como o principal vetor de geração de energia, está ocorrendo uma acentuada expansão das energias renováveis ao redor do Brasil, motivada seja pela preocupação com a segurança energética, seja com o risco de aquecimento global. As energias renováveis oferecem muitas oportunidades de inovação tecnológica, com elevado potencial de redução de custos. No Brasil em geral e no estado do Ceará em particular, as energias renováveis são vistas ainda como alternativa para propiciar o acesso a fontes energéticas em áreas e comunidades remotas do país, contribuindo para a inclusão social e o combate à pobreza.

O acesso à energia tem um papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico e, em especial, na redução da pobreza. A produção e o uso local de energia renovável oferecem um potencial relevante para o desenvolvimento econômico local, à parte diversos benefícios ambientais. Em muitas regiões, a falta de eletrificação rural é um grande impedimento para a expansão da economia.

O desenvolvimento sustentável não é um estado fixo de harmonia, mas um processo de transformação no qual a exploração de recursos, o direcionamento de investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e mudanças institucionais são feitas de modo consistente com o futuro, assim como de acordo com as necessidades presentes. Em última análise, o desenvolvimento sustentável deve ser uma decisão política. Neste sentido, deve ser atingido através de atividades ecologicamente corretas, economicamente viáveis, socialmente justas e culturalmente diversificadas.

AÇÕES PRIORITÁRIAS - ANO I

- Desenvolver programas de mapeamento de localização de parques eólicos visando maior proteção aos biomas regionais e às populações locais.

- Implementação do Fundo de Investimento para Energia Solar e ampliação para as energias em geral.

- Transformar a Coordenaria de Energia e Comunicações existente da SEINFRA em uma Subsecretaria ou Secretaria Adjunta de Energia visando desenvolver um Programa Estadual de Energia Limpa.

- FUNCEME – Criar o Setor de Energias Limpas para estudos potenciais e de previsão da geração nas escalas de Tempo e Clima.

- NUTEC – Criar o Setor de Inovação de Bioenergia, visando potencializar os projetos já desenvolvidos e potencialização de projetos do PDI, a exemplo do Laboratório Fotovoltaico.

PROPOSTAS PARA O PPA

- Incentivar e implementar programas de energias renováveis, em especial a fotovoltaica (solar) e a eólica, em espaços que não causem danos ao patrimônio ambiental, histórico e cultural, em especial as comunidades tradicionais.

- Desenvolver programa de energia alternativa (ex. gás natural, aproveitamento de calor) em conjunto com programas de florestas plantadas voltados para sustentação do parque ceramista estadual.

- SEMACE – Implementar com incentivos a Reposição Florestal.

- Implementação do fundo de investimento para energia renováveis.

- Incentivar a implementação do programa de geração de micro energia alternativa.

- Fortalecer a produção de energia a partir de resíduos orgânicos, agrícolas, domésticos e industriais, através da pirólise, pellet.

- Propostas sugeridas pelo Plano de Governo para o Plano Estratégico:

  - Ampliação da oferta de energia trifásica para as áreas rurais.

  - Asseguramento de que o Governo do Estado garanta a consulta prévia às populações impactadas e vinculantes ao planejamento de projetos de geração de energia e que estes projetos consolidados incorporem, em seus planos socioambientais e de desenvolvimento, a garantia da melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas, respeitando os modos de vida local, mensurando seus impactos e garantindo as compensações e mitigação em âmbito territorial.

05
CEARÁ DO CONHECIMENTO

INTRODUÇÃO

O conhecimento dominado por uma sociedade tem sido reconhecido por muitos economistas e cientistas sociais como o fator mais importante a determinar o desenvolvimento econômico dessa sociedade. Por desenvolvimento econômico, entende-se não apenas o puro e simples crescimento econômico, medido no aumento do PIB, por exemplo, como também a distribuição da riqueza oriunda deste crescimento por todas as camadas da sociedade. Ou seja, por desenvolvimento econômico designa-se o crescimento da riqueza associado à diminuição da desigualdade. Assim, somos levados à conclusão de que nas sociedades modernas o conhecimento é o fator mais importante na construcão do desenvolvimento econômico, sendo fator eficaz e imprescindível tanto na criação da riqueza quanto na inclusão social que sua disseminação proporciona.

Sendo função precípua do governo assegurar as condições para a produção da riqueza e sua distribuição na sociedade, o compromisso central do Programa do Governo Camilo Santana e Izolda Cela - no eixo Ceará do Conhecimento - está em **lançar bases sólidas para a construção de uma sociedade do conhecimento no Ceará**. Esta medida visa introduzir de forma efetiva no Estado os pilares de uma economia moderna, de uma economia do Século XXI, de uma nova economia, com a certeza de que é esta a única forma de dar um salto de qualidade no perfil econômico do Ceará, aumentando a participação do Estado no PIB do país, estacionado na casa dos 2% há várias décadas.

O que aqui se propõe constitui uma verdadeira revolução na política de desenvolvimento econômico e social. Uma política que põe o conhecimento, a cultura e a educação do cidadão em seu centro. Para aquilatar o importe dessa proposta, é mister um maior aprofundamento quanto a natureza e dimensão do compromisso decorrentes de sua adoção. Em primeiro lugar, é preciso entender que a construção de uma sociedade do conhecimento é tarefa que envolve grande parcela da sociedade e cujos efeitos e resultados a atingem como um todo. As ações que envolvem a construção do conhecimento na sociedade abrangem um amplo espectro que vai do ensino básico à pesquisa científica, e desta à inovação, passando pela cultura e a economia da cultura e pela educação profissional e a qualificação do trabalhador. Por outro lado, os efeitos da produção do conhecimento e de sua ampla difusão atingem praticamente todas as áreas da vida social, indo do aumento da produtividade nas atividades econômicas à melhoria de prestação de serviços pelo estado e do aprimoramento do exercício da cidadania a uma apropriação mais equânime e generalizada dos bens culturais e da riqueza material. Trata-se aqui, portanto, da determinação clara de um projeto para o Ceará baseado na educação e capacitação do seu povo, em todos os níveis do conhecimento e da utilização decisiva do conhecimento no processo de geração de riquezas.

O primeiro passo para a construção entre nós de uma sociedade do conhecimento está na educação básica. Na educação básica de qualidade. Isso por si só já constitui uma revolução, tal o desafio. Um desafio que não podemos deixar de enfrentar. Um desafio que juntos enfrentaremos. As outras tarefas, igualmente decisivas e desafiadoras, todas abordadas neste documento, estão relacionadas à Ciência, Tecnologia e Inovação, ao Ensino Superior, à Educação Técnica e Profissional e à Cultura. É importante desde já ressaltar que todas as áreas acima elencadas serão convocadas a contribuir no desempenho da tarefa fundamental relativa à educação básica. Em cada uma delas há um nítido papel que cabe ao estado e por força da ação do estado há a prestação de um serviço de natureza finalística que verte sob a forma de benefício à sociedade. Por outro lado, há em cada uma a dimensão de insumo ao progresso social e ao desenvolvimento econômico. Este segundo aspecto nem sempre é perfeitamente percebido e levado em conta, quer pelos gestores públicos quer pela sociedade. Todavia, essa dimensão da educação e do conhecimento como vetor essencial do desenvolvimento e da produção de riqueza nas sociedades modernas, frequentemente negligenciada em países em desenvolvimento, é o fundamento mesmo da proposta que aqui se apresenta.

Para sumarizar, sob o título CEARÁ DO CONHECIMENTO apresenta-se aqui uma estratégia para a construção de um Ceará mais rico e mais justo, trilhando o caminho da nova economia. Uma estratégia para a construção de um novo Ceará. Do Ceará onde queremos que nossos filhos cresçam. Do Ceará onde nossos filhos crescerão.

1. EDUCAÇÃO

1.1. APRESENTAÇÃO

Educação básica universal de qualidade é o fundamento na construção de uma sociedade mais justa e social e economicamente mais desenvolvida. É, pois, o pilar essencial na edificação de uma sociedade do conhecimento. Para exercer seu papel de elemento supressor da desigualdade social, da desigualdade hereditária estabelecida pelas condições de nascimento, é preciso que a educação pública, provida pelo estado, seja de qualidade semelhante àquela fornecida pelo setor privado.

Segundo o IPECE, dentre todos os estados brasileiros o Ceará foi o que mais reduziu a desigualdade entre o IDEB das escolas pública e particular nas séries iniciais entre

2005 - 2011. O IDEB é medido a cada dois anos e apresentado numa escala que vai de zero a dez. A meta é alcançar o índice 6. Este é o resultado obtido pelos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), quando se aplica a metodologia do IDEB a suas avaliações educacionais (6,0 foi a nota obtida pelos países que ficam entre os 20 mais bem colocados no mundo).

Traduzindo a evolução no Estado do Ceará comparam-se aqui as notas obtidas no IDEB das escolas privadas com as escolas públicas. Estas últimas tiveram uma evolução na nota de 68%, ante uma evolução de 11% das escolas privadas. Com isso, percebe-se uma diminuição expressiva na distância de performance entre essas escolas.

No Ceará, em 2005 a nota da escola privada era superior em 93% à nota da escola pública. Em 2011 essa diferença diminuiu acentuadamente, ficando em 27%. Por outro lado, a evolução da nota do IDEB no Estado do Ceará foi de 68% entre 2005 - 2011, superior, portanto, à evolução no Nordeste (48%) e no Brasil (30%). Todavia, apesar dos bons resultados obtidos, há muitos desafios a serem vencidos.

PROPOSTAS VALIDADAS PELO CANDIDATO NA CAMPANHA

· ***Durante a Campanha Eleitoral, Camilo Santana e Izolda Cela assumiram alguns compromissos, em determinadas áreas da política, que se transformaram em proposições para o seu governo. Neste documento, essas "promessas" de campanha não foram esquecidas e figuram como compromissos, responsabilidades assumidos diante da população, de segmentos, categorias profissionais:***

· ***Levar progressivamente a Escola de Tempo Integral e Profissionalizante para toda a rede estadual;***

· ***Criar o Programa Bolsa Universitário: todos os estudantes de baixa renda da escola pública que conseguirem 560 pontos no ENEM e entrarem numa universidade, vão receber a bolsa durante 6 meses. A bolsa vai ser paga a partir do primeiro dia de aula;***

· ***Fortalecer o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) em todas as regiões do estado;***

· ***Criar cursos de formação profissional nos municípios;***

· ***Criar Centros de Línguas Estrangeiras em todo o estado, para que os estudantes da escola pública possam aprofundar seus conhecimentos em outros idiomas, como inglês e espanhol;***

· ***Realizar parcerias com a iniciativa privada para oferecer estágio profissional remunerado aos alunos do último semestre das faculdades estaduais;***

· ***Estabelecer parceria com o Governo Federal para criar a Universidade Federal da Região Norte;***

· ***Ampliar o E-Jovem, passando de 6 mil para 30 mil vagas/ano, e oferecer novos cursos, como turismo, comércio e serviços;***

· ***Garantir a valorização e a qualificação permanente dos professores da rede estadual.***

AÇÕES PRIORITÁRIAS - ANO I

• Colaborar com os municípios para elaboração e adequação dos Planos Municipais aos Planos Estadual e Nacional de Educação;

• Fortalecer o Programa de Aprendizagem na Idade Certa (PAIC +5) e Criar Programa para apoiar as ações do ensino fundamental de 6º ao 9º ano;

- Melhorar e ampliar o serviço de transporte escolar, avançando no gerenciamento dos projetos e programas relacionados ao financiamento, renovação da frota e aquisição de ônibus escolares;

- Desenvolver políticas de incentivos aos estudantes do ensino médio, inclusive na modalidade EJA e profissional com foco na redução do abandono e evasão escolar, garantindo a conclusão do ciclo da educação básica;

- Fortalecer o Programa ENEM: Chego Junto, Chego Bem! Com o objetivo de elevar o desempenho acadêmico e incentivar a participação dos estudantes do ensino médio no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), possibilitando o acesso ao ensino superior;

- Expansão e aperfeiçoamento da infraestrutura e rede de internet nas unidades escolares com o objetivo de implementar tecnologias educacionais voltadas para a ampliação do conhecimento, vinculado à formação continuada dos professores nas tecnologias digitais;

- Estabelecer parcerias com Instituições de Ensino Superior (IES) visando promover o acesso dos professores e gestores escolares a cursos de aperfeiçoamento, de extensão e de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), em serviço;

- Aperfeiçoar a Lei Prêmio Aprender Pra valer para profissionais da escola, considerando o desempenho acadêmico dos alunos, tendo por referência o SPAECE e ENEM, e também, os professores que se destacarem nos projetos e programas, como: professor Diretor de Turma e PROEMI/JF;

- Articular com a Secretaria de Saúde e com o Instituto (ISSEC) o aperfeiçoamento da oferta de psicologia, fonoaudiologia, psiquiatria e outros para melhor assistência à saúde física, mental e emocional do professor e demais profissionais em todas as regiões.

PROPOSTAS PARA O PPA

- Incluir nas medidas do Regime de Colaboração o incentivo para a criação dos Sistemas Municipais de Ensino em que os Conselhos de Educação atuem com funções normativas;

- Apoiar a implementação da LEI 10.639 nas Escolas Estaduais e Municipais, garantindo uma educação antirracista;

- Implementar a educação escolar quilombola nas comunidades quilombolas, em conformidade com a legislação vigente, em regime de colaboração com os municípios, assegurando ainda a construção de prédios escolares e as condições básicas de funcionamento;

- Assegurar, na perspectiva da educação inclusiva e com respeito à diversidade, as demandas oriundas das populações ciganas, considerando suas especificidades;

- Desenvolver uma política de formação técnica para o campo considerando as necessidades e especificidades locais;

- Expandir a experiência de Escola de Ensino Médio do Campo garantindo as condições necessárias para seu funcionamento, de acordo com suas especificidades;

- Garantir em parceria com os municípios o Ensino Fundamental no Campo atendendo a demanda;

- Fortalecer o Comitê Intersetorial de políticas voltadas para a Primeira Infância;

- Apoiar técnica e financeiramente municípios, em regime de colaboração, para a elaboração e implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância (zero a seis anos) à luz dos princípios, diretrizes e ação finalística do Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI);

- Assegurar material estruturado das editoras para todos os estudantes do 2º ano através do PAIC;

- Estimular a participação dos estudantes em suas entidades representativas e motivar as iniciativas vindas dos grêmios;

- Fomentar a participação dos estudantes em atividades promovidas pelo movimento estudantil por meio de bolsas e auxilio;

- Criação do Quadro do Técnico-administrativos da Educação;

- Realização de Concurso Público do Quadro Técnico Administrativo da Educação;

- Fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero e orientação sexual como forma de combater todas as formas de discriminação e violações de direitos humanos, assegurando a formação continuada dos(as) trabalhadores(as) da educação para lidar criticamente com esses temas;

- Manter um permanente espaço de diálogo com instituições e ONG´S que desenvolvam ações voltadas para a população jovem LGBT;

- Desenvolver e fortalecer políticas públicas de educação, voltadas para o combate à discriminação de gênero e sexualidade e valorização das diferenças;

- Inibir, no âmbito do governo Estadual e nos governos municipais, a contratação de bandas, músicos, compositores e artistas em geral, que utilizem letras, expressões e temáticas que ferem a dignidade humana e os princípios basilares de direitos humanos.

- Apoiar a implementação de projetos culturais e educativos de enfrentamento a todas as formas de discriminação e violações de direitos no ambiente escolar;

- Articular com as secretarias estadual e municipal da saúde, a garantia dos serviços de psicologia, fonoaudiologia, psiquiatria, terapia ocupacional e outros para os estudantes público alvo da educação especial;

- Desenvolver políticas inter setoriais socioeducativas e assistenciais aos estudantes com deficiência em situação de vulnerabilidade social;

- Apoiar à expansão do Atendimento Educacional Especializado ao aluno público-alvo da Educação Especial, focando principalmente no acesso à educação de qualidade, Escola Acessível, salas de recursos multifuncionais, Benefício de Prestação Continuada - BPC na escola e Transporte Escolar Acessível;

- Garantir vagas por meio de cotas, para alunos público-alvo da Educação Especial nas Escolas de Profissionalizantes do Estado do Ceará;

- Garantir espaço adequado para o Centro de Referência em Educação e Atendimento Especializado do Ceará-CREAECE. Regulamentar a instituição como centro, fortalecendo e qualificando o atendimento educacional especializado para alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento-TGD, transtornos do Espectro Autista TEA e Altas habilidades-superdotação, através da equipe multiprofissional; a formação continuada na perspectiva da educação inclusiva para professores e profis-

sionais de áreas afins e a produção de material didático para deficiente visual e surdos, assegurando a expansão em todo estado;

- Incluir no PAIC material e apoio para os alunos com deficiência, bem como possibilitar aos municípios para emissão de laudos médicos para os referidos alunos;

- Reconceptualizar a educação de jovens e adultos (EJA) com vistas à implementação de um projeto político pedagógico que atenda interesses e necessidades de suas população-alvo e mobilizando as Universidades para uma formação docente adequada à nova concepção da EJA;

- Fortalecer os Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAS), através de melhorias na infraestrutura, livros atualizados e equipamentos de TI e adoção de novas metodologias nos CEJAS;

- Qualificar a oferta de escolarização básica para as pessoas privadas de liberdade por meio de proposta pedagógica específica;

- Fortalecer o programa de formação continuada para professores e demais profissionais envolvidos com a educação em prisões;

- Desenvolver política intersetorial de elevação da escolaridade para pessoas privadas de liberdade associada a ações complementares de cultura, esporte, inclusão digital, educação profissional e fomento à leitura.

- Assegurar aos professores que atuam nas unidades prisionais do Estado e nos Centros de Medidas Socioeducativas o adicional de periculosidade, já concedida constitucionalmente aos profissionais que correm risco de vida ou atuam em ambientes insalubres;

- Assegurar o atendimento à educação escolar indígena, assumindo o compromisso com a implementação do "Pacto do Território Étinoeducacional Potyrô", em conformidade com as ações, metas e estratégias estabelecidas;

- Favorecer que as dez metas em educação ambiental para o desenvolvimento sustentável estabelecidas na RIO +20 sejam executadas pelas secretarias de educação e escolas públicas;

- Incentivar nas instituições públicas a formação de suas comissões A3P (Agenda Ambiental na administração pública) e criarem suas agendas ambientais colocando-as em prática.

2. ENSINO SUPERIOR

2.1. APRESENTAÇÃO

O crescimento econômico contemporâneo depende substancialmente da capacidade de acumulação de capital humano do país ou região.

A competitividade, a agregação de valor, a criação de oportunidades com impactos positivos sobre a distribuição da renda, a inovação dos processos de produção e de seus produtos, dentre outros aspectos, passa essencialmente pela geração e difusão do conhecimento, seja pelas áreas de P&D das empresas, seja dentro das universidades ou institutos de pesquisa científica.

Nesse contexto, o setor público tem papel relevante como promotor, incentivador e indutor da geração de conhecimento através da oferta de Ensino Superior de qualidade e por meio de programas de apoio à ciência, tecnologia e inovação.

Em particular, as universidades estaduais do Ceará - UECE, URCA e UVA - são instituições públicas, gratuitas, patrimônios científicos, acadêmicos e culturais da sociedade cearense. É responsabilidade e competência do Estado, com participação da União, garantir o financiamento público dessas instituições nos termos das Constituições Federal e do Estado do Ceará.

As universidades contribuem para a formação de capital humano, geração de conhecimento e inovação tecnológica, constituindo--se numa base imprescindível para o desenvolvimento econômico e social. Nos últimos anos, muitos investimentos foram realizados em diversas áreas das universidades estaduais; por outro lado, há ainda importantes desafios a serem vencidos.

AÇÕES PRIORITÁRIAS - ANO I

- Pactuação e formulação da Política de Educação Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação do Ceará;

- Formulação e Implantação do Sistema Estadual de Educação do Ceará, articulando educação básica e superior;

- Discutir a elaboração de uma Lei específica regulamentando a autonomia financeira, acadêmica e de gestão das universidades estaduais cearenses para que elas cumpram com as atividades de ensino, pesquisa e extensão;

- Garantir processos democráticos nas universidades estaduais, estabelecendo e respeitando os instrumentos legais que garantam eleições democráticas dos gestores escolhidos pela mais ampla participação dos vários segmentos das universidades e por métodos que favoreçam o debate de opiniões e ideias do alunato, professorado e funcionários técnico--administrativos;

- Dialogar com a comunidade acadêmica política de reposição de vagas causadas por mortes, exonerações e aposentadorias de docentes, bem como sobre a realização de concurso para professor efetivo;

- Criar e regulamentar um Plano de Cargos, Carreira e Salários para os servidores técnico --administrativos e realizar concurso público;

- Estabelecer critérios relacionados a contratação de terceirizados, bem como buscar aumentar a participação de servidores de carreira;

- Criar condições adequadas, inclusive salariais, para os professores substitutos;

- Dialogar com os membros da comunidade científica um percentual dos Editais a ser destinado a instituições públicas estaduais e do interior do Estado; a criação de editais específicos para instituições estaduais; e as cláusulas de exclusão para a concessão de bolsas de Iniciação Científica.

- Lutar pela aprovação da Lei de Assistência Estudantil das universidades cearenses que já tramita na Assembleia Legislativa;

- Dialogar sobre Lei para escolha do Reitor e Vice-Reitor, assim como analisar os sistemas existentes no Brasil e no Exterior;

- Fortalecer e ampliar a democracia interna das universidades estaduais cearenses;

- Investir na modernização da estrutura arquitetônica e urbanística das universidades estaduais cearenses, garantido a acessibilidade e apoio didático--pedagógico aos alunos e professores com deficiência e/ou limitações físicas;

- Negociação, com o Governo Federal, sobre a participação financeira da União no investimento e no custeio das Universidades Estaduais Cearenses, aliando-se o estabelecimento de regime de colaboração entre as três esferas de poder na oferta de educação superior;

- Ampliação do vínculo das IES com os demais ambientes de CT&I, fortalecida pela atuação dessas instituições como polos de desenvolvimento científico e tecnológico em áreas estratégicas para o Estado do Ceará.

PROPOSTAS PARA O PPA

- Democratização do acesso à Educação Superior; recomendação de adesão ao ENEM e de implantação do Sistema de Cotas; elevação da taxa de matrícula na educação superior, com expansão de vagas e cursos nas IES públicas, em especial no turno noturno e no interior do Estado do Ceará; abertura de novos cursos articulados às novas profissões e ao desenvolvimento regional, com estímulo à reformulação das estruturas curriculares na direção das necessidades do Estado;

- Apoio à criação de redes de mestrado e de doutorado, tanto no âmbito do Estado do Ceará quanto no âmbito regional e nacional;

- Equiparação dos salários dos Professores Substitutos aos salários dos efetivos de mesma titulação, conforme Lei 14.116/2008 e Lei Complementar 14/1999 que regulamenta a seleção e contratação de Professores Substitutos;

- Estímulo ao compartilhamento de bibliotecas, laboratórios especializados e infraestrutura laboratorial e de TI entre as IES no Estado do Ceará, fortalecido pela universalização da inclusão digital para todos os cearenses e garantia do acesso à internet banda larga para o sistema de Educação Superior pública, em especial no interior do Estado do Ceará;

- Construção de sede própria para a UVA ou aquisição do prédio Betânia, onde hoje funciona o Campus Betânia, no qual estão localizados a Reitoria, 9 cursos de graduação e o Mestrado em Zootecnia;

- Incentivo à mobilidade acadêmica, tanto discente quanto docente, no âmbito do Estado do Ceará, e viabilização de meios, através de instrumentos concebidos para este fim;

- Capacitação às IES para utilização plena dos recursos federais oriundos do PROUNI, FIES e UAB;

- Estabelecimento de calendário de certames com vistas à reposição das carências de pessoal docente e técnico-administrativo das Universidades Estaduais Cearenses;

- Ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente efetivo, em exercício no conjunto do sistema de educação superior; elevação gradual da qualificação dos professores das Universidades Estaduais do Ceará;

- Consolidação da EaD como modalidade de oferta de Educação Superior e de formação continuada; institucionalização da EaD nas Universidades Estaduais do Ceará;

- Articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais.

3. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

3.1. APRESENTAÇÃO

A ciência é um bem em si mesmo e seu cultivo e domínio por uma sociedade representa uma riqueza de valor transcendente para esta sociedade. O conhecimento científico é uma aspiração da humanidade e uma das realizações mais elevadas do ser humano nas sociedades modernas. Além disso, a atividade da pesquisa científica, o cerne mesmo da lide da ciência, é um instrumento indispensável para a formação de quadros de alto nível, dos quais nenhuma sociedade desenvolvida pode prescindir. Devemos começar, pois, pelo reconhecimento do valor da ciência para a sociedade e pela reafirmação do empenho em fomentar o seu desenvolvimento em nosso estado.

Todavia, para além desse valor intrínseco, o conhecimento científico, sua utilização através da tecnologia e seu efeito na produção de riquezas pela via da inovação, ocupa posição tão preponderante e central nas estruturas econômicas das sociedades do século XXI que aquelas que ocupam a vanguarda do desenvolvimento são descritas como "sociedades do conhecimento". O instrumento pelo qual o conhecimento exerce o seu

impacto na economia é a inovação, uma vez que a inovação consiste na transformação do conhecimento em criação de riqueza e desenvolvimento econômico-social. Ou seja, é a efetiva apropriação dos benefícios do conhecimento pela sociedade. Por outro lado, a inovação é o locus do encontro do setor empresarial e produtivo do estado com sua elite científica. Esse encontro será patrocinado pela iniciativa e liderança do estado, através de uma política inteligente e bem formulada de ciência, tecnologia e inovação. A grande tarefa para a implementação dessa política é a construção de um sistema de inovação para o estado do Ceará.

O sistema estadual de inovação é o elemento central na estratégia de desenvolvimento aqui proposta. Para tanto, ele deve ser concebido de forma ampla, abrangendo da pesquisa básica à aplicação no setor produtivo, passando pela habilitação profissional, a ser provida pelos institutos técnicos, as instituições de ensino profissionalizante, as de ensino superior, até as pós-graduações, mestrados e doutorados. Muita coisa já foi construída nesse sentido em nosso Estado, tanto pelo Governo Estadual quanto pelo Federal. A situação, sobretudo no sentido da interiorização do sistema, é muito diferente da que havia 8 anos atrás, quando o atual Governador iniciou o seu governo. A tarefa aqui é avançar nesse extraordinário progresso, consolidando o sistema e, sobretudo, promovendo uma maior integração dos seus diversos componentes e atores.

Não é demasiado salientar que o elemento na raiz do processo de inovação é a pesquisa científica. Não devemos ter nenhuma dúvida de que promover e fomentar a pesquisa científica é tarefa indispensável. É pela ciência e por nossos cientistas que nos mantemos em sintonia com a fronteira do conhecimento, com a ponta da tecnologia, o que é essencial para que se possa sequer pensar na verdadeira inovação de base tecnológica. Nesse campo não convém pensar pequeno, não convém pensar provincianamente. Devemos também afastar alguns mitos e preconceitos. A ideia de que muito conhecimento jaz nas prateleiras das universidade e institutos de pesquisa, por vezes repetida entre nós, é um equívoco ululante. Não existem tais prateleiras. As prateleiras onde se acondiciona o conhecimento é o cérebro dos pesquisadores e seus alunos. O equívoco provém de tomar-se o conhecimento por objeto. Conhecimento não é objeto, não é uma coisa, mas um processo, dinâmico e vivo. Não pode ser guardado in vitro, não pode ser adquirido não pode ser doado, há de ser construído. Portanto, mesmo que tomada de um ponto de vista pragmático e com vistas ao desenvolvimento econômico, o que aqui se faz, a pesquisa científica, incluída nesta a pesquisa básica, de espírito teórico, é merecedora de igual apoio e atenção que as demais áreas aqui consideradas: a tecnologia e a inovação.

AÇÕES PRIORITÁRIAS - ANO I

- Reestruturar a SECITECE como órgão principal de coordenação e gestão estratégica na definição de diretrizes de ciência, tecnologia, inovação e ensino superior do Estado do Ceará;

- Cumprir a determinação constitucional da destinação de 2% da receita tributária líquida estadual à Funcap;

- Reestruturar e fortalecer o Fundo de Inovação Tecnológica (FIT), um instrumento essencial para o sistema estadual de inovação, tornando-o apto a atuar em regime de fluxo contínuo no apoio a projetos de inovação; Retomar sua operação;

- Fortalecer o Centec com a recuperação da sua estrutura física e a modernização dos seus laboratórios;

- Fortalecer o Nutec com promoção de investimentos em recursos humanos e infraestrutura laboratorial para atendimento às demandas do setor produtivo;

- Instituir marco legal definindo o Nutec como entidade certificadora da qualidade de processos, produtos, serviços e obras oriundas do sistema público estadual;

- Fortalecer a Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (ETICE) por meio de investimentos contínuos para ampliar o CDC a fim de atingir todos os municípios cearenses, viabilizando os Programas prioritários do governo;

- Ampliar o CDC por meio de investimentos contínuos a fim de atingir todos os municípios cearenses, viabilizando todos os programas governamentais;

- Revitalizar todas as Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) do Estado, os quais serão os executores das ações necessárias para o seu desenvolvimento, atuando como conectores entre a academia e o setor produtivo;

- Estimular a criação, nas universidades e ICTs localizadas no Estado, de ambientes e recursos propícios ao florescimento e ao abrigo de start ups de base tecnológica, de forma a canalizar o talento criativo e empreendedor;

- Conceder incentivos fiscais para produtos inovadores de base tecnológica desenvolvidos no Estado;

• Consolidar um Plano de Educação Profissional, em estreita articulação com a SEDUC, objetivando a integração e a otimização da rede de educação profissional e tecnológica de todos os atores que atuam nesse segmento, no Estado do Ceará, tais como CENTEC, IFCE e demais órgãos públicos e privados, bem como de suas ações, de modo a aglutinar esforços para a construção compartilhada de um sistema de qualificação profissional capaz de responder às demandas impostas pela implantação e instalação de projetos de grande porte em estruturação no Estado;

• Transformar o projeto Casa Digital da SDA, em um programa de inclusão digital rural permanente, guiado por um Comitê Gestor com representantes dos assentamentos, reassentamentos, comunidades quilombolas, indígenas, pescadores artesanais e comunidades rurais com a responsabilidade de definição de novas comunidades a serem atendidas;

• Destinar recursos do Fecop para ações de ciência e tecnologia voltados para a promoção de inclusão social.

PROPOSTAS PARA O PPA

• Aumento da interiorização da pesquisa científica e inovação no Estado;

• Contribuir para a formação de uma comunidade científica de qualidade em padrões internacionais, com intenso intercâmbio, e bem financiada em seus projetos de pesquisa e programas de pós-graduação, através do fortalecimento da FUNCAP;

• Criar o Sistema Cearense de Parques Tecnológicos, com o objetivo de promover os polos e parques tecnológicos que serão fomentados e geridos de forma integrada, com vocações específicas no Estado para promover o desenvolvimento econômico e a geração de emprego e renda;

• Criar, em associação com a iniciativa privada, Parques Tecnológicos em áreas concernentes a vocações do Estado, localizados em diferentes regiões;

• Associar-se a órgãos do sistema federal, como a FINEP, para financiar a inovação.

• Consolidar a estrutura física e jurídica do Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (IPDI), de forma a torná-lo apto a atuar como importante elemento de conexão entre a academia e o setor produtivo, para o qual foi concebido;

- Constituição de "Aceleradoras de start ups", como elemento fundamental ao desempenho desses ambientes;

- Promover ações de subvenção econômica em apoio a projetos de inovação, mediante contrapartida da empresa, dando prioridade a projetos desenvolvidos pela pequena e microempresa;

- Estabelecer parcerias com órgãos de financiamento para a criação de fundos de aval e de venture capital, com o objetivo de alavancar a inovação no Estado;

- Conceder incentivos fiscais e outros para empresas de base tecnológica com o intuito de fortalecer, atrair e criar empresas no Estado;

- Utilizar o FIT – uma fonte estadual de recursos, operado pela FUNCAP, através de edital, para que as empresas cearenses o utilizem como fundo de aval para a obtenção de empréstimos em órgãos como o Banco do Nordeste;

- Estabelecer parcerias com órgãos de financiamento para a criação de fundos de aval e de venture capital, com o objetivo de alavancar a inovação no Estado;

- Utilizar o poder de compra do Estado, dando prioridade a produtos inovadores aqui desenvolvidos;

- Criar um Programa Estadual de Extensão Tecnológica nos moldes do Programa SIBRATEC;

- Consolidar a estrutura física e jurídica do Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (IPDI), de forma a torná-lo apto a atuar como importante elemento de conexão entre a academia e o setor produtivo, para o qual foi concebido;

- Utilizar o FIT – uma fonte estadual de recursos pela FUNCAP, através de edital para que as empresas cearenses o utilizem como fundo de aval para a obtenção de empréstimos em órgãos como o Banco do Nordeste;

- Promover uma política de incentivos fiscais direcionados ao desenvolvimento social e sustentável, focado na inovação, para diminuir as desigualdades regionais;

- Fortalecer as bases da economia solidária e economia criativa, com ampliação dos incentivos fiscais e o aumento do número de editais públicos e adequações legais, nas áreas de Tecnologia Social, Tecnologia Assistida, Extensão Tecnológica e Arranjos Produtivos Locais (APL);

- Criar projetos que concedam incentivos fiscais e outros para empresas de base tecnológica com o intuito de fortalecer, atrair e criar sinergias de empresas no Estado;

- Criar políticas de incentivo à cultura digital, que favoreçam a apropriação criativa dos meios digitais e a criação colaborativa;

- Ampliar a criação de incubadoras e promover a aceleração de empresas de base tecnológica e social, associadas ao empreendedorismo local;

- Apoiar o ecossistema de inovação, incentivando micro e pequenas empresas, startups e empreendimentos de economia solidária de base tecnológica, buscando sempre a interação entre empresas e centros de pesquisa;

- Resgatar, pela SECITECE, a função da pesquisa agropecuária do estado na instituição vinculada, CENTEC, para fazer extensão e articulação com a Ematerce, Embrapa, agricultura familiar e agroindústria;

- Ampliar e fortalecer os programas voltados à concessão de bolsas e projetos de inovação tecnológica;

- Destinar, no mínimo, 60% dos recursos da Funcap, na forma de bolsas ou demais modalidades de fomento à pesquisa das ICTs estaduais;

- Fortalecer as universidades estaduais (Uece, Uva, Urca) como polos de desenvolvimento científico e tecnológico em áreas estratégicas para o estado;

- Regulamentar a autonomia das universidades estaduais (Uece, Uva e Urca) em todas as suas dimensões, conforme previsto no texto da constituição estadual em seu artigo 219;

- Criar programa de bolsas de produtividade em pesquisa estadual, conforme modelo praticado pelo CNPq;

- Implementar um plano de educação profissional em CT&I, em estreita relação com o segmento empresarial e os movimentos sociais, para capacitar operários em inovação;

- Criar carreiras de gestor, analista e auxiliar de CT&I e realizar concurso público para o sistema estadual de CT&I na Secitece, Funcap, Nutec e Funceme;

- Instituir o programa permanente de modernização tecnológica do estado com ações transversais e articuladas;

- Ampliar o programa de inovação de apoio financeiro (subvenção econômica) específico para as MPEs atuantes nos diversos setores estratégicos;

- Criar o Centro de recondicionamento de Computadores (CRC) com apoio do Ministério das Comunicações, garantindo uma política de descarte correto do lixo eletrônico;

- Fortalecimento da Ematerce como o objetivo de promover uso racional dos recurso naturais e o desenvolvimento sustentável;

- Fortalecer a Etice, na gestão do Cinturão Digital do Ceará (CDC) com sustentabilidade financeira, prestando serviços de informática a entidades públicas e provadas;

- Ampliar o CDC por meio de investimentos contínuos a fim de atingir todos os municípios cearenses, viabilizando todos os programas governamentais;

- Fomentar o uso e desenvolvimento de novas tecnologias de dados abertos e a interação de dados governamentais, visando a melhor governança e estímulo a empresas inovadoras;

- Fomentar a presença de pontos de troca de tráfego e conteúdos digitais em datacenters no estado.

4. CULTURA

4.1. APRESENTAÇÃO

Entendemos que a política pública estadual para a Cultura é uma ação ancorada em princípios, operações, procedimentos administrativos e orçamentários, sendo a essência da Gestão Pública a capacidade de liderar processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. O Novo Governo se dispõe a dialogar de forma mais efetiva e permanente na construção de instrumentos de desenvolvimento da Cultura, respeitando toda a sua transversalidade e diversidade.

De forma pioneira, o candidato Camilo Santana assumiu, ainda durante a campanha eleitoral, o compromisso de destinar, progressivamente, 1,5% do Orçamento Estadual para a Cultura. Além disso, lançou como propostas realizar concurso público para a Secretaria de Cultura, manter e criar novos equipamentos culturais em Fortaleza e no interior do estado, ampliar a rede dos Pontos de Cultura para todos os municípios do Ceará e dar continuidade aos avanços implementados na gestão estadual entre 2010 e 2014.

Neste documento, estão descritos os Princípios que nortearão a atuação da Secretaria de Cultura do Ceará e as 43 (quarenta e três) Propostas e Ações para a pasta no Novo Governo.

PROPOSTAS VALIDADAS PELO CANDIDATO NA CAMPANHA

- ***Triplicar o investimento em cultura, garantindo 1,5% do orçamento do estado para o Setor;***

- ***Construir 4 Centros Culturais no interior do Estado, contemplando as áreas de formação, criação e difusão;***

- ***Ampliar a Redes de pontos de Cultura para todos os municípios;***

- ***Estimular inovações em cultura e tecnologia coma implantação do Programa Jovens Criadores;***

- ***Construir uma política que fortaleça os editais, festivais, festas populares e eventos culturais;***

- ***Criar 13 escolas de tempo integral da cultura com currículo de artes inovador.***

AÇÕES PRIORITÁRIAS - ANO I

- Reestruturar a Secretaria de Cultura, revisando seu organograma, seus fluxos e legislações, com vistas a viabilizar a execução da Política de Cultura do Estado do Ceará.

- Garantir a destinação de pelo menos 1,5% do orçamento estadual para Secretaria de Cultura.

- Consolidar o Sistema Estadual de Cultura.

- Criar um Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura no Ceará, como politica de Estado, intersetorial, com a participação da sociedade, envolvendo diferentes secretarias e entidades.

- Criar Escritórios Regionais da Secretaria de Cultura no interior do estado.

- Reformular e ampliar o programa de fomento e financiamento da cultura por meio de editais de cultura do estado, aumentando os recursos, com linhas de financiamento que contemplem a todos os setores artísticos e criativos em suas diferentes linguagens, em um processo de participação, respeitando a diversidade cultural do estado.

- Ampliar a Rede de Pontos de Cultura e implantar um serviço de fomento, acompanhamento, assessoramento, e capacitação para os pontos de cultura, de forma que o programa seja acessível a todos os municípios.

- Reformular a Lei dos Tesouros Vivos da Cultura, ampliando a política de Mestres da Cultura, a fim de contemplar um maior número de mestres, promover a troca de experiências com mais frequência e construir uma maior interação entre os mestres diplomados e a difusão de suas artes e ofícios nas escolas e em espaços informais de educação. Promovendo, assim, o conhecimento da história cultural do estado do Ceará por meio do convívio com Mestres da Cultura, mediante ações intermediadas por artistas educadores.

- Revisão do papel da TVCE-Funtelc com relação à política cultural do estado.

PROPOSTAS PARA O PPA

Institucional e Gestão

- Consolidar o Sistema Estadual de Cultura;
- Garantir a aprovação do Plano Estadual de Cultura;
- Garantir a destinação de pelo menos 1,5% do Orçamento Estadual para a Cultura;
- Criar um Plano de Cargos e Salários realizando concurso público em diálogo com entidades de classe;
- Criar mecanismos de gestão de equipamentos culturais no Estado do Ceará;
- Reformular o organograma da Secretaria da Cultura, criando novas coordenações;
- Reformular a composição do Conselho Estadual de Cultura, assegurando participação das 08 macrorregiões do Estado, garantindo dotação orçamentária e estrutura operacional;
- Fortalecer as instâncias de participação da sociedade civil e o controle social;
- Reformular o organograma da Secretaria de Cultura, revendo seus fluxos e legislações, com vistas a executar a política de cultura do Estado;
- Resgatar e instituir o mapeamento das entidades e produções culturais do Estado e criar uma plataforma digital livre, gratuita e colaborativa;
- Reformular e ativar o Conselho de Patrimônio Histórico e Cultural;
- Criar uma plataforma digital livre, gratuita e colaborativa de mapeamento das identidades culturais e da produção cultural do Ceará;
- Estabelecer parcerias com as iniciativas pública e privada para o desenvolvimento de ações culturais;

- Elaborar e implantar os Planos Setoriais de Cultura no Ceará, em diálogo permanente com a sociedade civil;

- Fortalecer uma rede estadual integrada de equipamentos culturais das três esferas de governo.

- Revisar e regulamentar a Lei do Livro do Ceará (Lei Estadual Nº 13.549/2004);

- Criar e institucionalizar o Plano Estadual do Livro, da Leitura e Literatura e deflagrar campanha para implementação dos planos municipais;

- Implementar o Plano Estadual da Cultura para a Infância, em forma de lei específica;

- Disponibilizar a versão final dos planos setoriais da cultura nas bibliotecas públicas do Estado com linguagem específica para pessoas com deficiência;

- Criar o Fundo de Apoio ao Audiovisual, visando contemplar a diversidade e a dinâmica do Cinema realizado no Ceará;

- Criar editais específicos para realização de projetos que promovam a cultura LGBT, a cultura Hip Hop e os direitos das pessoas com deficiências.

- Criar um programa estadual de promoção da Diversidade étnica cultural (cultura afrodescendente, culturas indígenas).

- Estadualizar o Programa Circo de Todas as Artes, potencializando o circo como equipamentos culturais itinerantes no Estado;

- Avaliar e efetivar o cumprimento da lei de realização anual do Selo de Responsabilidade Cultural, Capital da Cultura, Editais regionalizados, ampliando suas ações para o reconhecimento por mérito dos projetos e realizadores cearenses;

- Criar um programa estadual de promoção da Diversidade Étnica Cultural.

Territorialização da Cultura

- Implantar 04 (quatro) Centros Culturais em cidades-polos do interior do Ceará, com teatro, sala de cinema, sala de dança e biblioteca, que funcionarão como espaços de formação, produção e fruição;

- Criar o Calendário Estadual da Cultura, reconhecendo e apoiando eventos realizados em todas as regiões do Estado;

- Incentivar e garantir a produção, criação, circulação e veiculação de produtos e ações audiovisuais que fortaleçam as diversas identidades culturais;

- Ampliar a rede dos Pontos de Cultura para todos os municípios, e implantar serviço de fomento, acompanhamento, assessoramento e capacitação;

- Recomendar a formação de um grupo de trabalho para refletir sobre o ensino das artes no Ceará, articulando instituições que desenvolvam formação na área, com perspectiva de potencializar programas e ações;

Cultura e Desenvolvimento

- Criar um Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura no Ceará, como política intersetorial de estado com a sociedade, envolvendo diferentes secretarias e entidades civis;

- Consolidar a política de cultura desenvolvida pelo Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, transformando-o numa agência de desenvolvimento da Cultura, ampliando sua atuação como órgão gestor das ações de criação e difusão em todo estado do Ceará;

- Reformular e ampliar o programa de financiamento da Cultura por meio dos Editais de Cultura do Estado do Ceará, aumentando os recursos para R$ 40 milhões por ano, com linhas de financiamento que contemplem todos os setores artísticos e criativos em suas diferentes linguagens, em um processo de participação desburocratizado, respeitando a diversidade cultural do estado;

- Elaborar e implantar um programa estadual de formação, articulando parcerias públicas e privadas a fim de promover a atualização, a capacitação e o aprimoramento de agentes e grupos culturais, gestores e servidores públicos, produtores, conselheiros, professores, pesquisadores técnicos e artistas para atender a todo o processo de criação, produção, fruição, gestão de projetos, qualificação dos bens e serviços, garantindo a formação cultural nos níveis básico, médio, técnico, nas modalidades de ensino à distância e presencial;

- Ampliar as ações do Porto Iracema das Artes - Escola de Formação e Criação do Ceará na área de formação para todo o estado do Ceará;

- Implantar o Porto Iracema Digital, em parceria com universidades públicas e privadas, que funcionará como espaço de formação e produção de conteúdos digitais;

- Implantar o Complexo Cultural Estação das Artes, que será um espaço de múltiplas ações na área cultural, no local onde funcionava a Estação Ferroviária Engenheiro João Felipe, no Centro de Fortaleza;

- Criar um Programa que garanta a sustentabilidade e continuidade dos eventos já consolidados no Calendário Cultural do Estado, como os festivais, feiras e mostras anuais e bienais;

- Criar um programa de circulação estadual, nacional e internacional de produções culturais do estado do Ceará.

Memória e Patrimônio Histórico Cultural

- Reestruturar e fortalecer a Coordenação de Patrimônio da Secretaria de Cultura do Estado;

- Assegurar que os bens materiais reconhecidos como patrimônio sob guarda do estado do Ceará sejam restaurados, preservados, e com programa de utilização, valorização e difusão destes;

- Reformular a Lei dos Tesouros Vivos da Cultura, ampliando a política de Mestres da Cultura, a fim de contemplar um maior número de mestres, promover a troca de experiências com mais frequência e construir uma melhor interação entre os mes-

tres diplomados e a difusão das suas artes e ofícios nas escolas e em espaços informais de educação;

- Criar programas de financiamento para o restauro e a conservação dos bens materiais móveis e imóveis tombados pelo Estado, tornando-os aptos à ocupação com programação regular;

- Criar o Sistema Estadual de Patrimônio, visando à articulação com todo o Estado e a discussão, formulação e execução de projetos e programas voltados para a preservação, o restauro e a promoção do patrimônio cultural;

- Mapear o patrimônio cultural e a diversidade das expressões artísticas realizadas em todo território cearense;

- Implementar projeto de preservação do patrimônio cultural das áreas rurais do Estado, por meio de pesquisa, registro e tombamento de propriedades rurais, engenhos, casas de farinha, casas de taipa, senzalas, entre outros.

06 CEARÁ SAUDÁVEL

INTRODUÇÃO

Estar Saudável é um conceito dinâmico e abrangente, modificado pela intervenção humana, resultante de um processo coletivo, a partir da interação entre os determinantes culturais, econômicos, sociais e ambientais. Dessa forma, a construção de um Ceará Saudável terá como pressupostos a garantia de direitos, a promoção da saúde, o fortalecimento das ações comunitárias, a criação de ambientes favoráveis, o desenvolvimento de habilidades pessoais e mudança de estilos de vida.

Para tanto, agregaremos diferentes abordagens e consensos, articulando-os com os diversos setores da sociedade, priorizando a participação social e garantindo o acesso da população ao conhecimento, na direção da promoção da saúde e da produção de vida.

A interação entre essas políticas públicas, somadas ao fortalecimento das ações comunitárias, da participação e da inclusão social, pressupõe a reorientação do modelo de atenção à saúde com vista à melhoria da qualidade de vida da população.

Com isso, pretende-se lançar "um novo olhar", que favoreça um Estado Saudável, promotor de uma cultura de paz, que compreenda ações colaborativas entre as políticas públicas de saúde, esporte, saneamento, educação, habitação e ambiente saudável. Nessa perspectiva que afirmar-se a vida saudável com cidadania como uma importante diretriz do Governo Camilo Santana, para o desenvolvimento humano, econômico, político, socioambiental e sustentável do Ceará.

Nesse cenário, apresentamos as iniciativas correspondentes ao eixo Ceará Saudável: Políticas de Saúde, Esporte e Saneamento.

1. SAÚDE

1.1. APRESENTAÇÃO

Em primeiro lugar, reconhecemos o Sistema Único de Saúde (SUS) como um projeto político em permanente construção e que demanda diálogos, articulações políticas e novos arranjos técnicos e institucionais. Nesse sentido, o Ceará Saudável prioriza o SUS pelo seu papel transformador, na qualidade de vida social e na construção cotidiana de um Ceará cada vez "Mais Saudável!".

O SUS constitui princípios e diretrizes que garantem o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde, para promoção, proteção e recuperação da população, com prioridade para os grupos sociais que mais precisam, de forma a garantir um Modelo de Atenção Integral à Saúde centrado no usuário, a partir das necessidades de saúde da população. Sua base sócio-político-institucional é formada por uma rede de conselhos de saúde que garantem a participação da população, organizada por meio de representação das instâncias formais do SUS – conselhos e conferências de saúde. Desta forma, a população contribui na formulação, fiscalização e deliberação sobre as políticas de saúde.

Este Plano de Governo defende, então, o fortalecimento do SUS por meio das Regiões de Saúde, a fim de integrar o planejamento, a organização e a prestação dos serviços, estimulando a adoção de metas avaliativas com o efetivo controle social, direcionando, prioritariamente, o financiamento para os serviços públicos de saúde. Compreendemos e avançaremos ainda mais na implantação de Redes de Atenção à Saúde como conjunto de ações e serviços articulados em níveis de complexidade crescente, com a valorização dos trabalhadores da saúde, garantindo assim, a integralidade da atenção humanizada.

PROPOSTAS VALIDADAS PELO CANDIDATO NA CAMPANHA

- ***Criar um programa em que os pacientes darão notas para o atendimento recebido, com o objetivo de melhorar a qualidade do atendimento nas unidades de saúde do Estado, como UPAS, Policlínicas e Hospitais. Dependendo das notas, os profissionais da saúde, de cada Unidade, vão receber uma gratificação especial/extra, além do salário. Se a nota não for boa, não tem gratificação.***

- ***Apoiar a Prefeitura de Fortaleza na instalação de 6 Policlínicas, na capital, para consultas com médicos especialistas e exames.***

- ***Apoiar os municípios na contratação de mais médicos, principalmente, especialistas, e na compra de remédios para os postos de saúde.***

- ***Abrir uma UPA 24 HORAS em todas as cidades de mais de 50 mil habitantes que ainda não têm UPA.***

- ***Construir o Hospital Geral da Região Metropolitana, em Maracanaú, e o Hospital Regional do Vale do Jaguaribe com o mesmo porte dos hospitais do Cariri e da Região Norte.***

- ***Reforçar a rede de hospitais-polo no interior, aumentando a capacidade de atendimento.***

- ***Implantar o Prontuário Eletrônico, em parceria com os municípios, para que todo paciente tenha sua ficha médica on-line disponível, em qualquer unidade pública de saúde do Estado.***

- ***Fazer concurso para contratar mais profissionais da saúde.***

AÇÕES PRIORITÁRIAS - ANO I

- Ampliar o acesso à Saúde ocular, universalizando a assistência às pessoas portadoras de glaucoma, catarata e outras patologias oftalmológicas;

- Institucionalizar a Planificação da Atenção Primária à Saúde (APS) no Estado como estratégia de organização, monitoramento e avaliação. Início no primeiro ano, na região metropolitana de Fortaleza, nos municípios de até 20 mil habitantes e com 100% de cobertura da Estratégia de Saúde da Família (ESF);

- Fortalecer a rede de Hospitais de Pequeno Porte e Hospitais-Polo no interior, aumentando a capacidade resolutiva, conforme necessidade de cada região;

- Apoiar a inclusão de novas especialidades e exames em Policlínicas Regionais de acordo com as demandas e necessidades da população residente, nos municípios e regiões de Saúde;

- Implantar protocolos de fluxo e de acesso à atenção especializada para referência em todos os municípios;

- Implantar o Serviço de Assistência Toxicológico em Hospitais Regionais do Estado, conforme demandas e necessidades regionais;

- Implementar políticas para qualificação da gestão e humanização das unidades assistenciais, como a contratualização de metas e resultados, monitoramento e avaliação, acreditação e investimento na profissionalização da gestão;

- Ampliação de leitos de retaguarda no Estado, incluindo o incentivo a parceria com os hospitais privados com e/ou sem fins lucrativos, principalmente leitos de longa permanência, traumatologia e Unidade de Tratamento Intensivo (UTI);

- Criar uma Central de Serviços Compartilhados para manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e mobiliário dos serviços de saúde do Estado;

- Reestruturar, fortalecer e ampliar a capacidade das Coordenadorias Regionais de Saúde (CRES) do Estado, para efetivo apoio e acompanhamento dos municípios, promovendo a descentralização administrativo-financeira;

- Implantar o transporte sanitário regionalizado em todo o Estado;

- Capacitar profissionais de saúde em manejo clínico para o transporte de pessoas com transtornos mentais em crise do Grupo de Socorros de Urgência;

- Garantir concurso público e educação permanente para equipes técnicas do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU);

- Aperfeiçoar a regulação de urgência com a adoção de protocolos e a integração do SAMU com o complexo regulador estadual e municipal, fortalecendo a rede de Urgência e Emergência (RUE);

- Apoiar os municípios cearenses na implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, de forma hierarquizada e regionalizada, visando proporcionar e viabilizar, de maneira regular, os serviços de promoção, prevenção, educação em saúde, de atenção clínica e cirúrgica à população masculina de 20 a 59 anos;

- Avançar na descentralização das ações de qualificação profissional e educação permanente em saúde, no interior do Estado, com foco nos programas de Residências Médicas, Multiprofissionais, Cursos de Especialização, Cursos Técnicos e Pós-técnicos de nível médio na área de saúde;

- Apoiar as ações de provimento e fixação de equipes multiprofissionais para o SUS em todas as regiões do Estado do Ceará, incluindo o programa Mais Médicos;

- Implantar a câmara técnica permanente para discussão da regulação assistencial no estado;

- Implementar e estruturar a regulação, o monitoramento e a avaliação nas Coordenadorias Regionais de Saúde com a utilização do Sistema UNISUS-WEB;

- Atualizar ferramentas de gestão na regulação assistencial, com destaque para a Programação Pactuada Integrada (PPI), entre estado e municípios, associada à identificação da capacidade instalada dos serviços de saúde no Estado;

- Reestruturação da Rede Estadual de Vigilância em Saúde (nível central, CRES, rede assistencial do estado), contemplando o redimensionamento na quantidade de profissionais, com valorização do trabalhador, ajustes na estrutura organizacional e reforma das instalações físicas;

- Implantar uma política de comunicação em saúde no Estado para promover a gestão participativa, articulando redes sociais, dentre outros dispositivos de comunicação virtual, mídias formais (rádio, vídeo etc.) e mídias alternativas (rádios comunitárias, teatro de rua etc.).

- Estabelecer notas para desempenho e eficiência administrativa para UPAS, Policlínicas, Hospitais e outras Unidades de Saúde;

- Desenvolver uma política estadual intersetorial voltada para a questão dos agrotóxicos e seus impactos ambientais e na saúde dos trabalhadores, incluindo a criação de espaços de discussão relacionados a proposição de estratégias para lidar com esta problemática, bem como, o fortalecimento da fiscalização do uso indiscriminado de agrotóxicos no Estado.

- Fortalecer e apoiar a implantação dos pontos de atenção de todos os componentes da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), considerando as características e as necessidades locorregionais e garantia de financiamento tripartite.

PROPOSTAS PARA O PPA

- Universalizar a APS, criando o piso estadual da atenção primária;

- Ampliar os investimentos na APS em todos os municípios, de forma equitativa, respeitando as necessidades conforme localização geográfica, territorial e carências específicas, em consonância com o COAP de cada região;

- Apoiar a ampliação da composição da equipe mínima da ESF, com a incorporação de novas categorias profissionais de acordo com as necessidades locais da população;

- Apoiar os municípios na aquisição de medicamentos para as unidades municipais de saúde;

- Implantar e implementar as políticas estaduais de Educação Popular em Saúde e a de Práticas Integrativas e Complementares com base nas políticas nacionais, considerando a efetivação de seus princípios, objetivos e metas no estado do Ceará;

- Garantir capacitação inicial e educação permanente para as equipes da ESF;

- Fortalecer o Programa Saúde na Escola;

- Ampliar o Programa Brasil Sorridente para cobertura integral da população;

- Fortalecer a saúde no campo nas áreas com mais vulnerabilidade ambientais decorrente da seca;

- Reestruturar a política de apoio aos Hospitais de Pequeno Porte (HPP), com a ampliação de recursos financeiros para investimentos e custeio de forma similar e proporcional aos Hospitais-polo, instituindo indicadores e metas para condicionar este suporte;

- Aprofundar o processo de regionalização, possibilitando a inclusão dos Hospitais-polo nos consórcios intermunicipais e a expansão de sua capacidade resolutiva, conforme a necessidade de cada região;

- Ampliar a oferta de consultas e exames especializados nos municípios e regiões de saúde do Estado;

- Criar a Central de Laudos para atender a todos os estabelecimentos de saúde do Ceará;

- Criar mecanismos de transferência de imagens entre unidades do interior do estado e polos terciários que favoreçam a melhoria do cuidado e reduzam as transferências de pacientes;

- Rever a Política dos hospitais intermediários, considerados estratégicos pela política estadual;

- Ampliar os leitos de UTI neonatal e adultos nas regiões de saúde do Estado;

- Ampliar a capacidade de atenção aos traumas nos hospitais-polo e hospitais de alta complexidade;

- Ampliar alternativas de desospitalização, contribuindo para o aprimoramento do Programa de Internação Domiciliar (PID);

- Construção de Unidades de Retaguarda para as macrorregiões de saúde, objetivando proporcionar atendimento humanitário e especializado aos usuários do SUS com tratamento de longa duração;

- Apoiar a criação de casas de apoio nos municípios para acolher os usuários do SUS vindos da zona rural;

- Ampliar a estrutura e implantação da referência do Instituto Médico Legal (IML) em regiões do Estado;

- Implantação do Serviço de Verificação de Óbito (SVO) em municípios que possuem Instituto Médico Legal (IML), compartilhando estrutura física;

- Ampliar as equipes de SVO móvel em Fortaleza-CE;

- Instituir as Áreas de Desenvolvimento Regional (ADR), onde se inserem as Redes de Atenção à Saúde, com os mecanismos de integração local e regional, a Rede Integrada de Serviços Sociais e a integração entre as políticas públicas por meio da intersetorialidade, na perspectiva de um Sistema Integrado, considerando a descentralização, a cooperação, a solidariedade, a participação, com inclusão social.

- Participação das Coordenadorias Regionais de Saúde, representando a Secretaria de Saúde do Estado, com direito a voto, nas assembleias dos consórcios públicos em saúde;

- Implantar os Centros Integrados de Atenção ao Trauma (CIAT);

- Incluir na territorialização, a análise de perfil produtivo e de situação de saúde dos trabalhadores, o que pressupõe identificação das atividades produtivas e do perfil da população trabalhadora no território, em conjunto com a APS e os setores de vigilância em saúde;

- Avançar na Rede de Atenção às Pessoas com Deficiência, melhorando também o transporte para cadeirantes;

- Ampliar as políticas de promoção à saúde, prevenção e atenção às DST/ HIV/AIDS;

- Implantar o Acolhimento por Classificação de Risco (ACR), em todas as unidades do Estado;

- Desenvolver ações de promoção, prevenção e atenção ao câncer de pele, com foco para população/trabalhador do campo.

- Fortalecer a vigilância do óbito materno infantil;

- Ampliar a assistência e tratamento ao paciente oncológico;

- Implantar a Saúde da População Negra e Quilombola, realizando campanhas para diagnosticar e prevenir a anemia falciforme e outras doenças específicas do negro, além de capacitar agentes comunitários de saúde que trabalham dentro das comunidades quilombolas;

- Investir e aumentar a capacidade instalada de serviços de urgência e emergência pediátrica nas macrorregiões de saúde do Estado;

- Garantir aporte de recursos para UPA em municípios com grande fluxo de turismo;

- Assegurar a universalização do SAMU com atendimento de qualidade em tempo oportuno;

- Descentralizar as coordenações do SAMU para as regionais de saúde do estado;

- Implantar o Programa Mãe Cearense, assegurando o acolhimento de todas as gestantes cearenses durante a gravidez, o parto e o puerpério, reduzindo em 40% o coeficiente de mortes maternas no Estado;

- Vincular as gestantes aos Hospitais Regionais do Estado;

- Ampliar a quantidade de mamógrafos, aparelhos de ressonância, ultrassom, cintilografia e eletroneuromiografia nos hospitais estaduais, bem como tomografia nos hospitais-polo;

- Garantir atenção especial à saúde das mulheres do campo, florestas e das águas;

- Garantir o cumprimento da determinação que permite acompanhante para a gestante durante a internação na rede estadual de serviços públicos de saúde;

- Implantar o Projeto Criança Feliz, assegurando cuidado integral às crianças cearenses até os 02 anos de idade;

- Qualificar os profissionais de saúde nos três níveis de complexidade, em atenção à saúde do homem;

- Assegurar à população masculina de 20 a 59 anos na rede do SUS e conveniadas, os exames complementares para diagnóstico diferencial oportuno de hiperplasia prostática e outros agravos do aparelho geniturinário;

- Garantir oferta da contracepção cirúrgica voluntária masculina nos termos da legislação especifica;

- Promover na população masculina, a prevenção e controle das doenças sexualmente transmissíveis e de infecção pelo HIV, facilitando o acesso aos serviços especializados de atenção secundária e terciária para 100% dos casos identificados como merecedores destes cuidados;

- Promover atenção integral à saúde do homem nas populações indígenas, negras, quilombolas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, trabalhadores rurais, pessoas com deficiência, em situação de risco e em situação carcerária, entre outros;

- Estimular a participação paterna no pré-natal, parto, puerpério, crescimento e desenvolvimento da criança;

- Estabelecer interfaces para desenvolver ações educativas para a prevenção de violências e acidentes, uso de álcool e outras drogas voltadas para a população masculina nos serviços do SUS;

- Instituir a política de valorização dos trabalhadores em saúde com gestão participativa e dialógica;

- Promover concurso público respeitando a carga horária de cada Conselho Profissional e dentro da remuneração base, para os órgãos do Estado, incluindo as Unidades Assistenciais, Escola de Saúde Pública (ESP), nível central e as regionais da Secretaria de Saúde do Estado;

- Melhorar a remuneração dos trabalhadores de saúde do Estado, destacando o realinhamento salarial dos demais profissionais de saúde;

- Ampliar o número de médicos nos equipamentos de saúde no interior do Estado;

- Implantar os polos regionalizados da ESP do Ceará, constituindo uma Rede Estadual de Saúde Escola;

- Implementar uma política de educação permanente em gestão para os gestores públicos de saúde, enfatizando a temática da gestão administrativa e financeira dos recursos públicos;

- Desenvolver ações de educação permanente para os membros dos conselhos de saúde, com ênfase no tema da gestão administrativa, financeira e orçamentária;

- Garantir apoio financeiro e técnico para a Escola Técnica do SUS;

- Garantir pagamento do piso nacional, Plano de Cargos, Carreiras e salários dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Endemias;

- Apoiar a mudança do regime de trabalho dos atuais agentes comunitários de saúde e agentes de endemias para o regime estatutário;

- Direcionar os médicos para áreas específicas por meio de programas de formação voltados para as maiores demandas em saúde, tais como medicina de urgência e emergência, pediatria, intensivistas, clínicos, dentre outros;

- Assegurar ambientes de trabalho saudáveis e promotores de bem-estar dos usuários e trabalhadores;

- Efetivar a contratação para os quadros do estado de 78 (setenta e oito) agentes de endemias que adquiriram o direito pela EC 51, regulamentada pela Lei nº 11.350 e indicativo de Lei 57/10 de 07/06/2010 da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

- Assegurar um sistema de gratificação ao profissional de saúde que atua nas preceptorias em saúde nos serviços do estado;

- Desenvolver, assegurar e/ou ampliar ações de educação permanente para profissionais de saúde com enfoque na preceptoria em saúde;

- Fortalecer e legitimar ações de regulação das práticas de ensino na rede de serviços de saúde do Estado, garantindo condições de aprendizagem e de atenção digna ao usuário;

- Implantar política abrangente de incentivo à docência nos serviços de saúde, com prioridade para o incentivo a formação de médicos especialistas para a rede de saúde;

- Garantir a continuidade da formação profissional técnica do Agente Comunitário de Saúde;

- Garantir a formação profissional para agentes de combate a endemias;

- Ampliar o Programa de Desenvolvimento da Gestão Pública (PRODEG) para municípios na área de saúde por meio de curso de aperfeiçoamento e excelência de gestão pública, com foco nas regiões de saúde;

- Garantir fomento ao Polo Farmoquímico do estado para melhorar a disponibilidade de medicamentos no mercado e melhor atender às necessidades do cidadão atendido pela rede pública de saúde;

- Implantar uma política de promoção da equidade no estado, reorganizada e com base no que dispõe a política nacional de promoção da equidade do Ministério da Saúde;

- Garantir a contínua dispensação de medicação para pessoas transplantadas;

- Implantar e reestruturar as Centrais de Abastecimentos de Medicamentos nas regionais de saúde;

- Criar os polos regionais de Farmácia Viva em cidades-polo do interior do estado;

- Agilizar os processos da saúde nas Centrais de Regulação, tornando-a também mais transparente com a divulgação da relação de usuários;

- Aperfeiçoar o Sistema Estadual de Regulação, reorganizando a regulação assistencial em saúde, contemplando todas as políticas de saúde do Estado, visando atender com eficácia, eficiência e qualidade a população usuária do SUS nas Redes de Atenção à Saúde;

- Ampliar a quantidade de profissionais e a estrutura do setor de regulação estadual;

- Implementar a regulação hospitalar em todos os hospitais do estado (Núcleo Interno de Regulação);

- Instituir normas para regulação da assistência realizada pelo SAMU (Urgência e Emergência) em consonância com as necessidades de regulação municipal;

- Integrar a regulação da assistência no estado, vinculando todos os fluxos regulatórios à Secretaria de Saúde do Ceará;

- Ampliar e otimizar os investimentos para o combate às doenças endêmicas;

- Realizar análises químicas de agrotóxicos e de hortifrutigranjeiro pelo Laboratório Central (LACEN);

- Promover ação intersetorial para coleta de embalagens de agrotóxicos, incluindo aquelas geradas pela saúde em todo o Estado.

- Criação e institucionalização da rede de laboratório de entomologia, vetores, reservatórios, hospedeiros e animais peçonhentos;

- Regularizar a central de Ultra Baixo Volume (UBV) no Eusébio, dotando de registros no IBAMA e SEMACE, bem como, a construção de estação de tratamento;

- Garantir a disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) com melhor qualidade para atender as doenças endêmicas nas regiões de riscos;

- Criação do Sistema Estadual de Monitoramento de Doenças e Agravos com interface com os sistemas de informação existentes, incluindo painel de indicadores de saúde e sala de situação virtual;

- Reestruturação da central estadual de rede de frios e construção de centrais nas macrorregionais de saúde;

- Fortalecimento de estratégias que integram Política Nacional de Promoção em Saúde como exemplo: academia da saúde, projeto vida no trânsito, violência e cultura de paz (prevenção);

- Fortalecimento da vigilância da qualidade da água alinhada à política de recursos hídricos e saneamento.

- Criação de Programa de Geração de Saúde pela Educação por meio de parceria com os municípios, onde o Estado se responsabilizará pelos custos de formação dos professores, CVTs, equipamentos, materiais didáticos e integração do núcleo gestor;

- Modernizar, qualificar e agilizar o gerenciamento das UPAS do Estado;

- Qualificar e fortalecer a fiscalização da execução de projetos do estado operacionalizados nos municípios;

- Fortalecer os Sistemas Estaduais de Auditoria e Ouvidoria do SUS em consonância com o órgão central de controle interno;

- Fortalecer as estratégias de planejamento, avaliação e monitoramento nos municípios, através de apoiadores institucionais;

- Ampliar o número de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) nos municípios e regiões;

- Implementar no Estado a Política Nacional de Saúde do trabalhador e da trabalhadora, por meio da Portaria GM nº 1823, de 23 de agosto de 2012;

- Assessorar os 184 municípios na implantação da Política Nacional de Saúde do trabalhador e da trabalhadora;

- Capacitar e qualificar os profissionais do SUS em todos os níveis de atenção no que tange aos protocolos, linhas de cuidado, matriciamento da saúde do trabalhador na assistência e nas estratégias, dispositivos de organização e fluxos da rede;

- Fortalecer a Política de Atenção à Saúde do Idoso no estado;

- Regulamentar a função de Cuidador Comunitário de Idosos, providenciando formação competente;

- Instituir, nos Hospitais Regionais do Estado, ambulatórios especializados em saúde da Pessoa Idosa;

- Criar o Projeto Boa Idade especial de preparação do Ceará para acolher o aumento do número de idosos;

- Garantir fomento à rede de tratamento para usuários de álcool e outras drogas e seus familiares;

- Instituir a Política Estadual de Redução de Danos;

- Criar o Projeto Juventude Plena, em articulação com as Secretarias Municipais, para desenvolver atividades culturais, educativas e desportivas;

- Construir, em articulação com as Secretarias de Esporte e de Enfrentamento às Drogas, sete Centros Poliesportivos e Culturais, quatro Unidades de Acolhimento aos usuários de drogas e sete Escolas Agrotécnicas;

- Garantir o funcionamento das RAPS para suporte do atendimento aos usuários de drogas ilícitas e seus familiares;

- Ampliar a divulgação para população sobre a importância, responsabilidade e o papel dos conselhos de saúde (juntamente aos demais conselhos de políticas públicas);

- Fortalecer o controle social, como instrumento de participação social e implementar o orçamento participativo;

- Respeitar a competência legal dos conselhos na formulação, fiscalização das políticas de saúde e determinar valor orçamentário para o exercício dos conselhos para sua estruturação e manutenção;

- Apoiar a implantação das comissões intersetoriais em saúde do trabalhador nos conselhos estadual e municipais de saúde;

- Centros Especializados em Funcionalidade Humana no Estado do Ceará, com financiamento compartilhado com o Governo Federal por meio do Programa Viver Sem Limites e a Secretaria dos Direitos Humanos, com equipe multiprofissional e interdisciplinar, e dispensação de prótese e órtese para efetivar a recuperação da saúde no processo de reabilitação, visando preservar o estado de funcionalidade humana e minimizando os riscos de incapacidade das pessoas com deficiência e promovendo sua independência e autonomia, bem como, da população como um todo;

- Tornar efetiva, em todos os hospitais, a dispensação de órteses, próteses e insumos, prevista na Política de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência;

- Capacitar profissionais da área da saúde para atender às especificidades das pessoas com deficiência, em todos os hospitais, UPAS, Clínicas, consultórios etc. com a inclusão de, pelo menos, um intérprete de libras em cada equipamento de saúde.

PROPOSTAS PARA O PLANO ESTRATÉGICO

- Apoiar a ampliação do horário de funcionamento das Unidades Básicas de Saúde;

- Integrar profissional cirurgião bucomaxilar nos hospitais polo das regiões de saúde do Estado;

- Construir Centros de Hemodiálise no interior do Estado;

- Construir um Hospital regional ou adquirir e ampliar Hospital São Lucas para atender a região de Crateús e adjacências;

- Construir o Hospital Regional do Maciço de Baturité;

- Buscar a suficiência de leitos e de profissionais da saúde que garantam o atendimento necessário aos cidadãos usuários no tempo preciso;

- Construir o Hospital do Câncer do Ceará;

- Construir um Hospital Regional para atender a região Centro Sul e Vale do Salgado;

- Complementar a tabela do SUS;

- Fortalecer e ampliar a política de Consórcio Público de Saúde incluindo a questão dos aterros sanitários, equipamentos para destino dos resíduos dos serviços de saúde e dos centros de zoonoses, nas 22 regiões de saúde do Ceará;

- Ampliação e melhoria da distribuição de serviços de saúde na zona rural com atendimento 24h;

- Implantação de um hemocentro para macrorregião de Sobral;

- Criar Laboratórios Centrais (LACEN) no interior do Estado distribuídos por Macrorregião de Saúde;

- Construir ESF Quilombolas nas Comunidades Quilombolas;

- Implantar o Sistema Integrado de Atendimento a Traumas e Emergências (SIATE) nas rodovias do estado, para prestar atendimento às vítimas de acidentes de trânsito nas estradas (CEs), em vários níveis, numa ação conjunto com o SAMU estadual;

- Implantar uma maternidade pública/hospital da mulher de referência na Macrorregião do Cariri;

- Criar Centros de Saúde Reprodutiva;

- Implantar um Centro de Referência do Homem nos municípios com população maior ou igual a 100.000 habitantes;

- Expandir o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) para todas as categorias profissionais da saúde e apoio técnico;

- Melhorar a remuneração dos trabalhadores de saúde do Estado, visando em longo prazo à equiparação salarial e, no caso do nível médio, uma remuneração igual ou acima do salário mínimo;

- Garantir o cumprimento do decreto que institui 20 horas semanais para todos os profissionais de saúde de nível superior da Secretaria de Saúde do Estado e assegurar as 30 horas semanais para os outros profissionais de nível médio e da área de saúde que ainda cumprem 36 horas e 40 horas;

- Incluir no quadro de servidores da área administrativa de nível superior da Secretaria de Saúde do Estado à complementação salarial com percentual para especialização, mestrado, doutorado;

- Criar cargo/função de nível médio na estrutura de cargos e carreiras do estado de técnico de vigilância em saúde, técnico de atendimento pré-hospitalar e técnico e apoio ao acolhimento em saúde e outros de interesse dos serviços de saúde constantes no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC;

- Desenvolver um programa de entrega do medicamento em casa, no componente especializado de assistência farmacêutica, com acompanhamento equipe multiprofissional ou acompanhamento por um farmacêutico clínico ao paciente cadastrado no programa;

- Implantar os Laboratórios Fitoterápicos Regionais;

- Criar Centros de Convivência para o Idoso com equipe multiprofissional;

- Cofinanciamento pelo Estado para os Centros de Reabilitação dos municípios, fortalecendo ações e serviços existentes;

- Integrar o Sistema de Ouvidoria do Estado com o Sistema de Ouvidoria do SUS, como forma de unificar os acessos e atendimentos das ouvidorias no âmbito da Secretaria de Saúde do Estado, e ainda, consolidar as informações gerenciais na área de saúde e retroalimentar o processo de políticas públicas;

2. ESPORTE

2.1. APRESENTAÇÃO

A melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população pressupõe uma visão integradora das políticas sociais, diálogos interdisciplinares e ações intersetoriais. Nessa perspectiva, apontamos as políticas educacionais, de cultura, esporte e lazer, que considerem o fortalecimento da cidadania, capazes de promover mudanças estruturais efetivas e sustentáveis no cotidiano da sociedade.

As ações direcionadas ao esporte e lazer como demanda social devem ser capazes de recriar a sociabilidade cotidiana, produzindo coletivamente um contexto favorável à valorização dos sujeitos, promoção da saúde e desenvolvimento local.

O Governo de Camilo Santana pretende ampliar o campo social das possibilidades, proporcionando uma agenda permanente no campo da cultura, esporte e lazer, capaz de ampliar o capital social e favorecer o fortalecimento da cidadania e das redes de solidariedade para a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida.

Reafirma um conjunto de valores que tem em sua essência o diálogo, a cooperação, a participação social, a disciplina, a autoridade e a conscientização, para que haja uma apropriação crítica e reflexiva em relação ao contexto social em que se vive, reconstruindo identidades culturais.

PROPOSTAS VALIDADAS PELO CANDIDATO NA CAMPANHA

Investir na rede integrada de projetos esportivos.

AÇÕES PRIORITÁRIAS - ANO I

- Regulamentar e implantar a Lei de Incentivo ao Esporte no âmbito estadual, fortalecendo as parcerias com o setor privado para o desenvolvimento e fomento de políticas públicas de responsabilidade social;

- Realizar estudos para a criação de uma base de dados para o mapeamento, acompanhamento e avaliação dos equipamentos, programas e projetos esportivos do estado do Ceará;

- Estabelecer um calendário esportivo anual contemplando todas as áreas do esporte;

- Reformular o quadro funcional e promover concurso público dos cargos necessários para melhor funcionamento da Secretaria do Esporte (SESPORTE);

- Construir o modelo de gestão de uso e funcionamento do Centro de Formação Olímpica, que referencie suas atividades esportivas e seu financiamento de custeio e manutenção;

- Formular uma política para atrair eventos esportivos regionais, nacionais e internacionais;

- Reformular e fortalecer o projeto das Vilas Olímpicas;

- Fomentar e ampliar as ações e projetos esportivos nas praças e parques, em parcerias com o município, tendo em vista a formação de um programa de esporte na comunidade, a partir da expansão das academias ao ar livre;

- Fortalecer as ações do Programa Segundo Tempo;

- Ampliar as ações e projetos esportivos nas escolas públicas;

- Criar uma rede integrada de treinamento em escolas, federações, clubes, vilas olímpicas, centro de iniciação ao esporte e o centro de formação olímpica;

- Desenvolver estratégias de governo para custeio de estruturas esportivas existentes;

- Construir e reformar os Estádios e Ginásios Poliesportivos nas diversas regiões do Estado;

- Modernizar centros esportivos já existentes e revitalizar praças e áreas de lazer nas diversas regiões do estado.

PROPOSTAS PARA O PPA

- Viabilizar a realização da Conferência Estadual do Esporte (educação, lazer, inclusão social, saúde e alto rendimento);

- Apoiar, incentivar a criação e o fortalecimento dos Conselhos Municipais do Esporte;

- Promover editais públicos para seleção e contratação dos projetos esportivos sociais;

- Apoiar arranjos produtivos locais e negócios criativos, como fábricas de materiais esportivos nos presídios, que estimulem o relacionamento entre as cooperativas, as micro, pequenas e grandes empresas do esporte, gerando oportunidades de emprego e renda;

- Criar novas fontes de financiamento das bolsas de incentivo, ampliando o número de bolsas e valores, inserindo o apoio técnico no beneficio;

- Criação do selo do esporte;

- Executar um levantamento da quantidade de deficientes existentes no Estado do Ceará, bem como a situação social e o estado de saúde destes;

- Estimular a captação e realização de eventos acadêmicos científicos de esporte e lazer, bem como as feiras de produtos e serviços esportivos e de lazer, nos âmbitos estadual, nacional e internacional;

- Realizar planejamento estratégico participativo com as entidades representativas da sociedade civil do segmento do esporte e lazer;

- Viabilizar a implantação do Fórum Estadual Permanente para a discussão de políticas públicas sobre o esporte e o lazer;

- Estender para todo Estado núcleos do programa de esporte e lazer da cidade (PELC);

- Ampliar a rede de participação de esporte e lazer no estado, fortalecendo os projetos existentes;

- Celebrar parcerias e fortalecer projetos permanentes através do movimento social organizado com os órgãos de segurança pública, da saúde, do desenvolvimento social e entidades envolvidas na prevenção ao uso de drogas e na reabilitação dos usuários;

- Criar programas de atividade física, em parcerias com a secretaria de saúde, para prevenção e tratamento de doenças crônicas;

- Apoiar a realização de jogos esportivos competitivos em todas as áreas, contemplando e respeitando a diversidade cultural, o meio ambiente e a saúde (esportes: paralímpicos, radicais, náuticos, de areia, na terceira idade, entre outros);

- Fortalecer os projetos esportivos e a disciplina de Educação Física nas escolas públicas;

- Incentivar e articular o fortalecimento da atividade física nas escolas públicas;

- Ampliar a contratação de profissionais de educação física no estado, com habilidades para trabalhar nas diversas áreas do esporte nas escolas;

- Criar um Comitê Executivo Intersetorial que coordene as ações do esporte educacional (escolas públicas municipais, estaduais e universidades);

- Construir um projeto estratégico de fortalecimento dos esportes olímpicos e paralimpícos;

- Constituir uma equipe interdisciplinar permanente para atuar na formação e desenvolvimento de paratletas de alto rendimento;

- Apoiar as instituições de ensino superior a formarem equipes de alto rendimento permanentes;

- Constituir uma equipe interdisciplinar permanente para atuar na formação e desenvolvimento de paratletas de alto rendimento;

- Fortalecer parcerias com Federações, Associações, Clubes e afins, para o desenvolvimento dos programas governamentais, valorizando seu capital social e características inerentes a sua área de atuação;

- Construir um Centro de Treinamento Específico para o desenvolvimento do paradesporto;

- Ampliar a quantidade e qualificar as ciclovias no território estadual;

- Planejar a construção de equipamentos para o desenvolvimento dos esportes de aventura;

- Planejar a construção de estações e guarderias para desenvolvimento de modalidades náuticas e outras;

- Construir e/ou modernizar as quadras esportivas nas escolas estaduais;

- Construir, custear e reformar os centros de iniciação do esporte, os estádios e os ginásios poliesportivos nas diversas regiões do Estado;

- Implantar academias ao ar livre nas praças públicas;

- Construir quadra de tênis, vôlei, futebol e pistas de skate e atletismo nos municípios do Estado;

- Modernizar e promover manutenção adequada das cinco Vilas Olímpicas do Ceará;

- Promover incentivo da valorização e ocupação dos espaços públicos, com ênfase no meio ambiente, criando um sentimento de cuidado com o bem público pela população em parcerias com os municípios;

- Construir e manter praças com espaços adequados para práticas esportivas, com segurança e acompanhamento de profissional formado para orientação;

- Criar sedes para as principais federações esportivas do Estado;

- Promover de forma continuada cursos de capacitação profissional em todas as áreas do esporte;

- Planejar a criação de cursos a distancia para capacitar os profissionais que atuam em diversos projetos e programas esportivos;

- Elaborar e executar um plano de formação e desenvolvimento das entidades do terceiro setor, melhorando sua capacidade de gestão e organização no âmbito das parcerias e trato com recurso público;

- Viabilizar a parceria com as instituições do ensino superior para fomentar o estágio de estudantes com o intuito de permitir melhor qualificação profissional;

- Elaborar e executar um calendário de seminários temáticos acerca da educação física e esporte;

- Comprar materiais esportivos para a prática de esportes paraolímpicos.

3. SANEAMENTO

3.1 APRESENTAÇÃO

O planejamento da política de saneamento engloba os aspectos dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a coleta e disposição de resíduos sólidos, a drenagem urbana e o controle de vetores, considerando a relação entre qualidade de vida e saneamento no processo de desenvolvimento social.

A análise situacional do saneamento básico comprova a transversalidade do tema em diversas áreas de uma sociedade e seu potencial como ferramenta capaz de reduzir e até erradicar a pobreza e a marginalização, além de reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Apesar do déficit na área, os últimos anos indicam aspectos positivos na busca pela universalização do acesso ao saneamento. Desde 2007, o setor conta com a Lei nº 11.445, que trouxe importantes orientações para a política e para prestação dos serviços. Destaca-se, neste marco regulatório, a adoção de um conceito amplo de saneamento básico; a priorização do acesso aos serviços à população de baixa renda; afirmação do papel do essencial do Estado e do caráter de serviço público do saneamento a ser fornecido a todos com equidade; a afirmação dos conceitos de regulação, planejamento e avaliação dos serviços; a implantação de regras claras para a delegação dos serviços, dentre as quais a necessidade de plano municipal e de consulta pública; o reconhecimento do controle social como um dos instrumentos da gestão dos serviços.

AÇÕES PRIORITÁRIAS - ANO I

- Definir a Política Estadual de Saneamento Básico alinhado com a Política Estadual dos Recursos Hídricos e com a Política Estadual de Resíduos Sólidos;

- Aprovar, na Assembleia Legislativa, a proposta de revisão da Lei da Política Estadual de Resíduos Sólidos;

- Reestruturar a Secretaria das Cidades para atender às demandas relativas ao desenvolvimento do saneamento rural e às ações de resíduos sólidos e dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;

- Fortalecer o SISAR como modelo estadual para a gestão do saneamento na zona rural e a Rede SISAR como uma organização social;

- Criar tarifa de energia na categoria de saneamento rural;

- Desenvolver e implementar um plano de comunicação para despertar a percepção do valor do saneamento com os impactos gerados na saúde, na qualidade de vida e no ambiente;

- Incluir, na Lei Estadual de Saneamento Básico a ser criada, a obrigatoriedade dos usuários se interligarem ao sistema de esgotamento disponível com funcionalidade técnica;

- Definir a estrutura intersetorial para a gestão integrada do saneamento, consolidando as recomendações contidas no estudo "Gestão do Setor de Saneamento Básico no Estado do Ceará: diretrizes para um novo arranjo institucional";

- Definir uma política tributária de desoneração de impostos para incentivo às obras de infraestrutura pública de saneamento;

- Realizar o cadastramento e fomentar a organização e a capacitação de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis no Estado, incentivando a implementação de serviços de coleta seletiva de recicláveis.

PROPOSTAS PARA O PPA

- Promover a cooperação entre municípios e o Estado para a promoção dos serviços públicos de saneamento básico;

- Criar o Fundo Estadual de Saneamento Básico com o objetivo de financiar investimentos na área de saneamento e subsidiar os usuários da tarifa social;

- Implantar os Planos Regionais de Saneamento Básico;

- Participar ativamente dos consórcios públicos para os aterros sanitários de forma a garantir a adequada operação e gestão dos empreendimentos correlatos;

- Prever, na lei estadual de saneamento básico a ser criada, restrição de recursos para investimentos em saneamento para os municípios que não apresentarem seu Plano Municipal de Saneamento Básico;

- Universalizar os serviços de saneamento básico, buscando equidade em seu acesso;

- Instituir incentivo para aumentar e garantir ao acesso da população de baixa renda aos serviços de saneamento no Estado;

- Garantir recursos financeiros para a instalação gratuita das ligações intradomiciliares para a população de baixa renda (Tarifa Social);

- Fomentar, junto às Agências Reguladoras, Ministério Público e Prefeituras Municipais, a importância da obrigatoriedade da adesão do usuário ao serviço disponibilizado de forma a garantir a sustentabilidade econômico-financeira e a preservação do meio ambiente;

- Aproveitar a estrutura da Estratégia Saúde da Família para ajudar no processo de sensibilização dos usuários sobre a importância do saneamento básico, os impactos positivos e negativos que o mesmo gera na saúde e noções básicas do procedimento sanitário adequado;

- Proteger e fiscalizar os mananciais hídricos;

- Fortalecer e modernizar os modelos de gestão da Rede SISAR;

- Adequar a operação dos aterros sanitários de propriedade do Estado aos padrões técnicos, sociais e ambientais aplicáveis, assim como definir as estratégias e garantir recursos necessários ao encerramento das estruturas que se encontram no fim de sua vida útil;

- Concluir o Plano Estadual de Resíduos Sólidos e implantar as ações nele elencadas;

- Fortalecer os consórcios públicos intermunicipais para a gestão integrada dos resíduos sólidos, por meio de capacitações, sensibilizações e assistência técnica às prefeituras para a coleta seletiva e o gerenciamento de aterros sanitários;

- Criar estratégias conjuntas e intersetoriais para a desativação e recuperação dos lixões existentes;

- Promover campanhas e ações de sensibilização para o consumo e uso racional da água tratada, a utilização do sistema de esgotamento sanitário e a segregação na fonte dos resíduos sólidos junto aos vários setores da sociedade, visando promover a melhoria da saúde e qualidade de vida da população;

- Fomentar a utilização de tecnologias inovadoras que contribuam para um meio ambiente equilibrado, considerando as peculiaridades locais e regionais;

- Incluir, progressiva e continuamente, em todos os prédios públicos estaduais, o Programa Uso Racional da Água, de forma a reduzir o desperdício de água em prédios públicos por meio de ações tecnológicas e de conscientização de clientes e usuários;

- Criar linha de financiamento de pesquisas com ênfase em saneamento básico de modo a fomentar junto à comunidade científica e aos profissionais da área de saneamento, a modernização do setor, similar ao setor elétrico;

- Incluir, progressiva e continuamente, em todos os imóveis públicos estaduais, um Programa de Reciclagem, estabelecendo a coleta seletiva (inclusive de resíduos especiais), utilizando papéis reciclados e adotando práticas sustentáveis, como a diminuição de materiais descartáveis, por exemplo;

- Estabelecer parcerias com as universidades e associações profissionais para discutir a situação atual do saneamento básico no Estado e elaborar propostas conjuntas e articuladas de intervenção no setor;

- Promover o controle social da população sobre a prestação dos serviços;

- Implantar Sala de Situação para o setor de saneamento com acesso direto aos Secretários;

- Implantar um Sistema de Informações de Saneamento Básico, com indicadores de desempenho dos serviços;

- Estimular a implantação da regulação dos serviços do tipo Sunshine;

- Fortalecer a gestão do setor de saneamento, garantindo o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de prestação de serviços públicos;

- Implantar políticas de subsídios para tarifas de contas de água e esgoto dirigidos para a população com baixo poder aquisitivo e que não tenham condições de pagar por este serviço;

- Criar a Câmara Técnica de Resíduos Sólidos para estabelecer acordos setoriais para a logística reversa e elaborar estudos sobre o mercado de tratamento e reprocessamento de materiais recicláveis;

- Incentivar o mercado de tratamento e reprocessamento de materiais recicláveis a partir de estudos sobre o parque industrial instalado e a logística de oferta de materiais coletados;

- Elaborar e implementar um programa estadual de tratamento e disposição final de resíduos sólidos do serviço de saúde.

PROPOSTAS PARA O PLANO ESTRATÉGICO

- Criar o Programa Saneamento com Dignidade por meio da instalação de unidades sanitárias domiciliares em residências que não contam com esse equipamento;

- Fortalecer e legitimar as ações do Grupo de Trabalho Interinstitucional – GT Saneamento;

- Fomentar a prestação adequada dos serviços de saneamento básico, atendendo aos requisitos de qualidade, regularidade, cortesia no atendimento e modicidade tarifária

- Implantar o Programa Cuidando do Futuro em escolas de ensino básico com os temas cidadania, meio ambiente e saúde, visando estimular e fortalecer atitudes sustentáveis;

- Estimular a implantação de plantas de reciclagem/reuso de água em Distritos Industriais;

- Elaborar estudos para estabelecer as possíveis formas de pagamento pelo tratamento adequado e disposição final dos resíduos sólidos e mobilizar os interessados nesta discussão;

- Estabelecer parcerias com as Prefeituras Municipais para incentivar a adoção de práticas de conservação da água, como por exemplo: incentivos no IPTU para grandes estabelecimentos que substituam os equipamentos obsoletos de alto índice de desperdício de água;

- Criar o Programa Estadual de Educação Socioambiental, contemplando o Ensino Fundamental I, II e Médio;

- Disponibilizar, em uma biblioteca pública, materiais técnicos, científicos, informativos e periódicos referentes ao saneamento, permitindo a sistematização da memória estadual sobre o tema.

07
CEARÁ PACÍFICO

INTRODUÇÃO

Uma Sociedade Justa e Pacífica, com Convivência e Segurança Cidadã, é aquela na qual se criam, a cada dia, as condições para que todos os cidadãos usufruam, de forma ampla e igualitária, das conquistas coletivas, das ações do poder público, das políticas universais, dos serviços públicos, com acesso aos mecanismos sociais e institucionais de Segurança e Justiça, de resolução de conflitos e aos aparatos de enfrentamento e defesa, em situações de violência, criminalidade e atos delituosos. Esta sociedade pacificadora e pacificada está ancorada na compreensão de que todos, sem distinção, têm direito à proteção, amparo, defesa e justiça e que, cabe ao Estado, como condutor deste processo, garantir esses direitos.

A política de segurança cidadã adota estratégias focadas na prevenção para lidar com os problemas de crime, violência, conflitos urbanos e sensação de insegurança ou medo, sem que isso se dissocie de ações repressivas para o cumprimento das normas sociais. Portanto, não obstante existam casos de caráter punitivo para indivíduos, grupos e organizações que praticam crimes ou causam desordem pública, a segurança cidadã assenta-se numa agenda de controle dos fatores de risco e fortalecimento dos fatores de proteção.

O que se busca é um equilíbrio entre a noção de segurança, que remete ao campo dos deveres, e de cidadania, que remete ao campo dos direitos, ou que conjugue liberdade individual e responsabilidade pública. Deve-se investir na qualidade vida e na redução da vulnerabilidade social de amplas parcelas da população. Essas medidas implicam em uma abordagem multissetorial integrada, com foco na prevenção da violência.

A segurança cidadã parte da análise da vulnerabilidade social e a enriquece combinando a consonância na prática dos elementos subjetivos relacionados com a lei, a moral e a cultura, através de projetos e programas que fomentam a emoção positiva dos indivíduos e a alteração de suas relações sociais. Os programas são uma combinação de ações preventivas e antecipatórias através de uma polícia de proximidade combinados com projetos comunitários.

A política de Segurança do futuro governador Camilo Santana vai adotar um modelo de gerenciamento de conflitos que inclui um aparelho repressivo humanizado com a integração entre as polícias. As ações serão articuladas com políticas preventivas municipais, fomentando a prestação de serviços públicos de qualidade, a articulação com as instâncias de participação, a promoção da qualidade de vida urbana (ruas iluminadas, calçadas acessíveis, espaços de convivência, parques, centros de serviços para o cidadão,

bibliotecas e transporte público) além da criação dos centros de mediação de conflitos, dando acesso a uma justiça eficiente e acolhedora.

Dessa forma, compreendendo as múltiplas causalidades da violência e da criminalidade, e comprometido com uma Proposta de construção de uma Sociedade Justa e Pacífica, o Plano de Governo apresenta as diretrizes que contemplam aspectos da segurança pública, da justiça e cidadania, da política sobre drogas e do desenvolvimento urbano.

1. SEGURANÇA PÚBLICA

1.1. APRESENTAÇÃO

A ótica adotada para a construção de um Ceará Justo e Pacífico rivaliza com a ideia de Segurança Pública como uma ação primordialmente de "combate", estruturada exclusivamente como reação aos atos delituosos e à criminalidade. Essa visão apóia-se numa visão policialesca, autoritária e antidemocrática, que estrutura uma ação em atos de violência, que prioriza a invasão de territórios e bairros, que criminaliza a população, sobretudo, as populações da periferia, em especial os jovens e as minorias. Na grande maioria das vezes, a atuação da segurança pública ocorre de forma isolada, agindo apenas sobre o "problema" e se furtando à responsabilidade de conceber estratégias e ações preventivas, humanizadas, que garantam àquelas populações, moradoras das comunidades mais vulneráveis, direitos previstos constitucionalmente.

A Construção de um Ceará Justo e Pacífico orienta-se pela visão de segurança como um serviço público a ser prestado pelo Estado, tendo o cidadão como seu destinatário principal. A noção democrática e comunitária que conduz este processo é a de uma Polícia Cidadã que se apresenta à população como uma prestadora de serviços, promotora de direitos sociais e de uma convivência mais pacífica entre cidadãos e destes com a polícia, seus agentes e suas instituições.

Essa concepção estimula uma abordagem mais localizada das questões relacionadas à segurança dos cidadãos, com o envolvimento da sociedade, com a valorização de arranjos participativos locais e a transparência das instituições policiais. Ainda dentro desta visão de Polícia Cidadã, a já tradicional fragmentação de políticas e polícias dá lugar a uma ação articulada entre as polícias, aos mecanismos de prevenção, ao aperfeiçoamento da inteligência e investigação criminal. Uma ação policial que tem como seus pilares

o Policiamento Comunitário dá especial atenção às prioridades da população como forma de encurtar as distâncias, utiliza mecanismos de aproximação com a população, da "escuta" para a identificação e solução dos problemas locais.

A noção de Polícia Cidadã adota importantes fatores para a sua ação: envolvimento com a comunidade, foco na vida e na humanização da ação policial, ação articulada em diferentes áreas. Por outro lado, dentro desta visão, trabalha-se com o reconhecimento de que a segurança e a qualidade de vida não são funções exclusivamente policiais.

PROPOSTAS VALIDADAS PELO CANDIDATO NA CAMPANHA

- ***Investir no treinamento dos policiais e na Academia de Segurança, além de garantir um programa permanente de capacitação dos profissionais da Segurança Pública.***

- ***Aumentar o número de equipes do RAIO, de 45 para 150, sendo 90 na capital e 60 na Região Metropolitana e grandes cidades do interior.***

- ***Aumentar o monitoramento com câmeras para cobrir 100% das áreas com maiores indicadores de violência da Capital e da Região Metropolitana. E instalar câmeras de vigilância nas grandes cidades do interior, como Juazeiro, Sobral, Iguatu, Quixeramobim, Limoeiro, Aracati, Crato, Quixadá, Itapipoca e Crateús, entre outras.***

- *Criar um sistema gratuito de alarme para os comércios, como já existe para os bancos. O comerciante aciona o alarme, a Central de Polícia é avisada e mobiliza a unidade policial mais próxima.*

- *Implantar 22 delegacias 24 horas na capital e no interior.*

- *Contratar mais policiais militares e civis.*

- *Valorizar e incentivar o trabalho policial, estudando um novo sistema de promoções de praças e oficiais, com o objetivo de promover a ascensão funcional.*

- *Estabelecer a revisão salarial da PM com base na média do Nordeste.*

- *Instituir na PM a carga horária semanal visando aumentar a presença de policiais nas ruas.*

- *Fortalecer a Academia Policial, firmando parceria com a UECE para garantir um amplo e permanente programa de capacitação dos profissionais da Segurança Pública.*

- *Reorganizar o Ronda do Quarteirão, resgatando a sua concepção original de uma polícia comunitária e presente.*

- ***Aumentar os recursos da Divisão de Combate ao Tráfico de Drogas, para combater o vendedor de droga na rua e também os grandes traficantes.***

- ***Criar o programa Abraça Ceará, para ampliar a presença do governo nas áreas mais críticas, reforçando o policiamento com ônibus equipados com câmeras infravermelho, em parceria com o programa federal "Crack, é possível vencer"; levando iluminação, limpeza, asfalto, melhorias habitacionais, saneamento e assistência social; abrindo creches, escolas de tempo integral e programas de capacitação profissional para adultos; criando áreas de lazer, esporte e cultura dia e noite; e promovendo ações de proteção aos jovens no combate às drogas. Começar o programa Abraça Ceará pelas primeiras 14 áreas selecionadas.***

AÇÕES PRIORITÁRIAS - ANO I

• Fortalecer os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) como mais um mecanismo de mediação de conflitos locais;

• Fomentar e apoiar a participação da população e segmentos locais (coletivos de jovens, grupos de mulheres, educadores, pais, diretores e pequenos comerciantes) em ações locais, de ampliação e reforço de comunidades cívicas nos bairros, nas ruas e nas pequenas cidades do Ceará, através da criação do Projeto Paz nos Bairros;

• Promover a integração das Guardas Municipais e dos Órgãos ou Entidades Executivos de Trânsito com as demais instituições de Segurança Pública: Polícias Militar e Civil, Corpo de Bombeiros, Perícia Forense, além das Polícias Rodoviária e Federal, estabelecendo uma grande rede interligada em favor da Construção de um Ceará Justo e Pacífico;

- Revisar e modernizar as legislações estaduais específicas aos órgãos de segurança Pública, com a participação das representações sindicais de cada categoria;

- Trabalhar para o fortalecimento de uma imagem positiva da Segurança perante a opinião pública, através de atitudes de comprometimento, responsabilidade, trabalho com resultados, honestidade e transparência nos seus procedimentos, por meio das ferramentas adequadas;

- Suprimir o limitador de idade do ingresso de praças militares estaduais ao curso de formação de oficiais;

- Realizar o curso de formação dos profissionais de segurança pública com os candidatos já aprovados na primeira fase, ou seja, provas, títulos, médica, física, psicológica, investigação social e outras;

- Revisão da grade curricular e da carga horária na formação dos profissionais de segurança pública pela Academia Estadual de Segurança Pública – AESP/CE, retornando a formação de oficiais e praças de escola, além da adoção de um modelo que possibilite o treinamento prático e os estágios supervisionados relacionados a cada área de atuação;

- Consolidar o Programa em Defesa da Vida que visa à redução de crimes violentos letais intencionais, a partir do estabelecimento de metas positivas com foco na defesa da Vida;

- Valorizar e incentivar o trabalho dos profissionais da Segurança Pública, estudando um novo sistema de promoção dos militares e civis, com o objetivo de promover a ascensão funcional;

- Promover melhorias salariais de acordo com a média salarial aplicada no nordeste aos militares estaduais e a reestruturação salarial de nível superior de inspetores, escrivães de Polícia Civil, de acordo com a média salarial das carreiras de nível superior da segurança pública do Ceará (Delegados, peritos e oficiais militares);

- Realizar capacitação continuada, ações de esporte e lazer, bem como, a estruturação do serviço de atendimento biopsicossocial para os profissionais da segurança pública, afetados em ocorrências de grande complexidade e seus familiares;

- Criar uma instância responsável pela gestão das pessoas que atuam na Segurança Pública;

- Viabilizar promoções dos profissionais da segurança pública, considerando a aprovação dos cursos de formação/habilitação, interstício mínimo e máximo, parecer da junta médica e resultado do teste de aptidão física, deixando de existir o fator limitador de vagas;

- Instituir um programa de capacitação com Procedimento Operacional Padrão (pop) para os militares estaduais do Ceará;

- Reestruturar o programa Ronda com base na cultura de paz da não violência e da segurança com cidadania;

- Ampliar a formação humanitária dos policiais;

- Retomar as visitas comunitárias às residências, estabelecimentos comerciais, escolas, hospitais, postos de saúde, igrejas, Conselho Comunitário de Defesa Social e outros;

- Realizar a visitação das famílias vítimas de violência, bem como estabelecer visitas sistemáticas as mulheres amparadas por medidas protetivas expedidas pelo poder judiciário, tendo como base as boas práticas similares desenvolvidas pelas polícias de outros estados;

- Adotar procedimentos de acompanhamento dos problemas e questões pontuais do bairro, tais como: pavimentação, iluminação pública, limpeza e outras demandas, como forma de subsidiar a ação integrada com as secretarias afins;

- Levantar causas e fatores condicionantes dos crimes letais intencionais;

- Fortalecimento e ampliação das ações do GAVI, integrando a Polícia Civil e outros atores nas ações realizadas;

- Transferir imediatamente a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Fortaleza para um prédio com condições de atender as necessidades de funcionamento pleno da Unidade;

- Incluir aos objetivos institucionais da SSPDS e do Comando Geral da PM o apoio e o incentivo aos programas/projetos sociais desenvolvidos pelas equipes do Ronda;

- Criar Centrais de Flagrante, integrada, no mesmo ambiente, com Polícia Civil, Perícia Forense, Defensoria Pública, Ministério Público Estadual, Vara de Execuções Penais (VEP/TJ) e Sistema Penitenciário SEJUS (Agentes Penitenciários);

- Criar o Programa de Segurança Social e Preventiva no ambiente Escolar;

- Criar o Comando de Policiamento Rodoviário, Rural e de Divisas (CPRDiv) integrado pela Polícia Rodoviária Estadual (PRE) e Grupo Tático Rodoviário (GTAR), com atuação unificada e direcionada a fiscalização e policiamento ostensivo das rodovias, estradas e divisas estaduais, incluindo o serviço de cinotecnia;

- Integrar as ações das Polícias Civil e Militar, com o Ministério Público Estadual e o Poder Judiciário nas ações de repressão ao tráfico de drogas e armas, e na agilização dos mandados de busca e apreensão, e mandados de prisão;

- Detectar as vulnerabilidades sociais das comunidades, incentivando a repressão qualificada ao tráfico com base em um plano integrado intersetorial;

- Intensificar e modernizar o Serviço de Inteligência e Contra Inteligência, respeitando a legislação;

- Criar um programa de segurança para as divisas estaduais e limites municipais, articulando atores e ações para a criação de um "Cinturão de Segurança";

- Interceder junto ao Governo Federal pela ampliação do efetivo das Polícias Rodoviária e Federal em nosso Estado, além de solicitar a criação de novas Unidades Operacionais e Delegacias;

- Renovar o Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSESPS) com participação das entidades;

- Fortalecer o Gabinete de Gestão Integrada Estadual (GGIE) e Criação dos Gabinetes de Gestão Integrada Regionais;

- Criar e fortalecer os mecanismos de interlocução entre a comunidade e os gestores da segurança pública;

- Criar o Gabinete Superior de Gestão Integrada, como instância responsável pela definição de metas globais, e pela supervisão dos resultados e acompanhamento da Segurança Pública no Estado, comandado pelo Governador do Estado;

- Renovar e fortalecer o Conselho Estadual de Defesa Civil, com a participação das entidades;

PROPOSTAS PARA O PPA

- Qualificar no âmbito da Polícia Militar, em parcerias com as Guardas Municipais, equipes com capacidade e habilidade para atuar com movimentos de protesto e reivindicações sociais;

- Estimular a participação da Polícia Militar em atividades de esclarecimento e informações à população, como forma de reduzir as distâncias entre População e Polícia;

- Fortalecer os serviços de ouvidoria e do disque denúncia;

- Promover programas e ações articuladas com projetos comunitários que aproximem a sociedade da polícia e a polícia da sociedade;

- Integrar os CCDS com grupos da sociedade civil local, na criação de núcleos de mediação comunitária nas maiores cidades do Estado;

- Fomentar a criação de Gabinetes de Gestão Integrada em Segurança Pública;

- Articular ações preventivas reunindo municípios das microrregiões administrativas, como forma de potencializar recursos e ampliar resultados;

- Formular ações de segurança e combate à criminalidade na conformação de Redes Regionalizadas, incorporando servidores de segurança pública, com guardas municipais e outros atores, pastas e Secretarias implicadas, de acordo com as Regiões;

- Fomentar a criação das guardas municipais em todo o Ceará, dentro da visão de Policiamento Comunitário, como importante parceiro nas ações de Segurança Pública;

- Integrar as Guardas Municipais com as demais instituições de Segurança Pública;

- Instituir programa de incentivo, reconhecimento e premiação para os municípios que cumprirem metas institucionais para a diminuição da criminalidade e violência;

- Promover formação profissional continuada das Guardas Municipais por meio de um convênio entre a AESP-CE e os municípios cearenses;

- Garantir a presença mínima de 20% do efetivo feminino da Polícia e Bombeiros Militares, em cargos de comando operacional, respeitando as patentes, postos e graduações;

- Extinguir a limitação de vagas por sexo no ingresso, por meio de concurso público, nas carreiras militares do Ceará;

- Ampliar os investimentos em infraestrutura, logística e gestão de pessoas (Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Perícia Forense e Agente Penitenciário);

- Fortalecer a ação da Academia Estadual de Segurança Pública – AESP/CE, oferecendo formação profissional inicial e capacitação continuada para os profissionais de Segurança Pública do Estado;

- Avaliar e reestruturar os organogramas de todas as vinculadas à SSPDS;

- Resgatar a identidade visual da Polícia Civil, padronizando delegacias e viaturas com o Brasão e cores da instituição;

- Ampliar o quadro de profissionais do Sistema de Segurança Pública (Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Perícia forense) por meio de concurso público regionalizado, atendendo as necessidades de cada instituição;

- Instituir o curso superior: graduação tecnológica em segurança pública, através da AESP Ceará, aberto a todos os operadores de Segurança Pública, com reconhecimento do MEC;

- Ofertar curso de pós graduação (especialização) em policiamento comunitário, segurança pública, direitos humanos e mediação de conflitos, perícia criminal, gestão do sistema penitenciário e outros, abrangente a todos os operadores da segurança pública;

- Adquirir e implantar um sistema para a produção de laudos da PEFOCE, sendo emitidos através da assinatura digital;

- Conceder premiação e/ou gratificações para os profissionais da segurança pública que atingirem as metas, na observância do desempenho individual, operacional e institucional;

- Criar Centro de treinamento esportivo para incentivar a atividade física aos policiais militares;

- Realizar convênios que ampliem o atendimento médico, laboratorial, assim como exames especializados com o ISSEC, para atender com eficácia os profissionais da segurança pública da capital e do interior;

- Desenvolver ações para valorização dos profissionais de segurança pública;

- Capacitar, continuadamente, através de cursos de extensão ofertados pela Academia Estadual de Segurança Pública – AESP/CE e ensino a distância do Ministério da Justiça – EAD/MJ para todo o efetivo (Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Perícia Forense e Agente Penitenciário);

- Ampliar a Academia Estadual de Segurança Pública com a construção do Parque de Treinamento Bombeirístico;

- Integrar a Academia de Segurança Pública com os Laboratórios de estudo da violência nas Universidades do Ceará;

- Regularizar o pagamento de horas extras para os profissionais da segurança pública que ultrapassem seu horário de trabalho, de acordo com a constituição federal;

- Criar um plano de carreira para todos os profissionais de segurança pública, conforme o seu desempenho profissional, incluindo a instituição de gratificação por titulação (especialização, mestrado e doutorado);

- Encaminhar projetos de lei para a criação, capacitação, estruturação e regulamentação das ações de perícias de incêndio, no âmbito do Corpo de Bombeiros;

- Criar um programa de capacitação continuada obrigatório para os profissionais da segurança pública, contemplando mensalmente 1/10 do efetivo;

- Instituir um programa de financiamento habitacional para os profissionais de segurança pública;

- Criar creches para os filhos dos profissionais de segurança pública;

- Criar delegacias especializadas, capacitadas para o combate e a repressão aos crimes raciais e de intolerância a grupos vítimas de preconceito e em situações de vulnerabilidade social (idosos, negros, índios, LGBT, pessoas com deficiência e população em situação de rua;

- Criar subunidades especializadas (BPchoque, CPMA, RAIO e outras) nos batalhões e Delegacias de Polícia civil no interior do Estado;

- Construir 02 (dois) novos Núcleos da Perícia Forense (PEFOCE) no interior do Estado, sendo um no Vale do Jaguaribe/Litoral Leste e outro na Região dos Inhamuns;

- Criar um grupo de elite especializado na Polícia Civil;

- Intensificar e ampliar a utilização do serviço de cinotecnia (cães farejadores) nas ações diárias;

- Intensificar os investimentos em aquisição e capacitação em equipamentos menos letais;

- Adquirir e implantar nas viaturas policiais, equipamentos tecnológicos necessários à realização de consultas em tempo real e à confecção e impressão de boletim de ocorrência (BO);

- Estudar a possibilidade de realizar convênio de cooperação técnica com o Ministério Público Estadual para que todos os policiais militares possam realizar procedimentos de confecção de TCO;

- Ampliar e estruturar a Defesa Civil, grupamento de busca e salvamento, com investimento em aquisição, construção e capacitação, visando interiorização e modernização dos seus serviços;

- Ampliação do número de Delegacias de Defesa da Mulher, na capital e no interior do Estado, de acordo com o previsto na legislação, bem como, a capacitação de todos os profissionais da segurança pública nas temáticas relacionadas a violência contra a mulher e de gênero que venham a trabalhar nas DDM's do Estado;

- Criar e estruturar as delegacias Especializadas Regionais e Municipais, batalhões e companhias da Polícia Militar e grupamento e sessões de combate a incêndios e núcleos de perícia no interior do Estado;

- Emitir a carteira de identidade em todas as delegacias do interior do Estado.

- Ampliar os investimentos em equipamentos de tecnologia;

- Estruturar o Serviço de Cinotecnia (cães farejadores) para a busca de drogas e armas;

- Criar o Instituto de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública do Ceará – IPESP, grupo técnico de excelência para a pesquisa e estratégia de segurança pública e de apoio à SSPDS;

PROPOSTAS PARA O PLANO ESTRATÉGICO

- Adotar medidas de gerenciamento de conflito com a criação e ou reforço de instâncias mediação já existentes;

- Aperfeiçoar os Conselhos comunitários de defesa Social e integrá-los com os Gabinetes de Gestão Integrada Municipais e Estadual.

- Promover e incentivar as Conferências, debates, roda de conversa sobre Segurança Pública com os seguintes atores: Trabalhadores (Operadores de Segurança Pública, Gestores e Movimentos Sociais) de forma permanente, com calendários continuados;

- Criar nas grandes cidades, comitês de gestão e redução da violência com metas estabelecidas e acompanhadas com a participação do Secretário da SSPDS, do Governador e da sociedade civil, garantindo o controle social;

- Fomentar redes regionalizadas ou consórcios municipais de Segurança.

- Ampliar os efetivos tendo como base padrões de qualidade, garantia de boas condições de trabalho e necessidades de atendimento da população.

- Extinguir a limitação de vagas por sexo, no ingresso, por meio de concurso público, nas carreiras militares do Estado do Ceará.

- Fortalecer os Telecentros em Educação a Distância nos municípios e ampliar o existente na AESP/CE;

2. JUSTIÇA E CIDADANIA

2.1. APRESENTAÇÃO

Promover a justiça significa cultivar a virtude. Não uma virtude moralista, mas uma virtude expressa no modo de lidar com as várias opções e escolhas que a vida oferece, e à qual se deve somar o cultivo do bem comum, mediante o respeito e a

compreensão da coisa pública, bem de usufruto de todos, tanto do menos como do mais necessitado.

Importando-se tal ideia para o campo da gestão pública, consolidar justiça significa praticar a ética e a seriedade nas opções e decisões governativas, cuidando e priorizando aquilo que interessa a todos e se destina a facilitar uma melhor qualidade de vida ao conjunto, em detrimento daquilo que serve tão somente aos interesses de poucos. Além disso, também significa oportunizar a participação popular nos processos decisórios governativos, a fim de que, sempre quando possível, a sociedade possa eleger diretamente os caminhos pelos quais deseja trilhar, alcançando o modelo que melhor lhe aprouver, estimulando-se a participação cívica.

Reside aí o balizamento do governo de Camilo Santana nos próximos quatro anos, no tocante à justiça. Envolve o patrocínio de uma gestão eficiente, humana e conscienciosa na escolha das políticas que serão adotadas, com o escopo de melhorar a vida do povo. Ao mesmo tempo, sendo implacável com a exigência de que os serviços públicos prestados sejam efetivos, adequados e corretamente aplicados, conjugadamente à transparência de gestão e estímulo à participação popular.

No tocante à justiça, o programa, ora proposto, guiar-se-á pelos pressupostos de uma justiça restaurativa, cujas bases se sustentam no que há de mais eficiente em termos de resolutividade conflitiva e que se configura em uma modalidade alternativa de resolução de conflitos, extrajudicial, reforçada por série de esforços de recuperação social, promovidos pela ação integrada de poder público, família, escola.

AÇÕES PRIORITÁRIAS - ANO I

- Atualização da Gratificação de Atividades Especiais e de Risco (GAER) para 100% (cem por cento) da remuneração base do Agente penitenciário, para melhor atender a realidade da atividade de natureza penitenciária;

• Descentralizar a administração penitenciária da sede em Fortaleza, criando as cinco Coordenadorias Regionais do Sistema Penitenciário, com autonomia administrativa e dotação orçamentária própria, subordinadas ao Gabinete da pasta responsável pela gestão penitenciária, fortalecendo as políticas prisionais nas oito macrorregiões do interior do estado, adequando assim o serviço público a realidade gerencial administrativa contemporânea, para melhor atender as necessidades e demandas de cada região do Estado, balizadas pelas diretrizes da gestão superior Penitenciária;

• Implementar políticas públicas eficaz no tratamento penal que garanta a efetivação de 04 condições essenciais: a existência de vaga suficiente para cada regime de cumprimento de pena, a aplicação de projeto político pedagógico que proporcione a ressocialização e humanização das prisões; a estruturação e manutenção logística, de recursos humanos e administrativo para o bom funcionamento das unidades prisionais com a profissionalização da gestão penitenciária e dos seus servidores;

• Manter atualizados os dados da população carcerária.

PROPOSTAS PARA O PPA

• Criar, no organograma institucional da pasta de gestão penitenciária, a figura do gestor de unidades prisional de pequeno, médio e grande porte, com o estabelecimento de metas e controle institucionais a serem cumpridas, a fim de garantir um esforço permanente de profissionalização do servidor como gestor penitenciário, oferecendo às cadeias públicas do interior uma gestão de resultados;

• Construir Unidades Prisionais Regionalizadas modelos para atender a demanda atualmente existente em comarcas circunvizinhas do interior estado, oferecendo novas vagas no sistema prisional e oportunizando ao reeducando melhor condições estruturais, humana e materiais para o cumprimento da pena privativa de liberdade;

• Regulamentação da aposentadoria diferenciada dos Agentes Penitenciários nos termos que preceitua o art. 40 parágrafo 4º, II e III da Constituição Federal e da Lei Federal 51/85, que institui o direito à aposentadoria especial aos 25 anos de atividades de efetivo exercício em ambientes insalubres ou perigosos;

- Ampliar o sistema VAPT-VUPT da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado para todas as bacias hidrográficas do Ceará;

- Construir abrigos para presos em regime aberto, nos cinco polos mais populosos do Estado;

- Garantir a continuidade das unidades prisionais já em processo licitatório ou em construção, trabalhando para ampliar a estrutura penitenciária, construindo novas vagas, em um esforço permanente de destinar vaga para cada um dos regimes, em consonância com uma política humanizada de segurança penitenciária;

- Garantir esforço permanente de oferecer às cadeias públicas do interior do estado as melhores condições de trabalho possíveis;

- Manter em torno de 1.800 tornozeleiras à disposição do Judiciário;

- Fortalecer o Programa Mãos que Constroem, que busca contribuir para a ressocialização dos detentos, reduzindo a possibilidade de reincidência criminal com a oferta de emprego, trabalhando para fortalecer a celebração de convênios e parcerias com empresas que prestam serviços em grandes obras do executivo;

- Fortalecer o Programa Cadeias Produtivas, que estimula a parceria com empresas privadas para que estas se instalem dentro das unidades prisionais, capacitando e empregando os internos do sistema penitenciário;

PROPOSTAS PARA O PLANO ESTRATÉGICO

- Realização de concurso Público para contratação de novos Agentes Penitenciários, a fim de que se alcance a proporção de 01 agente para cada 05 presos, conforme recomendação do conselho nacional de justiça (CNJ);

- Garantir que as atividades próprias da execução penal (guarda, escolta, segurança interna e de muralhas, gestão prisional, monitoramento e transportes) sejam exercidas exclusivamente por agente penitenciários de carreira, com a efetiva e definitiva desmilitarização do sistema penitenciário, cumprindo o previsto na lei estadual 14.966/2011;

- Criar Secretaria de Governo própria de administração Penitenciária (Secretaria de Administração Penitenciária – SAP) com autonomia financeira e orçamentária, e de gestão específica dos serviços de execução penal;

- Ampliar a ação do "Ônibus do Cidadão" da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado para todas as bacias hidrográficas do Ceará;

- Fortalecer os conselhos de direito e de participação social do âmbito da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado, em especial o Conselho do Consumidor, a fim de apoiar o encaminhamento de soluções;

- Instituir escolas de formação de mediadores populares em todas as bacias hidrográficas do Ceará, para viabilizar a resolução extrajudicial de conflitos, com base na justiça restaurativa, em todos os âmbitos de aglutinação social, em especial internos do Estado, a exemplo de escolas, sistema penitenciário, sistema socioeducativo etc.;

- Ampliar o número de tornozeleiras eletrônicas para monitoramento de presos em regime semiaberto;

- Obrigar o cumprimento de cotas em contratação de egressos do sistema prisional em empresas licitadas para construção de grandes obras no Estado.

3. POLÍTICA SOBRE DROGAS

3.1. APRESENTAÇÃO

A política sobre drogas traz em sua essência o desafio da intersetorialidade e da transversalidade que todo tema complexo requer. Seus princípios já herdam da luta por uma sociedade justa e igualitária, a garantia do respeito à dignidade humana, aos direitos humanos e ao cuidado em liberdade.

Como tal, deve convergir diferentes saberes e práticas que permitam a compreensão do fenômeno contemporâneo do uso abusivo de drogas de modo integrado, diversificado, com uma leitura plural, multidisciplinar, com compreensão ampla da vida e que considere a pessoa como sujeito de direitos, na perspectiva da integralidade do ser e de sua autonomia.

A busca de estratégias de intervenção perpassa pelo resgate dos valores da sociedade, dos seus rituais, de sua cultura, do sentimento de apropriação e pertencimento do lugar em que habita. Concebe ainda o campo de atuação de forma ampla, estimulando práticas que possibilitem maior humanização e acolhimento, de forma a estimular o envolvimento da coletividade na discussão e implementação de práticas, inclusive de cunho econômico, não excludentes das pessoas em situação de vulnerabilidade social.

PROPOSTAS VALIDADAS PELO CANDIDATO NA CAMPANHA

- ***Ampliar o número de leitos nos hospitais para desintoxicação e tratamento dos dependentes químicos.***

- ***Levar para cada região do estado o Centro de Referência sobre Álcool e Drogas, que capacita profissionais de saúde, mapeia as áreas vulneráveis e traça ações de assistência social.***

- ***Levar para cada região do estado a Unidade de Acolhimento, que oferece tratamento clínico e psicológico aos dependentes químicos.***

- ***Fortalecer o PROERD, Programa Educacional***

de Resistência às Drogas da Polícia Militar, para a prevenção aos jovens.

- ***Oferecer aos ex-dependentes químicos uma cota de 2 a 5% das vagas em obras públicas, além de firmar convênios com a iniciativa privada, com o objetivo de facilitar e estimular sua reinserção social e profissional.***

AÇÕES PRIORITÁRIAS - ANO I

- Realizar pesquisa sobre o perfil e o quantitativo dos usuários de drogas no Estado do Ceará;

- Incentivar a criação e o tratamento efetivo dos Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas (COMAD), bem como das Coordenações Municipais de Políticas sobre Drogas;

- Desenvolver ações articuladas intersetorialmente, para fortalecer a prevenção, o tratamento e a reinserção social nas Secretarias Estaduais;

- Promover qualificação profissional dos usuários em tratamento para reinserção no mercado de trabalho por meio de parcerias público-privadas;

- Expandir ações do PRONATEC para os serviços de tratamento dos usuários de drogas, buscando sua reinserção social;

PROPOSTAS PARA O PPA

- Implantação e ampliação dos Programas de Prevenção do Programa Crack, é possível vencer: Tamo Junto, Jogo Elos e Fortalecendo Famílias nas Escolas Estaduais;

- Desenvolver um programa permanente de capacitação dos profissionais das áreas de saúde, educação, assistência social e segurança para atuarem no enfrentamento ao uso de álcool e outras drogas;

- Garantir vagas nas Escolas Profissionalizantes para usuários que estejam em tratamento.

- Promover qualificação profissional dos usuários em tratamento egressos para a reinserção no mercado de trabalho por meio de parcerias público –privadas;

- Realizar programas e campanhas estaduais de prevenção ao uso de drogas com a produção de peças publicitárias (spot ou jingle), material didático e informativo como: cartilhas, cartazes, panfletos e adesivos;

- Articular as ações com ONG's e redes sociais de apoio para prevenção, tratamento e reinserção social do usuário de crack, álcool e outras drogas e seus familiares;

- Implantar equipamentos culturais, esportivos e de lazer em espaços de convívio social direcionados para crianças e jovens, localizados em regiões com elevado grau de vulnerabilidade social;

- Gerar oportunidades de emprego e renda para a Juventude.

PROPOSTAS PARA O PLANO ESTRATÉGICO

- Construir indicadores de resultados das ações da Política sobre Drogas;

- Avaliar por meio de Estudos e Pesquisas a efetividade dos Programas de prevenção desenvolvidos nas Escolas e ampliar aqueles programas com melhores indicadores.

4. DESENVOLVIMENTO URBANO

4.1. APRESENTAÇÃO

Pensar em cidades seguras é pensar em espaços públicos vivos, ocupados pela população para exercer suas diversas atividades. Nesse contexto, ações de desenvolvimento urbano são fundamentais. Uma cidade cuidada por vários olhares, com diferentes ocupações e usos diferenciados, durante o dia e a noite, é uma cidade segura. As propostas aqui apresentadas compõem o Programa Cidades Vivas – Ceará seguro.

Os grandes centros urbanos se apresentam excessivamente setorizados por tipo de uso, provocando um abandono dos espaços públicos por parte da população em determinados horários. Isso causa insegurança e sensação de abandono, impossibilitando que os usuários da cidade se apropriem do espaço público ao longo de todo o dia. A partir do momento em que a população tem suas atividades descentralizadas, ela passa a utilizar a cidade em todos os horários, saindo de uma situação de enclausuramento e passando a utilizar o espaço da rua que, nesse caso, poderá voltar a ser palco das principais interações humanas. A ocupação da cidade, em diferentes horários, aliado a mecanismos praticados por um policiamento de bases comunitárias, diminui o vandalismo dos espaços públicos, a incidência de crimes e a apropriação indevida dessas áreas. Dessa forma, a população também se sente parte integrante da cidade, participando ativamente da sua construção e conservação como espaço inerente de uso coletivo.

As Rotas de Cultura e Lazer fazem parte da proposta de ampliação da utilização do espaço público em prol da segurança e do incentivo às diversas atividades que podem ocorrer nas cidades. Essas rotas funcionarão como eixos articuladores dos equipamentos urbanos como praças, escolas, faculdades, patrimônio histórico cultural, áreas verdes e de lazer, possibilitando que todos esses espaços, adjacentes a essas rotas, sejam movimentados, utilizados e apropriados pelos usuários da cidade. Outrossim, temos o incentivo ao uso integrado dos espaços da ci-

dade, coadunando com as demais propostas de mobilidade urbana, inclusão social e preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental dos centros urbanos.

A promoção da acessibilidade através da padronização e remodelação das calçadas e demais espaços públicos é um incentivo à sua utilização pelo pedestre. Um passeio retilíneo e arborizado pode ser plenamente usufruído pelos habitantes de uma cidade. As possibilidades de melhoria da mobilidade urbana criarão novos e melhores percursos, ampliando ainda mais o uso da cidade pelo pedestre.

Outra questão fundamental é o desenvolvimento de um Programa de Saneamento dos Municípios do Ceará, tanto nas áreas urbanas como da zona rural, como forma de evitar a contaminação dos recursos hídricos. Uma cidade limpa é cidade saudável. O Saneamento básico, além de uma política urbana, é uma ação diretamente relacionada à prevenção de doenças, portanto, uma ação de promoção da saúde. Propõe-se a utilização de novas Tecnologias no processo de Saneamento Básico das residências que estão fora do alcance do saneamento público.

A criação de Praças Centrais para a prática esportiva e para o lazer ativo, onde os jovens terão a oportunidade de se apropriar beneficamente do espaço da cidade. Essa também é uma forma de combater a violência, haja vista a comprovada eficácia das práticas esportivas no combate ao ócio e à violência nas cidades. Complementando a revitalização dos espaços públicos, propõe-se o incremento da iluminação pública, que uma vez ausente, é um importante fator depreciador das áreas de convivência urbana.

É necessário um desenho mais humanizado para os Conjuntos Habitacionais em construção, onde o ser humano e o convívio social sejam prioridade. Redesenho das habitações a serem propostas e utilização do espaço público como área verde e de lazer dessas moradias, onde o espaço público torna-se o seu próprio quintal. O Governo do Estado já elaborou o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social e, no próximo Governo, Camilo Santana irá apoiar a implementação do plano nos municípios.

O desenvolvimento de um Plano Urbanístico de Gestão e Manutenção das Áreas Verdes Públicas e Áreas de Proteção e Preservação Ambiental das Regiões Metropolitanas permitirá a concepção de propostas integradas de intervenção nas áreas verdes urbanas, tendo em vista que os ecossistemas presentes nas cidades não obedecem às divisões geopolíticas. Essa medida garante a sustentabilidade dos projetos a serem desenvolvidos e

implementados nessas áreas, bem como, permite que o zoneamento urbano e ambiental possa acontecer conjuntamente nos municípios envolvidos. Essa é uma proposta definitiva em termos de planejamento de cidades, promovendo o desenvolvimento urbano aliado à preservação dos recursos naturais e patrimônio ambiental.

A capacitação dos municípios para gerir e interceder no espaço urbano da cidade, bem como, desenvolver fisicamente a cidade dentro de um planejamento prévio e ordenado, é fundamental. Dessa forma, em conjunto com o Governo do Estado, os municípios contribuirão para transformação urbana e ambiental das cidades.

AÇÕES PRIORITÁRIAS - ANO I

- Fortalecer a estrutura técnica do IDECE, para capacitação e fortalecimento das Gestões Municipais, no sentido de desenvolver propostas de transformação urbana e ambiental das cidades;

- Incentivar a implantação dos Conselhos Municipais da Cidade nos municípios onde ainda não foram criados, conforme a legislação vigente e desenvolver articulações para que os conselhos já existentes sejam reativados e tenham efetivamente com participação popular, para elaboração ou revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano;

- Implantar os Conselhos Metropolitanos e o Fundo Metropolitano de políticas integradas de desenvolvimento urbano, econômico e social;

- Incentivar e induzir a criação de redes regionais de planejamento urbano para fomentar e apoiar municípios a implementar as áreas de uso misto, como comércio, habitação, lazer, cultura, ensino, instituições públicas, com decorrente uso dos espaços públicos da cidade nos turnos da manhã, tarde e noite;

- Implantar Bilhete Único Intermunicipal, começando pela Região Metropolitana de Fortaleza, integrado ônibus, vans, metrô, VLT e outros modais;

- Concluir ações para o pleno funcionamento da Linha Sul do metrô em 2015;

- Implantar o Arco Rodoviário Metropolitano de Fortaleza;

- Concluir a duplicação do Anel Viário Metropolitano de Fortaleza;

- Adotar o concurso público de projetos de arquitetura e urbanismo para obras públicas e habitação, com critérios a serem definidos conforme a sua dimensão, para qualificar as obras pelo nível de excelência, em que apresentem novas alternativas econômicas e sustentáveis;

PROPOSTAS PARA O PPA

- Desenvolver, com a participação dos municípios, um Plano Urbanístico de Gestão e Manutenção das Áreas Verdes Públicas e Áreas de Proteção e Preservação Ambiental das Regiões Metropolitanas que permita a concepção de propostas integradas de intervenção nas áreas verdes urbanas, pois os ecossistemas presentes nas cidades não obedecem as divisões geopolíticas;

- Implantar um Plano Estadual de Mobilidade Urbana, com a participação do município, e elaborar Planos Integrados de Mobilidade Urbana para a rede de cidades e Regiões Metropolitanas do Estado do Ceará;

- Implantar a Linha Leste do metrô, ligando o Centro ao Fórum Clóvis Beviláqua;

- Ampliar a rede viária rodoviária estadual;

- Fomentar junto aos municípios a criação de consórcios de saneamento, nas áreas urbanas e rurais, abrangendo abastecimento de água, rede de esgoto, reuso da água, além de articular ações para que os 184 municípios cearenses cumpram o que estabelece a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS. Incentivar o desenvolvimento de outras ações para o uso adequado dos recursos hídricos, evitando a sua poluição e prevenindo doenças;

- Implementar o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social;

- Ampliar o programa de moradia para as famílias que habitam áreas de ocupação espontânea e áreas de riscos nos municípios cearenses;

- Propor ao Governo Federal alteração no modelo de gestão dos conjuntos habitacionais construídos pelo Programa Minha Casa Minha Vida, e de concepção do projeto de construção das moradias, para que seja resistente e com dimensões adequadas;

- Estudar mecanismos legais para definir instrumentos de manutenção e conservação de bens e obras públicas, executados com recursos públicos;

- Promover o planejamento integrado das Regiões Metropolitanas, com a criação de um órgão estadual, como a extinta Aumef – Autarquia Municipal da Região Metropolitana de Fortaleza. E ao mesmo tempo, criar um fundo estadual de financiamento de projetos e de obras públicas dos municípios;

- Fortalecer a estrutura da Secretaria de Cultura do Estado, para ampliar as políticas públicas estaduais de preservação do patrimônio histórico e cultural do Estado;

- Estabelecer um prazo para que o Governo do Estado apresente um balanço das propostas acatadas e qual a razão que motivou o não acatamento de outras propostas, como forma de retroalimentar o intercâmbio com os agentes voluntários da sociedade, que participaram dos encontros, reuniões, oficinas e seminários de apresentação, discussão e aprovação de propostas para o Plano de Governo.

EQUIPE DE COORDENAÇÃO DO PLANO DE GOVERNO

Eudoro Santana

Élcio Batista

Joaquim Cartaxo

Carla da Escóssia

João Lúcio

Roberto Cláudio Bezerra

Marcelo Uchoa

Tarcisio Pequeno

Armando Pinheiro

Fátima Cantunda

Vicente Flávio

Valton Miranda

Cláudio Ricardo

EQUIPE DE SISTEMATIZAÇÃO DAS PROPOSTAS

Eudoro Santana

Élcio Batista

Carla da Escóssia

João Lúcio

Nicolas Fabre

Juliana Sena

Eduardo Barbosa

Tiago Santana

Fátima Catunda

Paulo Linhares

Claudio Ferreira Lima

Hypérides Macedo

CARAVANA DA INTEGRAÇÃO

João Lúcio

Emanuel Oliveira

Josafá Martins

Sidônio Fragoso

Caio Cavalcanti

Renato Remígio

Túlio Studart

Sandra Araújo

Marisa Botão

Luiz Aires Leal

Fotógrafos

Marcos Studart

Laila Araújo

COMITÊ DA CULTURA

Coordenação Geral
Tiago Santana

Luisa Cela

Infraestrutura
Leo Carrero

Bruna Ronah

Bruno Ursulino

Articulação Setorial
Luisa Cela

Márcio Caetano

Xauí Peixoto

Ação Setorial
Salvino Lobo

Veronica Guedes

Antonio José

João Wilson Damasceno

Marilcac Lima

Sistematização das Propostas para Cultura
Glícia Gadelha

Isabel Andrade

Márcio Caetano

Renato Remígio

Silas de Paula

Produção
Camila Rodrigues

Ivy Gadelha

Comunicação/Jornalismo
Isabel Andrade

Comunicação/Direção de Arte
Rodrigo Costa Lima

Comunicação/
Foto e Vídeo
Eduardo Cunha Souza

Pedro Cela

Comunicação/
Mídias Sociais
Mariana Marques

Mirela Holanda

Thallis Cantizani

Apoio

Bruna Aguiar

Camila Mota

Gabriela Reis

Neyara Costa

Rafael Santos

Yuri Orleons

CARAVANA DO DESENVOLVIMENTO

Coordenação Geral
Nicolle Barbosa

Coordenação Estratégica
Francílio Dourado

Coordenação Executiva
Marcus Vinícius Saraiva

Coordenação de Eventos
Kássio César

Coordenação de Comunicação
Keyla Américo

Coordenação Administrativa
Juliana Saraiva

Coordenação Técnica
Cláudio Ferreira Lima

Coordenação de Mobilização
Antonio Ortins Monteiro

Coordenação Precussão
Francisco Salvino

Assessoria de Imprensa
Suzete Nocrato

Jornalista
Vanessa Lourenço

Designer
Rodrigo Portillo

Fotografia
Marcelo Rolim

Metodologia
Francíilio Dourado

Assessoria de Eventos
Antonio Augusto

Assessoria de Comunicação
Rafaela Farias

Colônias do Interior na Capital

Armando Pinheiro

Armando Pinheiro Filho

Assessoria do Plano de Governo

Conceição Cidrack

Cristiane Vieira dos Santos

Talita Melo

Tania de Maria Pinho

Motoristas

Alexandre
Marcos
Raimundo Nonato
Reginaldo
Rubens
Mairton
Airton
Carlos Jorge
Valdeci
Tiago

OS 7 CEARÁS

PROPOSTAS PARA O PLANO DE GOVERNO

NHECIMENTO
EMOCRÁTICO
PACÍFICO
SAUDÁVEL
ACOLHEDOR
ORTUNIDADES
SUSTENTÁVEL